

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**HUKOU: PLANEJAMENTO OU CONTROLE?
Desenvolvimento e migrações na China contemporânea**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM5420 – Monografia

Por: Ricardo Sugai de Castro Andrade

Orientador: Prof. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Economia regional e urbana

Palavras-chaves: 1. China
2. Hukou
3. Migração interna
4. Desenvolvimento econômico

Florianópolis, março de 2008.

RICARDO SUGAI DE CASTRO ANDRADE

**HUKOU: PLANEJAMENTO OU CONTROLE?
Desenvolvimento e migrações na China contemporânea**

Esta monografia foi julgada adequada e a Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ____ ao estudante Ricardo Sugai de Castro Andrade na disciplina CNM 5420 – Monografia.

EXAMINADORES:

Prof. Helton Ricardo Ouriques (Presidente)

Prof. Fernando Seabra

Prof. Hoyêdo Nunes Lins

Aprovada em:

Agradecimentos

Em breves palavras, este trabalho é fruto da minha vivência cotidiana e como estudante. Assim sendo, ele não atingiria esta forma nem poderia sem concebido sem o grande carinho e ajuda de meus pais, Manoel e Maria Inês, a especial atenção da Laura, minha namorada, e os momentos de aprendizado e descontração com meus amigos, em especial o Eduardo e a Carol, a Laura, a Beatriz, os muito bom amigos da Velha Guarda, o André, o Arthur e o Guilherme, a Raquel, etc. Além disso, é inevitável agradecer às queridas vó Mioka e tia Maria Angélica pela grande ajuda durante os dois meses de estadia a estudos, ao meu orientador, Helton Ricardo Ouriques, que me incentivou com muita confiança e ajuda, e ao Fernando Seabra, meu orientador de PIBIC, que me inicou na pesquisa acadêmica da melhor maneira possível.

Sumário

Introdução	5
Capítulo 1	11
1.China: industrialização, urbanização e mudanças sócio-econômicas	11
1.1.Panorama atual	11
1.2.Condições geomorfológicas e geopolíticas	11
1.3.Desenvolvimento pós Revolução Comunista	16
1.4. Os fluxos migratórios	31
1.5.O processo de urbanização	36
Capítulo 2	44
2.O sistema de registro hukou	44
2.1.Aspectos gerais do hukou	44
2.2.O sistema de registro de residência	48
2.3.O sistema de registro e a economia	50
2.4.O sistema de 1985 até 2004	52
2.5.Razão de ser	56
2.6.Controle social e controle dos fatores de produção	57
2.7.Urbanização gradual e os serviços e infra-estrutura urbana	60
2.8.O desenvolvimento desigual Leste-Oeste e o deslocamento humano	61
2.9.Os papéis desempenhados pelo hukou	63
Capítulo 3	65
3.Migrações internas na China: os migrantes irregulares e suas condições de vida	64
3.1.Remuneração e condição de vida dos migrantes	66
3.2.A decisão de migrar: receber na cidade e gastar no campo	69
3.3.O preconceito contra o migrante	75
3.4.Razões que sustentam a situação	77
3.5.A reação dos migrantes e os limites à sua exclusão	80
3.6.Considerações finais do capítulo	84
4.Considerações finais	87
Referências bibliográficas	93

Lista de Figuras

Figura 1.1 – Mapa da China e arredores

Figura 1.2 – Consumo chinês em relação ao total

Figura 1.3 – Produção chinesa em relação ao mundo (1993 e 2003)

Figura 1.4 – IDE na China, em US\$ bilhões (valores de 2003)

Figura 1.5 – Investimento Direto Estrangeiro (acumulado 1992 - 1998)

Figura 1.6 – Crescimento médio do PIB por província (1978 - 1997)

Figura 1.7 – Coeficiente de Gini para países selecionados (dados de 2004)

Figura 1.8 – Relação exportações – PIB (na esquerda) e decomposição no PIB (na direita)

Figura 1.9 – Crescimento anual do PIB por região (%)

Figura 1.10 – Mapa de imigração da mão-de-obra rural: zonas de origem e de destino na China

Figura 1.11 – Crescimento da renda no campo e na cidade (per capita – yuans por ano)

Figura 1.12 – Renda per capita e taxa de urbanização por província (1982-2000)

Figura 1.13 – Taxa de urbanização de países selecionados e crescimento médio (%) (2005 e 2030)

Figura 2.1 – Foto de um hukou - 2007

Figura 3.1 – Valor de bens selecionados em Pequim e Shanghai (2002)

Figura 3.2 – Desemprego na China (fonte oficial e paralela)

Introdução

A China está na ordem do dia das mídias nos últimos anos, e também permeia os debates acadêmicos. Depois do impacto que o crescimento dos tigres asiáticos causou no ocidente, a China tem se tornado objeto intrigante e fascinante para aqueles que acompanham o desenrolar dos fatos ou têm sua vida cotidiana alterada em razão do papel deste país na cena internacional. Como dizem alguns, o país se tornou a “fábrica do mundo”, produzindo, por exemplo, 50% das câmeras digitais e 45% do aço no mundo¹. São dados impressionantes. O crescimento chinês tem se mantido, nas últimas três décadas, acima da média de 9% ao ano – fato talvez único na história dos Estados. Pode-se, entretanto, dizer que não são estas conquistas da China que impressionam mais, e sim a maneira com que ela chegou neste nível de importância. A República Popular da China é fruto de uma revolução comunista, ocorrida em 1949. Na época, cerca de 12% da população morava em cidades e as manufaturas mais avançadas pertenciam à primeira revolução industrial. Nos primeiros anos de vida, após a Revolução comunista, o país recebeu apoio da União Soviética, mas após o rompimento das relações entre os dois, em 1963, podemos dizer que os chineses ficaram entregues à própria sorte. Apesar de fortes esforços coletivos, o país amargou problemas como a falta de alimentos nas primeiras décadas de regime comunista. As ações do governo para industrializar o país também não foram bem sucedidas, ficando o parque fabril do país limitado às máquinas pouco sofisticadas e aos bens de consumo básicos. A reviravolta no sistema produtivo do país e na sua economia veio no final da década de 1970.

Mao Tsé-Tung, líder da Revolução comunista e presidente desde então, morre em 1976. Com ele findou-se o período caracterizado pela rigidez da economia socialista centralizada do país. Uma ala reformista do partido, encabeçada por Deng Xiaoping ascende ao poder – ala que havia sido relegada ao ostracismo durante os anos que se seguiram à Revolução Cultural, que começou em 1966. Ao criar uma homogeneidade dentro da cúpula do governo, estes reformistas representados por Deng Xiaoping conseguiram implementar um programa gradual e progressivo

1 Hong Kong Trade Development Council. Cf.: www.tdctrade.com.

de abertura da economia. A intenção exposta no novo programa era pragmática: melhorar as condições de vida do país, aproveitando-se, se necessário, de elementos do capitalismo. A maneira de buscar este caminho foi única. Ao contrário da União Soviética, em que a *Perestroika* foi uma mudança rápida e rígida, a abertura chinesa adotou o princípio da tentativa e erro, ou seja, da experimentação. A cúpula do governo sabia que os passos que iriam tomar nunca haviam sido tomados por nenhuma nação. Assim, sem copiar exemplos, a abertura foi feita a partir de tentativas piloto e de discussões sobre a velocidade em que as mudanças deveriam acontecer. As primeiras mudanças aconteceram no campo, em 1979, com a transformação das comunas em uma espécie de empresa agrícola familiar. Sem grandes gastos do governo, foi possível conseguir um aumento ímpar na produtividade. De lá, passando pelos anos 1980 e 90, a abertura varreu todas as áreas da economia, num passo e numa seqüência com grande êxito. Foram criadas zonas franca de comércio, a centralização do controle de preços foi abolida em favor do mercado, permitiu-se a iniciativa privada nos negócios e o país foi aberto ao capital estrangeiro, entre outros. O ritmo destas reformas foi complexo, e elas vêm se desenvolvendo desde o início da década de 1980 até os dias de hoje – por exemplo, apenas em 2006 ocorreu a abertura do setor bancário à iniciativa estrangeira. Investigar algumas das razões que permitiram ao país alcançar o nível de desenvolvimento atual motivou o tema desta monografia.

Com o intuito de contribuir para a compreensão do desenvolvimento do país, este trabalho é focado num tópico particular do processo, mas significativo para o entendimento do fenômeno chinês. Após as primeiras aproximações que tive com a história do desenvolvimento chinês, um aspecto das políticas do país me saltou aos olhos pela sua peculiaridade e importância. A China possui um controle de registro de residência para todos os seus moradores. Existente desde os primeiros anos após a Revolução de 1949, este controle, por vincular cada pessoa a uma localidade, exerce um papel de regular a alocação da mão-de-obra dentro do território e o ritmo da urbanização, além de permitir ao Estado rastrear os movimentos de quem o interessa. O nome deste sistema é *hukou*. A descrição desse sistema singular é desenvolvida no capítulo 2. Na prática, para utilizar os meios de transporte para fora de sua localidade ou para ter acesso aos empregos públicos ou para usufruir dos benefícios acordados aos moradores de determinados locais, todo cidadão chinês deve apresentar o seu *hukou* – na maioria casos, a pessoa só poderá viajar ou receber benefícios se o seu registro permitir.

O termo *hukou* se escreve em mandarim 户口. O primeiro termo, *hu*, significa família ou domicílio. O segundo termo, *kou*, significa boca, uma analogia para pessoa ou dependentes. Numa tradução estrita, o termo significaria estado civil, apesar de, ao ser usado como denominação do registro de residência, sua significação ter tomado outro rumo. Em termos de

significado o *hukou* pode ser entendido apenas como um passaporte interno para os cidadãos do país, e a aparência física desse documento reforça essa aceção. Ele é um livreto, do tamanho de um passaporte convencional e com capa plastificada (Ver Figura 2.1). Sua cor exterior é marrom avermelhado e sua capa é marcada por um emblema nacional dourado. Suas páginas internas são azuladas, não numeradas e contêm informações tanto sobre o chefe de família como sobre os demais integrantes da família. Na segunda página da caderneta encontram-se as seguintes informações: tipo de residência, número de registro, nome de família e endereço. Da terceira página em diante, são enumeradas informações pessoais para cada membro da família: nome, grau de parentesco com o chefe de família, sexo, local e data de nascimento, grupo étnico, religião, número da identidade, altura, tipo sanguíneo, nível de instrução, estado civil e local de trabalho.

O sistema de registro *hukou* tem impressionantes desdobramentos na economia e na sociedade do país. Na economia, ele tem um papel-chave na oferta de mão-de-obra e no ritmo da urbanização. O governo pôde, através dele, enviar às regiões que recebiam projetos industriais a mão-de-obra necessária. Além disso, os novos centros dinâmicos do país, magnetizados pelo capital estrangeiro, parecem não ter mais mão-de-obra do que o necessário para que os salários se mantenham baixos. A questão da urbanização está intimamente ligada à da oferta de trabalho. O controle é capaz de acelerar ou de frear o ritmo de entrada de pessoas no meio urbano. A China, ao contrário de outros países de industrialização tardia, como o Brasil, não parece ser alvo de uma urbanização descontrolada nem de um intenso processo de favelização. Como afirma FEI-LING WANG (2005: 3), *“A urbanização chinesa, em consequência, é relativamente pequena e lenta comparada com o seu nível de desenvolvimento econômico. As favelas na China também são relativamente pequenas e menos graves se comparadas com aquelas em muitos outros países em desenvolvimento, como o Brasil e a Índia”*. Entretanto, nem tudo são flores no sistema *hukou*. Estando dialeticamente inserido na vida econômica e social do país, seria enganoso pensar que não haveria outras consequências. Esta monografia investiga e analisa duas dessas consequências. Primeiro, uma relativa imobilidade do fator trabalho enrijece as desigualdades dentro do país. Estas desigualdades estão fortemente presentes em três níveis: regionalmente, entre leste e oeste; entre as cidades e o campo; e entre o todo social. Segundo, os migrantes que estão nas cidades sem o registro local perdem o direito a diversos benefícios públicos e, em parte por conta disto, vivem em condições muito mais precárias do que as do resto da população. Entre outros aspectos, estes moradores irregulares não têm benefícios de saúde, educação, moradia e empregos públicos como o resto da população urbana. Em consequência disso e da discriminação que esses migrantes irregulares sofrem do resto da

população, suas condições de vida são extremamente difíceis – sua inserção dentro do meio urbano chega a ser comparada com a dos negros no *apartheid*, por se tratar de regimes institucionais. É da condição de vida desses migrantes que se ocupa o último capítulo desta monografia, que tenta traçar um perfil das razões que os atraem para a cidade, expor suas condições de vida e as perspectivas do sistema hukou.

A relevância do presente estudo se revela em pelo menos dois níveis. Primeiro, porque contribui para novas reflexões e para a compreensão do processo ímpar de desenvolvimento que está ocorrendo na China. Tanto o sistema do *hukou* quanto a própria China são ainda pouco conhecidos no Brasil, e parecem despertar mais curiosidades do que estudos. A economia brasileira está cada vez mais integrada ao comércio globalizado e das nações centrais, o que exige que se conheça quem são os atores principais deste comércio, como atuam e sua história progressa. Segundo, a China é uma oportunidade para pensarmos os caminhos do Brasil por uma outra ótica. O modelo chinês, se é que podemos chamá-lo assim, é único e conseguiu lidar com questões que atrapalharam em muito o desenvolvimento de outros países. Compreender seu processo de urbanização e de industrialização, assim como as políticas adotadas, suas particularidades e os seus resultados, contribuem para que possamos entender o próprio processo brasileiro de urbanização, de conflitos urbanos, de informalidade crescente, de desigualdades sócio-espaciais, assim como as adequações e a eficácia das políticas que vêm sendo adotadas. Como sugere o historiador Fernand Braudel, ao enfrentarmos o Outro podemos aprender, com o distanciamento e com a comparação, algo mais sobre nós mesmos, ou seja, ao olharmos o Outro e compreendermos o diferente, obtemos instrumentos para compreensão de nossa própria condição. Além disso, essa investigação se constituiu também num rico exercício de aprendizado intelectual e pessoal. O tema, desafiador na medida em que se propõe tentar compreender fenômenos ainda pouco pesquisados e com escassos dados disponíveis, é interessante, particularmente ao autor desta monografia, há algum tempo. Durante a graduação, um estágio de quatro meses em Pequim, capital da China, trouxe proximidade com o assunto. Viver num país em ebulição, com grandes mudanças acontecendo, é uma experiência marcante. Avenidas são construídas do dia para a noite, assim como as linhas de metrô – só em Pequim, quase 400 km de linhas serão construídos até 2012 –, investidores estrangeiros chegam em massa, assim como estudantes europeus procurando aulas de mandarim, o povo parece otimista nas ruas e os comerciantes se apressam em aumentar os seus negócios tanto quanto o país cresce. As figuras de dentro do governo chinês formam um capítulo a parte. A maneira cautelosa mas pragmática de trabalharem chama muito a atenção. Assim, o caminho que a China trilhou até hoje intriga, tanto para o autor deste trabalho quanto para aqueles que puderam vivenciar a China dos dias de

hoje e aqueles que foram introduzidos no tema. Este é, sem dúvidas, um forte motivo para a escolha deste sujeito de pesquisa.

Esta monografia se propõe a fazer uma descrição dos temas aludidos até então: o desenvolvimento chinês, o sistema *hukou* e os migrantes internos. Algumas reflexões ou conclusões serão certamente tiradas dos fatos analisados. Estas não pretendem, entretanto, serem originais nem definitivas. A idéia deste trabalho é dar um panorama deste tema, incluindo informações que sejam interessantes, esperando que isto seja útil para aproximar e explicar o que acontece na China.

Diversas dificuldades envolveram o desenvolvimento desta monografia. Primeiro, tendo em vista a complexidade do desenvolvimento chinês, a dimensão do país e a velocidade das mudanças atuais, certamente este trabalho não esgota o tema estudado. Ao contrário, este trabalho poderá trazer mais indagações do que respostas a quem o lê. Segundo, as informações sobre a China, sobretudo as estatísticas, são geralmente de difícil obtenção e passíveis de serem postas em dúvida. Um exemplo, conforme se mostrará adiante, são as estatísticas sobre desemprego. Diversas fontes apresentam estatísticas sobre o tema, mas cada uma fornece uma informação diferente. A diferença entre índices do Instituto Oficial de Estatísticas e de institutos de universidades chinesas pode chegar a mais do que o dobro! Além disso, as fontes utilizadas neste trabalho foram em sua grande parte em inglês, francês e espanhol – além de uma breve tabela em chinês. A língua estrangeira não diminui a confiabilidade das informações, porém o trabalho se torna sujeito às traduções feitas pelo autor. No caso deste trabalho, todas as traduções são responsabilidade autor. Por fim, em razão deste trabalho se constituir numa compilação de informações não exaustiva, as conclusões que eventualmente guiarão os capítulos estão sujeitas às percepções do autor. Sobre isso, gostaria de me remeter a Milton SANTOS (1994: 13). Segundo este grande autor, *“toda obra de síntese é, forçosamente, uma obra crítica. E não há obra de síntese ou de crítica que possa contentar-se de achados unicamente originais, sem a base de análises que a precedam com idênticas intenções, mesmo que se refiram a épocas passadas”*. Esta é uma limitação que gostaria de deixar claro para aqueles que lerão este trabalho – conquanto acredite em minhas percepções e análises, elas estão sujeitas a equívocos.

Esta monografia foi dividida em três capítulos. A seqüência deles foi pensada numa lógica do geral para o específico. O capítulo 1 pretende dar um panorama do desenvolvimento chinês, com ênfase nas reformas após os anos 1970, na urbanização e nos movimentos migratórios internos. Este primeiro capítulo é a base sobre a qual se construirão os dois capítulos seguintes. Além disso, este capítulo pretende dar uma idéia da maneira como as reformas foram pensadas pela China, dos problemas que o país enfrenta e de como o desenvolvimento chinês se

difere do que ocorreu nos países ocidentais. Quando possível, ilustrou-se o caso chinês com contrapontos ocidentais, incluindo o Brasil – principalmente no que diz respeito à urbanização. O capítulo 2 é dedicado ao sistema do *hukou*. Aborda-se o desenvolvimento do sistema hukou e suas mudanças contemporâneas, e a influência do sistema na economia, na urbanização e na migração. Apesar de parte desses conteúdos já ter sido contemplada no capítulo 1, procura-se aqui um outro ângulo, aprofundando-se na relação entre o *hukou*, o governo e a sociedade. Por fim, o último capítulo trata da questão dos trabalhadores migrantes. Tenta-se traçar o retrato destes trabalhadores, as condições que os fizeram migrar e que os fazem permanecer na cidade, e, principalmente, as condições destes em relação aos moradores regulares das cidades. O capítulo se baseia muito em exemplo, não pretendendo, como no primeiro capítulo, comprovar questões através de números – aliás, esta tarefa seria muito complicada, pois estatísticas sobre os migrantes irregulares praticamente inexistem, sobrando apenas os casos relatados pela imprensa e por pesquisadores. Ao final do trabalho, propõe-se uma retomada das principais reflexões que aconteceram ao longo dele.

Capítulo 1

1. China: industrialização, urbanização e mudanças sócio-econômicas

1.1. Panorama atual

Chamada de 'a fábrica do mundo' ou então comparada com um dragão que renasce, a República Popular da China vem, sem dúvidas, impressionando o mundo com a velocidade em que a sua economia de tamanho imenso consegue se mover. Não é para menos. A média de crescimento do PIB chinês nas últimas três décadas é de 9,6% ao ano, sendo que em 2007 ela superou os 11%. Estes dados são ainda mais impressionantes se considerada a sua população de 1,3 bilhões de pessoas. Pelo menos 20% das pessoas do mundo moram na China.

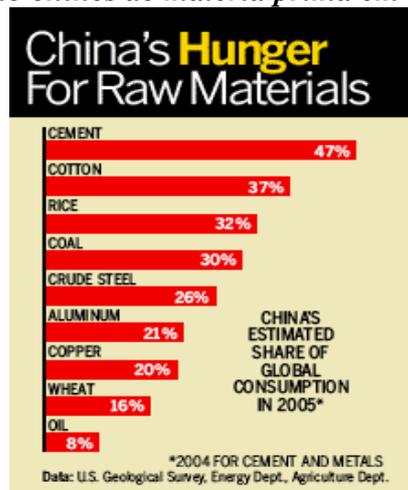
Vendo o país hoje é difícil imaginar que, em 1950, ano seguinte ao da Revolução, a população era de 563 milhões de pessoas e mais de 80% destas estavam no campo. Além disso, também impressiona saber que o país passou, nestes mais de 50 anos após a Revolução, por momentos de penúria como uma grande falta de alimentos após o Grande Salto Adiante, em 1961, quando o PIB chegou a cair 27% em um ano. Junto a isso, a China sempre teve uma política de desenvolvimento e uma inserção externa ímpares, em grande parte devido aos frutos da Revolução. Hoje, a situação no país é de otimismo, ter se tornado a terceira economia do mundo, ultrapassando a Alemanha, só reforça isso. O desafio deste capítulo é dar um breve panorama do desenvolvimento chinês, com ênfase na migração, urbanização, políticas regionais e no período após as reformas de abertura econômica iniciadas em 1978 (Reforma). Dada as proporções e complexidades do desenvolvimento chinês, este capítulo pretende apenas dar indicadores para uma necessária contextualização que dê apoio às discussões sobre o sistema *hukou* e a situação dos migrantes.

1.2. Condições geomorfológicas e geopolíticas

O território chinês se localiza no centro leste do continente asiático. Pelo seu tamanho e localização – com 9.572.909 km², é o quarto maior território do mundo² – faz fronteiras com

2 O Brasil, por outro lado, possui um território de 8.514.876 km²; e a Argentina 2.766.889 km²

Figura 1.2 – Consumo chinês de matéria prima em relação ao total global



Fonte: BBC. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6264476.stm>.

A tabela, em ordem, apresenta o consumo de cimento, algodão, arroz, carvão, aço bruto, alumínio, cobre, trigo e petróleo.

clima é subtropical, muito propício à agricultura. É no leste que os rios Huang He (ou rio Amarelo) e Yangtze desembocam, criando condições muito boas para habitar, e onde se concentram as terras aráveis da China – foi na região entre estes rios que a maior parte das antigas civilizações chinesas se desenvolveram.

O território chinês é bastante montanhoso. Planícies com menos de 500m de altitude representam apenas 12% do território, enquanto montanhas e platôs perfazem 60% (Bao et al., 2002). Em média, o oeste chinês é formado por planaltos de forte altitude, como a região do Tibet, que inclui o monte Everest. A região central possui altitudes moderadas enquanto a costa é a região mais plana e baixa do país. Esta característica geomorfológica do país, como será retomado adiante, não pode ser desprezada para se entender as razões do crescimento regional desigual do país. Em vista dos desníveis, os grandes rios do país nascem no oeste e descem os planaltos desembocando a leste, no pacífico, ou a sul. Esta diferença de altitude cria um grande potencial hidrelétrico, que é considerado o maior do mundo³. O potencial do país é estimado em 400 milhões de KW, mas apenas 100 milhões já foram utilizados. Estes recursos, entretanto, estão sendo cada vez mais aproveitados. Conforme Kynge (2007), “a cada ano, desde 2004, a China construiu usinas hidrelétricas suficientes para suprir toda demanda de eletricidade de uma grande economia europeia, como a Itália ou a Espanha”. Um marco nestes projetos é a usina de

3 Jornal oficial *People's Daily*. Reportagem de 24 de outubro de 2005. Disponível em: http://english.peopledaily.com.cn/200510/24/eng20051024_216366.html

Três Gargantas, construída sobre o rio Yangtze. Tendo sido inaugurada em 2006, após 12 anos de trabalhos, vai ter um potencial de geração final, quando completamente instalada, de 22.500 MW – o valor é 60% maior do que o potencial de Itaipu, que é de 14.000 MW desde 2006. Apesar do forte potencial hidrelétrico, a matriz energética chinesa ainda é pouco baseada na hidroeletricidade. Apenas 24,6% da energia chinesa provêm de fontes hidráulicas, enquanto no Brasil este índice é de 38,6%. A matriz chinesa, contudo, está sendo fortemente alterada por iniciativa de projetos governamentais. As termelétricas movidas a carvão, responsáveis por 69,4% da produção de energia do país, estão sendo substituídas pelas usinas hidrelétrica e nuclear, à medida que aumenta a demanda do país – como evidência do forte aumento de consumo de energia no país, a oferta cresceu cerca de 15% entre 2006 e 2007, número que, apesar de impressionante, está na média da última década⁴. Para as próximas décadas, está prevista a construção de 20 usinas hidrelétricas de grande porte no país, principalmente nos rios Mekong e Salween, que descem do planalto do Tibet.

Paradoxalmente ao grande potencial hidrelétrico do país, as reservas de água são baixas, o que se reflete num baixo índice de terras aráveis. Essas reservas, além de tudo, estão muito concentradas em poucas áreas, como ao redor do rio Yangtze. Em 2005, apenas 14,8% das terras do país eram aproveitáveis para a agricultura (Ruiz, 2006). Destas, apenas 9% são utilizadas em plantações permanentes (ou cerca de 1,3% do total de terras do país). Este número é baixo, ainda mais se comparado com o Brasil, que tem praticamente 46% das suas terras próprias para a agricultura⁵. A China, entretanto, consegue o feito de alimentar toda sua população com esta pequena área produtiva, sendo capaz até de exportar um excedente. A razão disto, como se verá logo adiante, foi a modernização da agricultura a partir da criação de empresas rurais familiares, fruto das primeiras políticas da reforma iniciada em 1978 (Reforma) – para ilustrar a medida disto, cerca de 38% das terras adequadas para a agricultura são irrigadas.

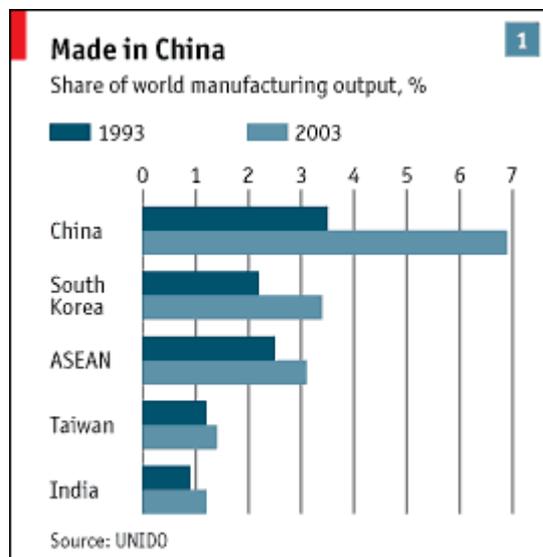
Apesar do seu limitado potencial agrário, a China tem boas reservas minerais. Além de ser o maior produtor mundial de zinco e de grafite, tem boas reservas de carvão, minério de

4 Jornal oficial *People's Daily*. Reportagem de 14 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/90001/90778/90857/90860/6337808.html>

5 *Le Monde Diplomatique*. Reportagem de outubro de 2002. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/2002-10,a459>

ferro, manganês, gás natural e petróleo denso, entre outros. Esses recursos, entretanto, não estão à altura do apetite do crescimento chinês. As importações de diversas matérias primas estão crescendo de maneira acelerada nos últimos anos. A figura 1.2 mostra uma pauta selecionada de consumo interno em relação ao mundo⁶. Os números são impressionantes. Grande parte deste montante vem em forma de importação, o que está mexendo com os mercados de *commodities*. A Austrália e a Índia, maiores exportadoras de minério de ferro para a China, não estão dando conta da demanda. A Índia, no início de 2007, precisou estabelecer um imposto para a exportação do minério, para que suas indústrias não ficassem desabastecidas. Mesmo o carvão, que a China tradicionalmente exportava, está faltando. Enquanto em 2001 as exportações de carvão foram de 89 milhões de toneladas, em 2007 a situação foi invertida e as importações líquidas ultrapassaram este montante; e isto não é resultado de problemas internos de produção⁷. Uma consequência disto é o aumento dos fretes internacionais, que entraram numa espiral de preço. O índice Baltic Dry, que mede o custo do frete marítimo de bens secos, como o carvão e o minério de ferro, registrou um aumento de mais de 150% nos preços de 2006 para 2007. Estão faltando navios para tanto comércio. Atualmente, o custo do frete do minério de ferro brasileiro para a China supera o custo de produção do minério.

Figura 1.3 – Produção chinesa em relação ao mundo (1993 e 2003)



Fonte: Economist - Dados: UNIDO

6 Business Week. Reportagem de 22 de agosto de 2005. Disponível em: http://www.businessweek.com/magazine/content/05_34/b3948401.htm

7 Economist: China's hunger for iron ore is pushing up shipping rates. Disponível em: www.economist.com.

A China vem fazendo diversos acordos, notadamente com a África, para garantir e incentivar o suprimento de matérias-primas e de recursos naturais. Um marco desta relação com a África foi um encontro realizado em Pequim em 2006, onde cerca de 45 chefes de Estado e de governo do continente estiveram presentes. Muitos acordos foram fechados. Em sua maior parte, eles envolvem o suprimento de petróleo, cobre, zinco e cobalto africanos em troca de produtos industrializados e de investimentos⁸. Como consequência, o comércio da China com a África, que alcançou os US\$ 50bi em 2007, vem crescendo cerca de 50% ao ano. Para 2010 espera-se que a China tenha ultrapassado a França e os EUA como o maior parceiro comercial da África. Em outros casos, a China vem procurando comprar de empresas fornecedoras no exterior. Como exemplo, em 1º de fevereiro de 2007, a mineradora chinesa Chinalco comprou 8% da Rio Tinto, terceira maior mineradora do mundo, por US\$ 12Bi – até agora, o maior investimento chinês no exterior⁹.

É por este impacto da China na economia mundial que ela está sendo comparada com um dragão que renasce. Junto ao impacto no mercado de insumos, a produção manufatureira mundial está cada vez mais sediada na China. Conforme a figura 1.3, entre 1993 e 2003, a produção chinesa de bens manufaturados em relação à produção mundial subiu de pouca mais de 3% para praticamente 7%. No mesmo período, as economias do G8, salvo Canadá e EUA, viram sua participação na produção mundial de manufaturas diminuir. As exportações chinesas também cresceram de maneira impressionante. Entre 1990 e 2004, o crescimento total foi de 952%. Desde meados de 2007, a China é o segundo maior exportador do mundo, só perdendo para a Alemanha¹⁰. São destes movimentos que vem a idéia que a China se transforma na 'fábrica do mundo', ao mesmo tempo em que as empresas européias realocam seus setores produtivos para a Ásia¹¹.

Se o papel da China dentro da geopolítica mundial ainda é uma incógnita, podemos afirmar, sem dúvidas, que ela se tornou um protagonista de peso em relação aos outros países. Partindo de uma economia agrária e ferida pela Segunda Guerra, a China, em 50 anos, se urbanizou, desenvolveu seu sistema produtivo e impulsionou seus mais de um bilhão de habitantes num espiral de crescimento de renda. O próximo tópico deste capítulo pretende tratar,

8 *BBC. China in Africa: Developing ties.* Reportagem de 3 de julho de 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6264476.stm>. Acesso em:

9 *Economist.* Reportagem de 7 de fevereiro do 2008. Disponível em:

http://www.economist.com/business/displaystory.cfm?story_id=10653792

10 *China Daily.* Disponível em: www.chinadaily.com.cn/china/2007-04/12/content_849420.htm

11 *Economist.* Reportagem de 11 de janeiro de 2007. Disponível em:

http://www.economist.com/business/displaystory.cfm?story_id=E1_RVTVRTT

em linhas gerais, do caminho que levou a China a ser o que é hoje. Serão privilegiadas as políticas após a abertura econômica do final da década de 1970.

1.3. Desenvolvimento pós Revolução Comunista

A China saiu muito enfraquecida da Segunda Guerra Mundial. A ocupação japonesa, que durou até o final da Guerra, além de ter colocado parte da população chinesa em situação de escravidão, dominou a área dinâmica da economia, a região da Manchúria, situada a nordeste do país. O governo do Kuomintang, liderado por Chiang Kai Chek, amargou uma falta de popularidade, em parte por ter sido incapaz de organizar uma resistência à altura do adversário. Mao Tsé-Tung, que liderava a organização comunista e já havia dado provas de força como a Grande Marcha, crescia em popularidade. Em 1949, os comunistas tomaram o poder, com grande apoio popular.

O novo governo passou a tomar medidas para mudar radicalmente tanto o modo de organização da China como a maneira de pensar da população. Como afirma RUIZ (2006), *“a Revolução varre do solo chinês as forças responsáveis pelo atraso, pela paralisia e pelas tendências desagregadores do país. São eliminados os restos das antigas burocracias civis e militares que sobreviveram à queda do império, os proprietários de terras parasitários que viviam de rendas e as camadas burguesas ligadas ao comércio exterior, criadas com a ocupação de regiões do país por potências estrangeiras”*. A agricultura passou por uma reforma agrária radical, eliminando os grandes proprietários e a agricultura familiar, e organizando os camponeses em comunas agrícolas. O controle da economia foi centralizado, seguindo o modelo soviético, com empresas estatizadas e planos quinqüenais. Nas duas décadas que se seguiram à Revolução, o governo buscou a descentralização industrial e a convergência da renda entre as regiões.

O primeiro plano quinqüenal data de 1953. Seguindo o modelo soviético, buscou-se a industrialização pesada do país. Para tanto, o governo precisou manejar o excedente agrícola de forma que este assegurasse recursos suficientes para a industrialização. É justamente neste momento que o controle sobre a população se tornou necessário. Este controle tornou-se útil tanto para manejar o excedente agrícola e os salários quanto para alocar recursos humanos nas obras de industrialização e de ocupação do território. Para permitir este controle, foi criado, na época do primeiro plano quinqüenal (1953-57), o *hukou*, espécie de passaporte interno para a população. O sistema *hukou* será apresentado com mais detalhes e analisado no próximo

capítulo.

Neste primeiro período da industrialização, a China recebeu forte apoio financeiro e tecnológico soviético. Este quadro mudaria apenas em 1960, com um corte da assistência soviética à China, em resposta à política autônoma desta última. Em consequência, já em 1963 ocorre o rompimento informal das relações entre os dois países. Neste meio tempo, durante o segundo plano quinquenal, acontece o Grande Salto Adiante. A proposta era descentralizar parte das decisões do governo fortalecendo as comunas agrícolas, ao mesmo tempo em que a produção industrial ganharia maior atenção. Deixadas à própria sorte, as comunas deveriam produzir, distribuir e cuidar das infra-estruturas regionais, além de enviar excedentes à cidade (SPENCE, 1996). Apresentado como um novo passo em direção ao comunismo, constituiu-se numa tragédia, pois a produção de alimentos teve uma expressiva queda, colocando grande parte da população em situação de fome – acredita-se que até 30 milhões de pessoas morreram devido à fome (SPENCE, 1996).

Para revitalizar o governo e recuperar o seu prestígio, Mao Tsé-Tung organiza a Grande Revolução Cultural do Proletariado (conhecida como Revolução Cultural), que aconteceu entre 1966 e 1968. Depois da Revolução Comunista, os quadros do governo foram completados em grande parte por indivíduos cultos da sociedade, educados sob a tradição confucionista. Esses criaram novas burocracias civis e militares que, na visão de Mao, poderiam paralisar o desenvolvimento do país, como aconteceu na China anterior à revolução (RUIZ, 2006). Neste intuito, e também provavelmente com a intenção de consolidar o seu poder, Mao Tsé-Tung promove grande perseguição política a líderes do governo. Deng Xiaoping, que viria a ser o presidente, na época foi enviado a um campo de reeducação, e seu irmão foi morto. As comunas também foram reorganizadas. A Revolução Cultural só terminou com a intervenção do Exército de Libertação do Povo. Apesar do aumento no prestígio de Mao neste período, o desenvolvimento da economia do país, mais uma vez, sofre um revés, com uma diminuição da produção agrícola.

Durante o período de Mao Tsé-Tung, o setor industrial foi em boa parte realocado para regiões interioranas. Apesar do litoral sul não concentrar as manufaturas no período, o litoral centro e norte eram as áreas proeminentes até então. A principal razão para esta realocação parece ter sido estratégica. Uma vez que a China previa um eventual conflito militar com os EUA ou outros países do ocidente, interiorizar a produção era uma maneira de evitar uma fragilidade. Nas palavras de BAO, CHANG e SACHS (2002): *“Muitas companhias de Shaghai ou outras regiões costeiras foram realocadas para as montanhas em Guizhou, Sichuan e Hubei, onde estradas ou trilhos de trem eram precários ou inexistiam, água e eletricidade faltavam, e os*

mercados de matérias primas e produtos eram distantes. Estas fábricas muitas vezes não puderam produzir nada por anos após as transferências, tornando seu equipamento rústico e pouco funcional. Só uma fração das empresas realocadas conseguiram produzir bens, mas, na maioria das vezes, limitados a produtos militares e com custos econômicos imensos”. As decisões econômicas, como se verá, se tornaram cada vez mais pragmáticas e funcionais a partir dos anos 1970.

Os anos 1970 foram marcados por um aumento das propostas liberalizantes, por uma reaproximação dos EUA – a China entra para a ONU em 1970 e em 1972 recebe a visita de Nixon – e pela morte de Mao Tsé-Tung. Enquanto em 1975 é anunciado o plano denominado das 'quatro modernizações', apenas após a morte de Mao, em 1976, é que a liberalização se torna uma política econômica (SPENCE, 1996). As 'quatro modernizações' significavam mudanças na agricultura, na indústria, no desenvolvimento tecnológico e nas forças armadas. No início das Reformas, a China era basicamente uma economia agrícola. Apenas uma reduzida indústria pesada havia sido implantada. No início dos anos 1950, com assistência dos soviéticos, e durante as décadas de 1960 e 70, pelos próprios chineses. Estas indústrias se concentraram na Manchúria, região norte, e em regiões centrais. Além disso, a diferença de renda entre a população que habitava o interior do país e a região costeira não era substancial neste período – disparidade que irá aumentar fortemente com as reformas. A região costeira, no final da era Mao, estava basicamente baseada nas mesmas atividades do período anterior à Revolução (BAO, CHANG e SACHS, 2002).

As reformas chinesas se caracterizaram e se distinguiram daquelas executadas nos países da antiga União Soviética por terem sido implementadas de maneira gradual. Cada nova medida foi testada experimentalmente – o que ainda acontece hoje –, evitando muitos problemas que poderiam acontecer numa brusca mudança de uma economia planificada para uma de mercado. Esta postura experimental incentivou o governo a ser aberto às mais diversas políticas, considerando todos meios possíveis para se reformar a sua economia. LIU e GARINO (2001) resumem esta opção da seguinte maneira:

“A reforma chinesa não adotou uma postura cortante para transformar a economia, nem seguiu uma privatização em larga escala, o que contrasta com outras antigas economias socialistas. Estas últimas implementaram um leque radical de mudanças, junto a um completo programa de privatizações. A experiência chinesa de reforma tem sido única, no sentido de que ela não começou com uma trilha definida ou um objetivo final de chegar a ser uma economia de mercado. Mais do que tudo, ela adotou uma estratégia de tentativa e

erro. Conforme Deng Xiaoping: 'cruzar o rio procurando por pedras de apoio ao longo do caminho'.” (LIU e GARINO, 2001: 2)

As Reformas buscaram conciliar elementos do socialismo chinês com a economia de mercado ocidental. Os governantes acreditavam que cada país pedia um modelo de desenvolvimento próprio para as suas peculiaridades. DENG XIAOPING (1982), no discurso de abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China, afirmou: *“na revolução e na construção nos devemos aprender com os países estrangeiros e pensar a partir da experiência deles. Entretanto, aplicar mecanicamente um modelo externo ou copiar a experiência de outro país nos irá levar a lugar nenhum... Nos precisamos integrar as verdades do marxismo com as realidades concretas da China, construindo um socialismo com características chinesas – esta é a conclusão que chegamos após rever nossa longa história”*.

As grandes reformas econômicas começam com a agricultura em 1978, ano em que Deng Xiaoping se torna presidente. A agricultura, até então, era em grande parte deixada à própria sorte. Esta relação com o campo, entretanto, não é exclusiva da China. Conforme PAUL SINGER (1975: 12), *“o que caracteriza o campo, em contraste com a cidade, é que ele pode ser – e, de fato muitas vezes tem sido – auto-suficiente”*. A reforma na agricultura eliminou praticamente todas as comunas e restaurou a agricultura familiar. A agricultura familiar voltou a ser majoritária por volta de 1982. A agricultura familiar se tornou uma espécie de empresa rural, pois as atividades no campo passaram a ser reguladas por contratos de responsabilidade. Os camponeses se comprometiam com o governo a produzir um nível mínimo que seria vendido ao Estado por um preço fixo. O restante da produção era de propriedade dos agricultores, podendo ser comercializado nos mercados locais, os quais também foram organizados pela reforma. Muito bem sucedida, esta reforma sustentou a transição da economia centralizada para a de mercado, tanto politicamente, dando credibilidade a Deng Xiaoping, quanto em termos de recursos, aumentando a renda da população e o excedente (XIE, 2003). O cultivo aumentou e a produção de grãos subiu de 304,8 milhões de toneladas, em 1978, para 407,3 milhões de toneladas em 1984. Este número continuou subindo, incentivado, num segundo momento, pela aplicação de fertilizantes e outras inovações tecnológicas, fazendo a produção atingir um pico de 508,4 milhões de grãos em 1999 (HEILIG, 1999). Nos últimos anos, entretanto, em razão da perda de terras cultiváveis para a indústria e para a urbanização e sob o efeito da migração de mão-de-obra do campo para a cidade, a produção de grãos tem caído. A queda, apesar de moderada, tem sido constante, obrigando o país a ser tornar um importador de grãos e de outros alimentos. Em 2004, medidas de redução dos impostos sobre a agricultura e incentivos tentaram

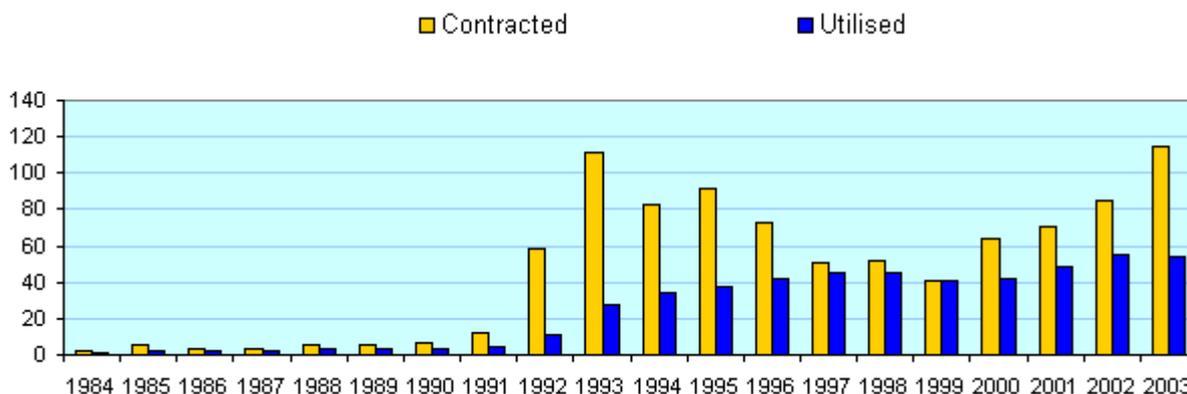
contrabalançar esta tendência, melhorando o volume da produção (HEILIG, 1999).

O estímulo dado aos camponeses, com a possibilidade de venderem no mercado o excedente de sua produção tem certamente um forte papel na explicação do alto crescimento da produção agrícola. Com efeito, a motivação dos agricultores foi chave. Entretanto, autores argumentam que a disponibilidade de insumos modernos para a agricultura e obras de irrigação feitas pelo governo, no período anterior às reformas, foram também necessárias ao crescimento impressionante da produção.

Consecutivamente às reformas na agricultura, o governo passou a mirar o mercado e os investimentos externos como uma alavanca para o crescimento interno. Em 1979 foram criadas, de maneira experimental, as duas primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Estas foram em Guangdong e Fujian, as duas províncias no litoral sudeste do país, viradas para Hong Kong e Taiwan. E em Guangdong que se localiza a cidade de Guangzhou, símbolo do desenvolvimento chinês na década de 1990. Estas áreas se especializaram em processamento para exportação e ganharam liberdade para receber investimentos estrangeiros, importar insumos e realizar operações cambiais. Ao contrário do previsto pelo governo, a entrada de investimentos estrangeiros (IDE) foi moderada durante a década de 1980. A maior parte dos recursos nesta época provém de chineses no exterior, em especial dos que foram para Hong Kong e Taiwan. Apesar das ZEE, a entrada destes recursos era bastante limitada, pois o governo exigia a formação de *joint-ventures* entre empresas locais e estrangeiras e a transferência de tecnologia. Além disso, estas zonas foram alvo de muita corrupção e especulação imobiliária.

O governo, em resposta, introduziu novas reformas no decorrer da década de 1980, alterando a burocracia das ZEE e expandindo o seu número. A figura 1.4 mostra a evolução do IDE durante todo período. O grande salto na entrada de recursos estrangeiros só acontece a partir de 1992, quando o governo destrava as barreiras para a entrada de empresas estrangeiras, adota um sistema completo de preços de mercado e cria uma infra-estrutura atrativa para as empresas estrangeiras. Além disso, foram dados muitos incentivos fiscais e crédito local para investidores (BAO, CHANG e SACHS, 2002). Foi um grande *boom* econômico, que girou em torno das cidades litorâneas, contempladas com as políticas. Em 1992, também, a abrangência das ZEE foi aumentada. Todas as capitais de província e o litoral foram abertos para investimento privado; estrangeiro ou nacional.

Figura 1.4 – IDE na China, em US\$ bilhões (valores de 2003)



Fonte: sitio Chinability. Disponível em: <http://www.chinability.com/FDI.htm>

Durante a década de 1980, o governo também foi retirando barreiras à iniciativa privada nacional. As mudanças graduais começaram em 1980, com um experimento na província de Sichuan. Os dirigentes de certas empresas estatais ganharam autonomia de produção e incentivos materiais para aumentar a vitalidade e a eficiência dos seus negócios. Após quatro anos desta experiência, o governo decidiu aumentar a autonomia de todas as empresas estatais, dando liberdade a elas de planejar a quantidade de produção e guardar os lucros acima do patamar que deveriam enviar ao Estado. As contas das estatais foram separadas das do Estado. Estas reformas de 1984 também contribuíram para fortalecer desigualdades regionais que se formavam à época. Como as províncias mais ricas tinham um setor industrial mais amplo, elas tenderam a ganhar mais com essas reformas (TSUI, 1996). O processo de formação das desigualdades regionais será retomado mais adiante. É interessante notar que durante a década de 80, a maior parte dos preços na China ainda era decidida pelo governo, e não havia regime jurídico que controlasse a iniciativa privada. Mesmo autônomas estas empresas ainda continuaram muito íntimas do governo central e regional, razão pela qual muitos empréstimos foram repassados para empresas sem condições de solvência necessária¹². Durante este período, muitas empresas estatais de pequeno porte foram assumidas ou por cooperativas de trabalhadores ou por proprietários individuais.

As reformas no sistema de preços começaram no início dos anos 80. Foi criado um mercado para preços de certas commodities, o que foi bem sucedido para incentivar a oferta. Em 1984, o país adotou um sistema de preços duplo. Foi uma mistura de economia de mercado e

¹² No final da década de 1990, um grande debate na China girava em torno da insolvência de muitas empresas estatais, as quais receberam empréstimos durante este período onde as regras não estavam muito bem definidas.

planejada, onde tudo tinha dois preços (ALONSO, 2005). Isto funcionou como um laboratório do mercado para os chineses, que durante três décadas viveram numa economia planejada. A reforma no sistema de preços culminou com a decisão tomada no Congresso do Partido Comunista de 1993 de liberar todos os preços da economia e desenvolver uma economia completa de mercado.

As mudanças sofridas pelo país na década de 80 não vieram sem problemas. Inflação e superaquecimento da economia foram companheiros da abertura. Em 1980, a China se torna “nação mais favorecida” no comércio com os EUA, estimulando as empresas exportadoras no seu território. A China também entrou no FMI e no Banco Mundial neste mesmo ano. Isto, junto com uma desvalorização na moeda local, acelerou o crescimento ao longo da década. Entre 1984 e 1989, o crescimento real anual médio no país foi de 12,1%. No final da década, a inflação se tornou galopante, influenciada por uma corrida às compras resultante de uma tentativa de liberalização dos preços no atacado, ocorrida em 1988. O governo precisou cortar muitos investimentos que havia planejado para conter a demanda doméstica (XIE, 1993). É interessante notar que o crescimento na década de 80 não foi vinculado a um superávit nas exportações. De 1980 a 1989, a balança comercial chinesa foi deficitária em todos os anos. A política do governo era investir em infra-estrutura, tanto para atrair investimentos estrangeiros, como o fez no litoral, como para preparar o desenvolvimento do próprio sistema produtivo. Assim, o governo passou a década com uma forte política de importação de bens de capital, conseguindo trazer a sua indústria aos padrões ocidentais (OLIVEIRA, 2007).

Um divisor de águas na abertura chinesa foi a visita de Deng Xiaoping para Guangdong e Shanghai, duas grandes receptoras de investimentos estrangeiros. Nesta visita, o presidente chinês chamou os estrangeiros a investirem no país e garantiu a segurança destes investimentos. A iniciativa foi confirmada, pouco tempo depois, pela adoção de uma economia plena de mercado, pela criação de um regime legal interno e pela generalização das ZEE. Conforme mostra a Figura 1.4, o período que se seguiu foi caracterizado por um crescimento extraordinário no IDE. O ano de 1992 foi realmente sem precedentes na história. Na época, o secretário-geral do PCC, Ziming Jiang, declarou: “*nós deveríamos vigorosamente aprender e adaptar coisas úteis dos países capitalistas*” (XIE, 1993: 199). O primeiro-ministro na época, Li Peng, antecipando as reformas que viriam em 1992, também afirmou: “*o altamente centralizado sistema de planejamento econômico deve ser substituído pela harmonia do planejamento e economia de mercado em conjunto*” (XIE, 1993: 199).

As políticas de abertura gradual envolveram escolhas que privilegiaram certas áreas e setores. Tanto em razão da escolha do caminho pela tentativa e erro como por conta dos limites

na capacidade do Estado em fazer investimentos fixos que estimulassem a iniciativa privada, a área litorânea e as grandes cidades se tornaram os centros dinâmicos da economia. Conquanto as cidades tiveram privilégios em relação ao resto do país mesmo na época de Mao Tsé-Tung, as reformas iniciadas por Deng Xiaoping contribuíram para aumentar a concentração da atividade econômica, apesar de desconcentrar o controle político. Buscando crescimento econômico, as políticas de Deng Xiaoping favorecem regiões que tinham melhores condições de desenvolvimento, ou seja, conforme o entendimento da época, as que ficassem perto da costa, e tivessem portos e infra-estrutura necessária para o comércio internacional. A base para a expansão seria a grande dotação chinesa de mão-de-obra. Além disso, segundo FAN (1997), estes centros de crescimento regionais deveriam ser escolhidos levando-se em consideração as vantagens comparativas regionais, como no modelo de Heckscher e Ohlin. A decisão das regiões escolhidas para se desenvolverem foi dada, de forma explícita, pelas políticas governamentais. Como afirma SMALL (2002: 2160), “*a distribuição de atividades entre as cidades no final da década de 1970 estava longe do que teria acontecido numa economia de livre mercado*”.

O esquema político que definiu a divisão regional foram os planos quinquenais. O sexto plano, de 1981 a 1985, indicava a preferência por certas províncias e apontava possíveis centros de crescimento. Já o sétimo plano foi categórico. Ele trouxe a idéia de três cinturões econômicos: região costeira, central e oeste. A região oeste ficaria focada na pecuária, extrativismo vegetal e mineração. A região central ficaria com a geração de energia e produção agrícola. A costeira, entretanto, ficaria com o peso da industrialização incentivada pelo mercado externo e pelo investimento direto estrangeiro (RUIZ, 2006). Confirmando o poder do governo chinês em definir o caminho que a sua economia deve seguir, os planos quinquenais se materializaram nos próximos anos. Conforme mostra a Figura 1.5, os investimentos estrangeiros se concentraram massivamente na região costeira. A região costeira é descrita como Leste. Conforme a tabela, o investimento estrangeiro acumulado de 1992 a 1998 na região costeira representa 83,29% do total do investimento que entrou no país no período. A região central, em contraste, recebeu apenas 6% dos investimentos no período. Para comparação, o Brasil, entre 1993 e 1999, recebeu cerca de US\$ 84 bilhões¹³. O valor total recebido pela China entre 1992 e 1998, portanto, é cerca de três vezes o recebido pelo Brasil. Como ilustração, a primeira província da lista, com 28% do total dos investimentos estrangeiros acumulados no período é Guangdong, pioneira na abertura para o exterior e vizinha da potência Hong Kong. Devemos entender que esta escolha de período é interessante, pois, conforme mostrou a Figura 1.4, apenas a partir de 1992, ano em que novas

13 FRANCO, G. *Investimento direto estrangeiro no Brasil (1995-2004)*. Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/CIDEC_IDE%20no%20Brasil.PDF

políticas de liberalização da economia são implantadas, que os investimentos estrangeiros explodiram na China.

Figura 1.5

Investimento Direto Estrangeiro (acumulado 1992 – 1998)

	Província	US\$ milhões	%	Região
1	Guangdong	68 401,03	28,00	Leste
2	Jiangsu	30 537,91	12,50	Leste
3	Fujian	24 548,92	10,04	Leste
4	Xangai	20 853,60	8,53	Leste
5	Shandong	16 259,06	6,65	Leste
6	Liaoning	11 170,71	4,57	Leste
7	Tianjin	10 035,07	4,10	Leste
8	Beijin	8 782,11	3,59	Leste
9	Zhejiang	8 043,92	3,29	Leste
10	Hainan	5 351,58	2,19	Sul
11	Guangxi	5 010,58	2,05	Sul
12	Hebei	4 941,69	2,02	Leste
13	Hubei	4 536,58	1,85	Centro
14	Hunan	3 886,82	1,59	Centro
15	Sichuan	3 208,72	1,31	Centro
16	Henan	3 055,49	1,25	Centro
17	Heilongjiang	2 997,09	1,22	Norte
	Outras Províncias	12 336,02	5,05	
	Total	244 277,66	99,80	

Fonte: Hsiao & Gastanaga (2001).

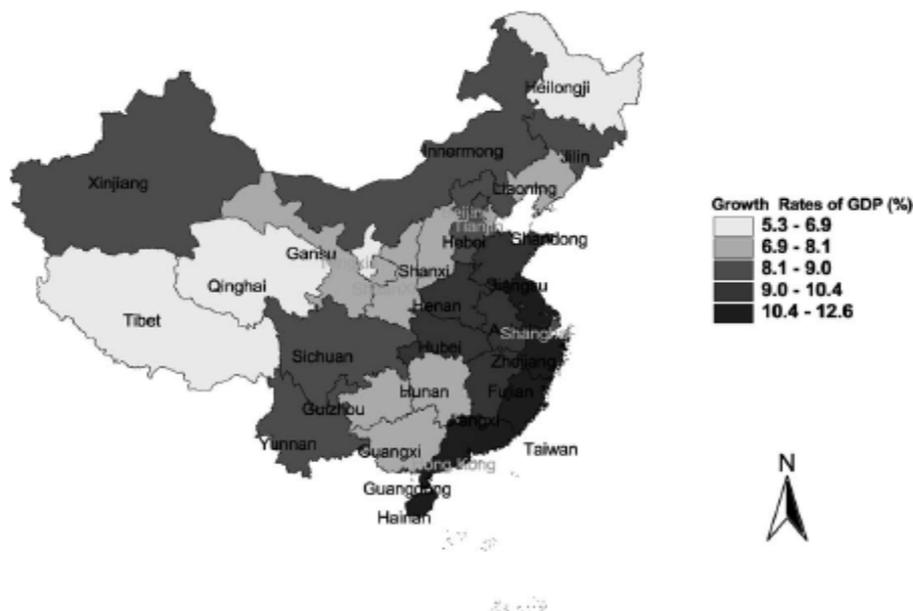
Fonte: Ruiz (2006)

É importante acrescentar que as escolhas políticas não foram o único fator que impulsionou o litoral. Conforme dito anteriormente, a partir de 1992, a maioria das grandes cidades no interior foi aberta para investimentos estrangeiros e capitais privados. Os governos destas localidades providenciaram mesmo muitos incentivos extra. Entretanto, não se observou uma dispersão do dinamismo econômico para fora do litoral. As áreas rurais continuam com uma infra-estrutura precária. Conforme LIANG, CHEN e GU (2002: 1185), “*muitas áreas rurais da China não têm estradas e trilhos adequados, o que definitivamente limita o potencial de industrialização destas áreas*”. Dois outros fatores são também importantes nesta concentração. Por um lado, o investimento já existente serviu como um motor de crescimento no litoral, criando atrativos pela aglomeração produtiva. Por outro, a região costeira tem uma grande vantagem espacial e topográfica. É a região que concentra os portos do país e tem o relevo menos acidentado do território. Conforme BAO et al. (2002: 98), “*estas vantagens reduzem os custos de transporte e comunicação, aumentando, então, o retorno dos investimentos e atraindo*

mais capital”. Além disto, há a óbvia proximidade com os mercados externos. Assim, tanto as políticas quanto a infra-estrutura e as vantagens geomorfológicas do litoral contribuíram para o seu dinamismo.

O cinturão costeiro, beneficiado tanto das políticas como do capital vindo do exterior, se tornou a zona mais dinâmica da economia chinesa. No período de 1978 a 1997, o PIB per capita

Figura 1.6 – Crescimento médio do PIB por província (1978-1997)



Fonte: Bao et al. (2002: 91) – É interessante notar que as regiões de alto crescimento constituem o chamado “cinturão costeiro”.

das regiões costeiras cresceu em média 10%, enquanto o das províncias centrais 8,4% e o das remotas regiões a oeste 7,4%. A diferença, que é marcante levando em conta o longo período considerado, se torna ainda mais impactante se considerarmos que as regiões costeiras receberam muitos migrantes provenientes do centro e do oeste no período – cerca de 150 milhões de trabalhadores migraram para as regiões econômicas mais dinâmicas nas últimas três décadas. A Figura 1.6 mostra o crescimento econômico anual médio das províncias chinesas entre 1978 e 1997. As cores mais escuras correspondem a um maior crescimento de renda anual. A intenção é, em linhas gerais, mostrar a diferença de crescimento entre as províncias, o que levou a um aumento da desigualdade econômica. Além disto, houve a formação de um cinturão litorâneo de alto crescimento, que se beneficiou mais das décadas posteriores às reformas de Deng Xiaoping. Apesar da Figura 1.6 não diferenciar, o crescimento da área litorânea não foi constante ao longo do período – as informações até agora, como o salto no IDE a partir do início dos anos 1990,

ajudam a sustentar esta afirmação. A partir do início dos anos 1990, a região costeira acelerou muito o seu crescimento.

A China alcançou, na virada do século, grande sucesso econômico, mas com o ônus de um desequilíbrio regional. Nas palavras de TSUI (1996: 365): “*as reformas econômicas na indústria urbana, a descentralização fiscal, o desenvolvimento rápido de indústrias na região costeira, o crescimento rápido do setor terciário e o fluxo de capital estrangeiro para as províncias mais ricas parecem ser responsáveis pelo aumento das desigualdades entre províncias desde a metade dos anos 1980. Estas forças desequilibrantes continuarão a beneficiar mais as províncias ricas do que as pobres se mudanças não forem tomadas*”. Concomitante a este crescimento econômico vertiginoso nos meios urbanos e no litoral houve um incremento na urbanização e também um movimento migratório interno de grande força. O *hukou*, neste processo, vem atuando como um controle aos incentivos à migração, tentando mitigar o impacto da criação de uma zona dinâmica e próspera dentro de um país que até a pouco tempo era basicamente agrário. Como veremos no item 1.4 e nos próximos capítulos do trabalho, o *hukou* atuou de forma bem sucedida ao restringir a urbanização, porém com custos sociais altos.

A abertura econômica do país também trouxe um aumento da desigualdade entre os cidadãos. Acostumados a uma economia sem mercado, onde os preços e salários eram praticamente constantes e pouco diferenciados por atividade ou função, os chineses vivem hoje um crescimento econômico que favorece mais alguns cidadãos do que outros. A China tinha em 2005 um índice de Gini de aproximadamente 0,480, o qual vem crescendo a mais de 6% ao ano desde o início dos anos 1990¹⁴. A Figura 1.7, do periódico *Economist*, mostra a medida da desigualdade chinesa em comparação com outros países¹⁵. Apesar de ainda não estar perto do caso brasileiro, a China é hoje mais desigual que praticamente todas as economias do leste asiático – e as exceções não são representativas, como Brunei. Na China, já em 2001, os 20% mais ricos da população urbana recebiam 42% dos rendimentos totais, enquanto os 20% mais pobres recebiam apenas 6,5%. Este índice tende a se agravar. Em 2006, a China possuía cerca de 345 mil milionários – a categoria considera pessoas com mais de um milhão de dólares investidos¹⁶. Colaborando com este aumento no índice de Gini está o fato de que as reformas não aumentaram a renda efetiva de parte da população. Apesar de em termos de renda absoluta a pobreza na China ter diminuído fortemente desde a década de 1970, este fato não leva em conta,

14 *Economist*. Dreaming of harmony. Artigo de 19 de outubro de 2006. Disponível em: economist.com

15 *Economist*. Disponível em: economist.com

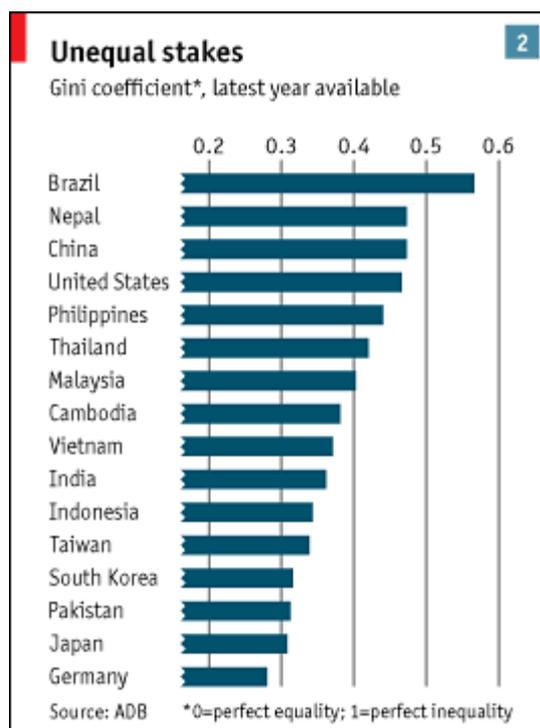
16 Agência FRANCE PRESS. Dados do banco Merrill Lynch. Disponível em: <http://afp.google.com/article/ALEqM5ixQIU1GeghWewhn1PFb2nZwzEPPg>

por exemplo, mudanças no custo de vida – a linha de pobreza adotada, mostrada anteriormente, não variou conforme as mudanças na economia do país. Como afirma MENG, GREGORY e WANG (2005: 711), “*a propensão a poupar, o preço relativo dos alimentos, a necessidade de gastar mais para serviços médicos, educação e moradia, e a crescente desigualdade de renda contribuíram para um aumento na pobreza relativa. No período (1986 a 2000), estes quatro efeitos suplantaram os benefícios do aumento de renda na redução da pobreza*”. Os autores consideram que o aumento das incertezas numa economia de mercado aumenta a propensão a poupar da população, e a abertura dos serviços e preços ao mercado inflacionou os alimentos e aumentou o preço de serviços públicos ou essenciais que antes eram mesmo gratuitos. As reformas, sem dúvidas, não foram boas para todos.

Neste mesmo sentido, cabe fazer referência ao desemprego. O aumento da produtividade e a liberação de mão-de-obra do campo contribuem para a criação de uma massa de trabalhadores com dificuldades de encontrar emprego, apesar do forte crescimento da economia. Os dados sobre desemprego, assim como outros, são muito restritos e variam fortemente de acordo com o órgão que os elaborou. Oficialmente, ele é muito baixo, pouco acima de 4%. Porém, certas fontes chegam a outros números. Uma pesquisa em 5 grandes cidades feita por acadêmicos da Academia Chinesa de Ciências Sociais e a Universidade do Michigan concluíram que o desemprego nestas cresceu de 7,2% para 12,9% entre 1996 e 2001. Isto pode ser um reflexo do baixo aumento no emprego, de acordo com as estatísticas oficiais da China. Segundo o governo chinês, entre 1998 e 2002, o número de empregos subiu 1% ao ano, de 706 para 737 milhões¹⁷. No mesmo período, a produtividade do trabalho aumentou mais de 6,7% ao ano e o PIB ainda mais.

17 China Estatistical Bureau

Figura 1.7 – Coeficiente de Gini para países selecionados (dados de 2004)



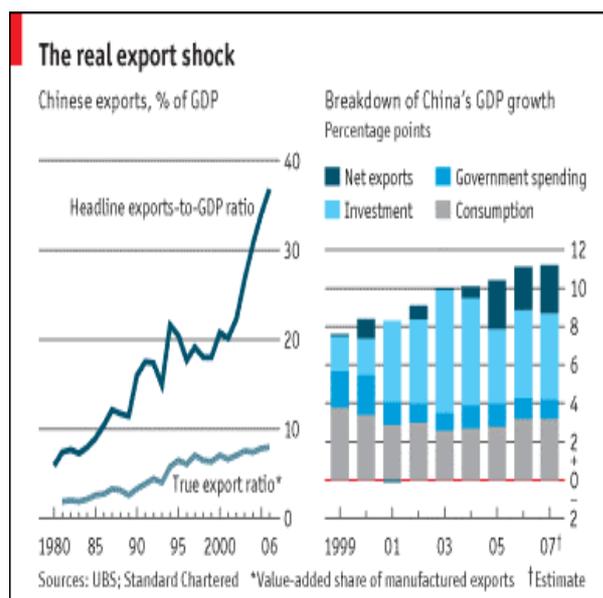
Fonte: Economist.com

As reformas de abertura chinesas mantêm-se contínuas, apesar das maiores mudanças terem acontecido até a década de 1990. Entre as principais medidas tomadas nos últimos anos, pode-se citar uma mudança nos tributos, a criação de uma legislação para a iniciativa privada, a abertura cada vez maior para empresas estrangeiras se instalarem no país – principalmente após a entrada da China na OMC, em 2001 –, a privatização de empresas estatais e a criação de campeões nacionais – em 1997 que o PCC autorizou a privatização de parte das companhias estatais, deixando, porém, as mais importantes sob domínio do Estado –, e incentivos para o fortalecimento do mercado interno. As reformas vêm alterando o perfil da economia chinesa, que cada vez mais internaliza processos industriais, avança para a alta tecnologia e diminui a sua dependência dos mercados externos. Uma reforma que chama atenção é a do sistema tributário, em 2003. Revertendo a tendência das políticas iniciada em 1978, em que o governo buscou descentralizar a economia para aumentar a eficiência desta, a tributação foi centralizada. A intenção foi que o Estado divida de forma exata e constante os tributos com os governos locais e, também, consiga aumentar a arrecadação – esta mudança foi bem sucedida e, somente em 2004, conseguiu aumentar a arrecadação em 17%¹⁸. Além disso, o país apresenta fundamentos cada vez

18 É interessante chamar a atenção para um sistema de redução da sonegação implantado nesta época. Para

mais sólidos. Suas reservas em moeda estrangeira cresceram numa velocidade crescente, de US\$ 2,3 bilhões, em 1977, para US\$ 1.528 bilhões, em dezembro de 2007, sendo atualmente as maiores do mundo. Investimento e crédito no mercado interno também não faltam. Conforme o periódico *Economist*, “os bancos estão nadando em liquidez; o povo chinês poupa uma média de

Figura 1.8 – Relação exportações – PIB (na esquerda) e decomposição do PIB (na direita)



Fonte: *economist.com*. Disponível em: http://www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=10429271

* Na esquerda, a curva clara representa a relação real. Na direita, o cinza representa o consumo, azul médio os gastos do governo, azul claro o investimento e azul escuro as exportações líquidas.

40% de sua renda, e o suprimento de dinheiro na economia é bem acima do dobro do PIB anual”. A economia chinesa, que tem conseguido aproximadamente dobrar o seu PIB a cada 7 anos, está numa situação muito diversa agora do que no início das reformas.

Hoje, ao contrário dos anos 70, afirmar que a economia chinesa é movida pelas exportações é um mito. Apesar da relação entre as exportações e o PIB em 2007 ser de 40%, este número é sobre-valorizado em razão da maior parte da indústria manufatureira chinesa funcionar montando e trabalhando sobre componentes importados – o valor das exportações, assim, é em grande parte composto por importações feitas anteriormente, e não apenas produtos locais. Caso

incentivar os consumidores a pediram a nota fiscal de suas compras, todos os comerciantes devem emitir suas notas num papel dado pelo governo que vem com uma 'raspadinha' no verso. Como numa loteria, o consumidor raspa o verso do papel e pode ganhar diversos prêmios do governo, como automóveis.

se calcule o valor das exportações em termos de valor agregado, da mesma maneira do PIB, a relação entre os dois cairá para 10%. Ver, para isso, a Figura 1.8. Neste patamar, a China estaria um pouco mais exposta ao desempenho das exportações do que o Japão, mas muito menos do que economias baseadas no mercado externo como Taiwan e Cingapura¹⁹. Outro dado que confirma esta afirmativa é o mercado de trabalho. Pesquisas sugerem que apenas um terço dos trabalhadores no setor manufatureiro são empregados em segmentos orientados à exportação. Segundo ANDERSON (2007), a economia chinesa hoje se assemelha mais com a dos EUA do que a das economias asiáticas, estas últimas estando muito voltadas para o mercado externo. O autor encontra uma relação muito fraca entre o desempenho do comércio exterior chinês e o de seu produto interno bruto. O mercado interno chinês há alguns anos vem crescendo a uma média de 9% ao ano. Neste sentido, vale a pena voltar para a Figura 1.8. Na parte direita da Figura, o crescimento do PIB chinês é fracionado em seus componentes. Durante o período apresentado (1999-2007), o investimento e o consumo foram as duas categorias que mais contribuíram para o aumento na renda interna do país. A participação das exportações líquidas varia bastante conforme o ano e não chega a ser muito expressiva. Assim, esta não deve ser considerada como o fator dinâmico da economia chinesa atual.

1.4. Os fluxos migratórios

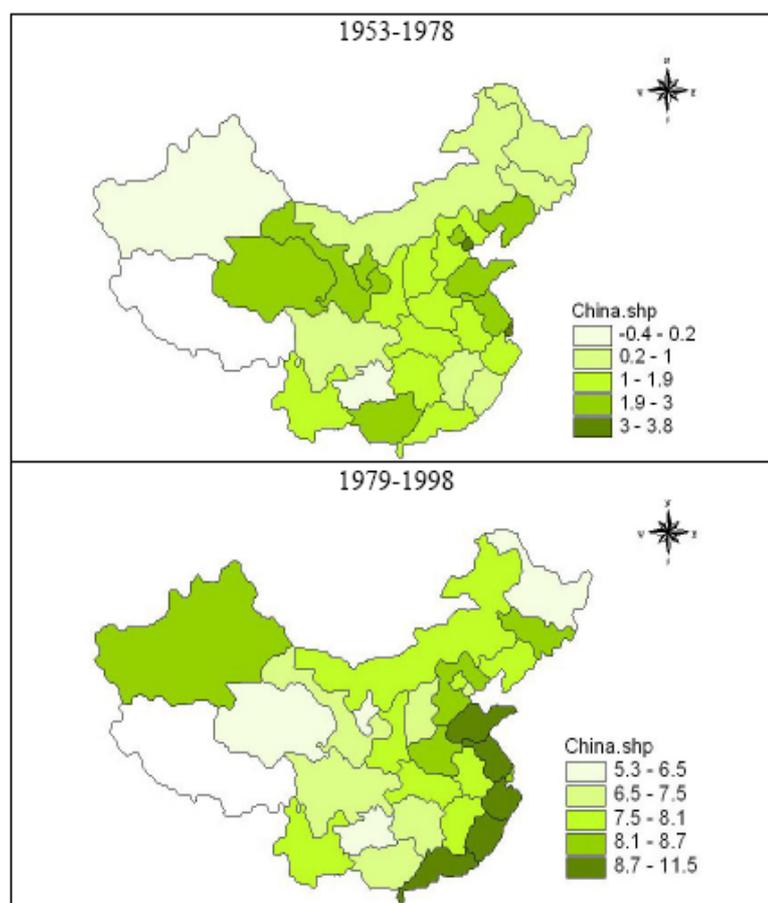
Em termos geográficos, os fluxos migratórios internos chineses se originam nas regiões mais pobres e se destinam às mais prósperas. Conforme apresentado anteriormente, a região menos favorecida da China é a oeste. Apesar do extremo oeste apresentar uma disponibilidade de matérias-primas superior à da região costeira, a população destes locais vive em condições econômicas mais precárias do que a da região leste do país. Conforme relatório do BANCO MUNDIAL (2001: 43), “*cerca de dois terços dos domicílios pobres da China ficam na região oeste do país, longe da zona costeira, que vem tendo um boom econômico*”. As razões disto são tanto o desenvolvimento histórico destes locais como as políticas implementadas pelo governo chinês após a década de 1970. Como se sabe, estas políticas deslocaram o eixo histórico de desigualdade regional de norte-sul para leste-oeste, sendo os primeiros os mais prósperos. Como afirma Ruiz (2006), apenas no período inicial destas políticas pós-reforma se registrou queda nas desigualdades espaciais chinesas. Desde então, a polarização campo-cidade, as diferenças inter-

19 *Economist*. Artigo de 3 de janeiro de 2008. Disponível em: An old Chinese Myth.
http://www.economist.com/finance/displaystory.cfm?story_id=10429271

regionais e interprovinciais se acentuaram e geraram crescentes tensões políticas (TSUI, 1996). Para ilustrar a questão, já discutida na primeira parte deste capítulo, é interessante citar novamente o sétimo plano quinquenal, vigente de 1986 a 1990. O plano propunha a idéia de « três cinturões econômicos » (RUIZ, 2006). Estes eram: a região costeira, a região central e a região oeste. A região oeste ficaria especialmente com a pecuária, extrativismo vegetal e mineração, e a região central com as atividades de produção agrícola e geração de energia. Enquanto isso, a região costeira seria alvo da industrialização incentivada pelos investimentos estrangeiros e mercado externo. Esta idéia, que buscava a eficiência econômica, inevitavelmente enriqueceria de maneira desigual a região costeira em relação às outras regiões. Como mostra a Figura 1.9, uma variante da Figura 1.6, foi o que aconteceu.

De acordo com a Figura 1.9, entre 1953 e 1978, apesar de um crescimento acima da média ter acontecido em províncias como Guanzi e Qinghai, as quais foram aliadas do

Figura 1.9 – Crescimento anual do PIB por região (%)
(%)
Taxa Média de Crescimento Anual do PIB per capita (%)

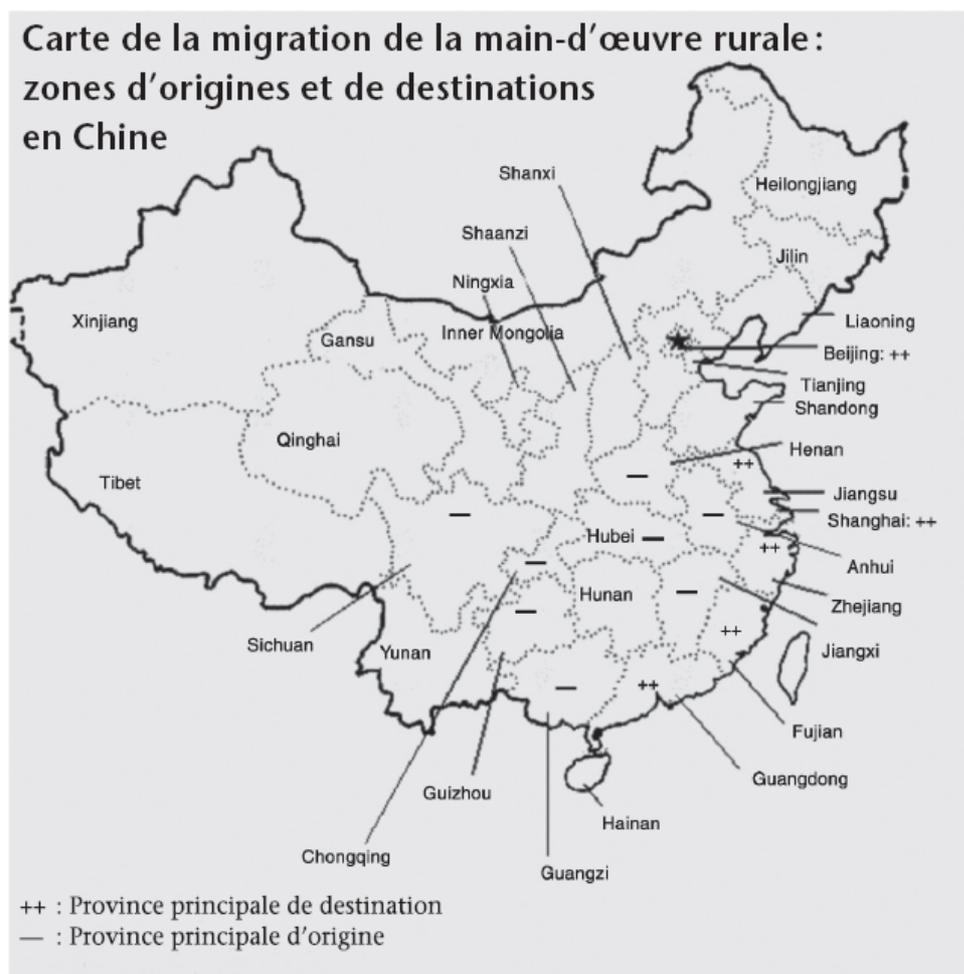


Fonte: Ruiz (2006)

enriquecimento após as reformas econômicas, as vedetes foram Pequim e Shanghai, com crescimento médio anual acima de 3%. Este período é marcado pelo Grande Salto Adiante e pela Revolução Cultural, assim como a mudança na liderança política com a morte de Mao Tsé-Tung. No período entre 1979 e 1998, a Figura indica que o maior crescimento esteve concentrado na região costeira, refletindo a estratégia adotada pelo governo de crescimento em pólos regionais e voltada para a exportação. A zona de alto crescimento forma um cinturão, indo de Guangdong a Shandong. Este cinturão inclui todas as ZEE criadas, salvo Shanghai, província que abriga a ZEE de Pudong. O cinturão de alto crescimento, portanto, tem uma forte relação com as políticas chinesas de crescimento por exportações. As províncias de maior crescimento são justamente aquelas escolhidas pelos planos quinquenais de desenvolvimento, após 1986, como alvo da política de abertura econômica e desenvolvimento.

A análise da Figura 1.9 se enriquece quando confrontada com a Figura 1.10. Da combinação das duas, é possível relacionar o crescimento do PIB das províncias à sua disposição

Figura 1.10 – Mapa de imigração da mão-de-obra rural: Províncias de origem e de destino



Fonte: ZHANG (2005) - Legenda: (-) Principais Províncias de Origem ; (+) Principais Províncias de Destino.

como área exportadora ou importadora de mão-de-obra. Inegavelmente, as províncias de destino para os migrantes são as de maior crescimento econômico. Todas as províncias e locais de atração de migrantes, segundo a Figura 1.10, estão contidas nas províncias e locais de maior crescimento econômico da China, segundo a Figura 1.9. Existe apenas uma província apontada pelo mapa de RUIZ (2006) como de alto crescimento econômico que não figura na lista das destinações dos migrantes: Shandong. A área de destino dos migrantes, assim, é um cinturão, crescidas as cidades de Pequim e Shanghai. Fato semelhante ocorre para as províncias de origem, pois estas são algumas das que apresentaram os menores índices de crescimento econômico. À exceção do Henan, todas as províncias apontadas como de procedência dos migrantes pertencem, grosso modo, ao terço inferior na escala de crescimento adotada por Ruiz (2006). Assim, precisando em termos geográficos, a região centro-sul é a maior fornecedora de mão-de-obra enquanto as regiões costeiras e os dois maiores pólos econômicos do país, Shanghai e Pequim, são os maiores centros receptores de mão-de-obra migrante. Confirmando isto, MURPHY (2006) afirma que, em média, as pessoas do campo recebem um terço dos rendimentos da cidade, um quinto se comparado com as regiões urbanas do litoral. Em outras palavras, afirma-se que o alto crescimento econômico é um fator de atração populacional enquanto o baixo crescimento econômico é um fator de expulsão populacional. Conforme SINGER (1975: 40), “os fatores de expulsão definem as áreas onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho”. É interessante atentar para o fato de que a distância física importa na decisão de migrar, conforme as teorias gravitacionais de Lowry, Zipf e Stouffer, citados em SHARPING (2003). Estas teorias trazem novos parâmetros para estudar a migração, sendo a distância física o principal deles. Elas estabelecem uma relação direta e inversa entre a distância física do ponto de origem ao de destino e a propensão a migrar – quanto maior a distância, maiores os custos e dificuldades de transporte, além disto poder reduzir as informações sobre o local de destino e o número de conhecidos que oferecem suporte, o que leva a um maior risco para a migração. Aplicando estas teorias ao caso chinês, as províncias mais a oeste ou a norte, apesar de terem diferenças de rendimento também muito grandes em relação às regiões ricas, podem não originar tantos migrantes, pois estes consideram a distância como um custo a ser levado em conta. Segundo SHARPING (2003: 6), estudos de grande parte do mundo indicam que esta variável é determinante, sem dúvida, na decisão de migrar.

Outras mudanças também contribuíram para esse esforço migratório. Como principal efeito de expulsão da população do campo, podemos apontar o aumento da produtividade e a

mecanização no campo, crescentes e generalizados após o final da década de 70. Como afirma MASSEY, citado em LIANG (2002: 391), “*A penetração de capital dentro da agricultura camponesa é muito desestabilizadora, pois, por definição, essa penetração economiza mais trabalho do que o cria*”. Foi em razão disto que um grande contingente de trabalhadores se tornou excedente no campo – excedente que irá visar a cidade, símbolo de oportunidades na China moderna. LIANG (2002), da mesma maneira, relaciona a modernização no campo com a migração para a cidade. O autor, a partir de um estudo empírico, conclui que o desenvolvimento de empresas rurais não segura o fluxo de emigrantes do campo para a cidade. O campo chinês, apesar de não ser dominado por latifúndios, como no caso do Brasil e do Paraguai, criou fatores que incentivaram a saída do trabalhador do campo. Estes fatores são, em boa parte, conseqüência da abertura chinesa para o exterior – que implica numa convergência de técnicas e produtividade entre a China e o resto do mundo. A predominância da pequena propriedade na China, assim, não é suficiente para prender a maior parte da população no campo.

Podemos concluir que, conforme seria previsível, as regiões mais prósperas são os grandes destinos dos migrantes enquanto as menos beneficiadas pelo crescimento econômico e que se situam relativamente próximas são as principais províncias de origem dos migrantes. A migração interna, assim, foi impulsionada por fatores de natureza econômica. Conforme afirma SINGER (1972: 51), “*a migração interna (...) tem causas estruturais. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamento de atividade no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõe a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado*”. Assim, de acordo com os fatores de atração e expulsão, diferentes grupos econômicos, profissionais ou sociais são levados a migrar.

Além destas razões de fundo produtivo, é patente que as migrações na China foram bastante moldadas pelas políticas do Estado, principalmente antes das reformas de abertura econômica. Uma pesquisa empírica de LIANG e WHITE (1996), com dados de 1950 a 1988, encontrou uma forte relação entre os fluxos migratórios e as políticas do Estado. Dentre outras, estão o Grande Salto Adiante, a estratégia de ocupar as fronteiras ao norte nas décadas de 1950 e 60 e a Revolução Cultural. A transição da economia chinesa para o mercado veio junto com uma mudança nas regras do *hukou*. Como será visto no próximo capítulo, o *hukou* deixou de ser uma barreira, controlada por coerção, para se tornar apenas uma série de restrições, sobretudo de valor econômico. A conseqüência foi um aumento da propensão a migrar da população. Enquanto antes das reformas as pessoas migravam muitas vezes em razão de estratégias do governo ou de mudanças nas políticas estatais, depois das reformas a decisão de migrar parece mais apoiada numa análise de custo-benefício. O controle à migração foi relaxado; a entrada de

capitais estrangeiros na região costeira e sudeste aumentou as oportunidades de emprego e a necessidade de mão-de-obra na região, distintamente do resto do país; e, por fim, o aumento da produtividade no campo resultou na criação de um excedente de mão-de-obra. Todos estes fatores incentivaram a migração.

Uma das principais conseqüências deste êxodo rural observado é a expansão dos núcleos urbanos. Esta é uma questão chave para mostrarmos a importância para o governo chinês de controlar a entrada de pessoas nas cidades e a sua expansão.

1.5. O processo de urbanização

Conforme SCHARPING (2007: 3), “*com um atraso de um século em relação ao mundo e duas décadas de retardo em razão das políticas maoístas contra o crescimento das cidades, a urbanização do país mais populoso do mundo começou de verdade*”. O país, que há três décadas atrás ainda era praticamente agrícola, teve um impulso de crescimento urbano em números absolutos impressionante. Segundo SMALL (2002: 2159), “*aproximadamente uma em cada 25 pessoas no mundo hoje é residente urbana na China e chegou, ou nasceu, após o início da rodada de reformas que se iniciou em 1978*”. Entre 1970 e 2002, os núcleos urbanos chineses aumentaram em cerca de 360 milhões de pessoas – apesar das estatísticas tradicionais, que não contam os trabalhadores sem registro urbano, apontarem para um número menor em 150 milhões de pessoas²⁰. Este contingente de crescimento representa aproximadamente 1,9 vezes a população brasileira. MIKE DAVIS (2006: 14) compara este montante com a urbanização européia: “*a China, que se urbaniza numa velocidade sem precedentes na história humana, somou mais moradores urbanos na década de 1980 do que a Europa inteira (incluindo a Rússia) em todo o século XIX!*” Apesar desta urbanização num volume impressionante, não devemos deixar de olhar a situação de maneira relativa, pois, em porcentagem da população, o total de crescimento dos núcleos urbanos não é excepcional – está mesmo aquém do que poderíamos esperar de uma economia com taxas de crescimento industrial e desigualdades regionais crescentes. Em 22 anos de reformas, entre 1980 e 2002, o percentual de moradores urbanos aumentou de 19,4% para 39%. O Brasil, depois do início da fase intensa de urbanização, a partir de 1940, passou de uma população urbana de 18,8% para 82% - se tornando um dos países mais

20 *Escritório Nacional de Estatísticas da China*. Disponível em: www.stats.gov.cn/english. Até a década de 1990, as estatísticas de população apenas levavam em conta os moradores com registro urbano, o *hukou* urbano. Os trabalhadores sem registro começaram a ser considerados no censo de 2002, o que aumentou em 152 milhões o número de habitantes urbanos, segundo dados oficiais. O efeito impressionante é fruto dos migrantes sem registro, em 2002, representarem cerca de 30% da população urbana.

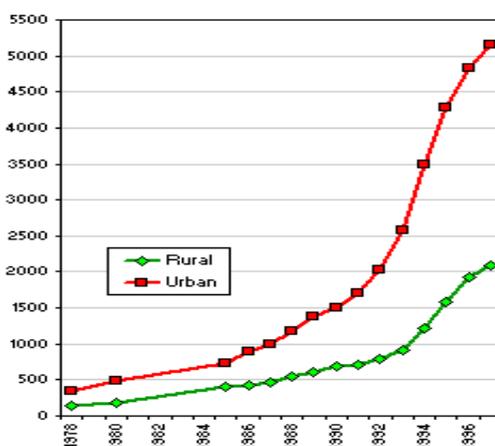
urbanizados do mundo. No período mais intenso, entre 1940 a 1970, os índices de urbanização brasileira passaram de 18,8% para 56,8% - mudança que, em termos percentuais, é mais rápida do que a observada hoje na China.

De acordo com o último censo disponível, de 2002, a maioria da população chinesa ainda vive no meio rural. Segundo o censo, 39% da população era urbana, contra 61% do meio rural. Entretanto, estimativas para 2007 consideram que a transição de uma maioria rural para uma maioria urbana está acontecendo neste período. Extrapolações chegam a indicar que a população urbana em 2030 será de 60,3% (Nações Unidas, 2007). Isto é fruto do êxodo rural, principal fator para o aumento da urbanização tanto na China como na maior parte do mundo. A China tem hoje mais de 40 cidades com população acima de 1 milhão de habitantes, contra 5 no ano da Revolução, 1949. Os Estados Unidos, entretanto, têm apenas 9 cidades nesta classificação (KYNGE, 2007: 49). O movimento de urbanização chinês passou por diversas fases (SONG e ZHANG, 2002). Na primeira delas, entre 1952 e 1965, quando a China investiu no crescimento das indústrias de base, a urbanização foi crescente e constante. Muitos trabalhadores rurais foram recrutados e cidades industriais criadas. Nestes 13 anos, a população urbana cresceu 82%. Podemos considerar a segunda fase como a da Revolução Cultural, entre 1966 e 1977. Em consequência dos milhões de jovens mandados da cidade para o campo, a urbanização foi ínfima ou negativa no período – a taxa de urbanização foi menor do que a de crescimento populacional. Neste período, desde a Revolução de 1949 à morte de Mao Tsé-Tung, a urbanização foi comedida através do controle governamental. Os mecanismos de controle são simbolizados pelo *hukou*. A restrita capacidade das economias urbanas de absorverem o excedente de mão-de-obra rural e a escassez de alimento também contribuiu para o ritmo moderado da urbanização no período. Como afirmado anteriormente, o campo é pensado como auto-suficiente, e capaz de dar sustento a quem ali se instalar, implicando em pouca necessidade do governo de enviar a população para o campo. Além disto, a economia chinesa estava isolada do resto do mundo, fazendo com que a urbanização não fosse afetada por fatores externos, como capital estrangeiro (SONG e TIMBERLAKE, 1996). Por fim, a terceira fase de urbanização começa com as reformas. É a época de urbanização mais acelerada na China. A população urbana passou de 18% do total em 1978 para praticamente 50% nos dias de hoje. Os controles de migração mudaram de caráter nesta época de reformas. Eles foram afrouxados, como será descrito no próximo capítulo. As cidades, em especial as do litoral, receberam tratamento privilegiado para se desenvolverem de forma econômica e urbana – com políticas fiscais preferenciais, autonomia administrativa e a formação das ZEE, com grande atração de investimento estrangeiro. Conforme SMALL (2002: 2161), “o IDE é um fator causal especialmente forte, explicando muito da diferença entre a

costa e o interior no que diz respeito às taxas de crescimento urbano”. Por fim, conforme colocado no tópico anterior, o aumento da produtividade no campo também contribuiu para o êxodo rural. O capital na agricultura diminuiu a necessidade de mão-de-obra, criando um excedente de mão-de-obra – pronto para ir para a cidade, se houver condições. Essa última fase da urbanização chinesa tem uma característica de metropolização, semelhante ao ocorrido no Brasil. Esta metropolização é indissociável da centralização, comprovada pelo aumento da desigualdade regional. Como produto deste fenômeno, o país hoje tem cinco ou seis cidades com mais de 10 milhões de habitantes.

Ilustrando os diferentes caminhos que seguiram a cidade e o campo, é interessante analisar a Figura 1.11. Ela apresenta dados do crescimento da renda no campo e na cidade de 1978 a 1998. As informações são provenientes do China Statistical Yearbook (1998). O gráfico, em *yuans* de 1998, mostra que, após o início das reformas de abertura, a disparidade entre a renda no campo e na cidade cresceu de maneira ininterrupta. Nos últimos anos, a diferença de rendimento tem ficado em torno de um coeficiente de 2,7. Apesar de breve, este gráfico mostra muito das razões da diferença de atratividade da cidade e do campo e do tratamento que foi dado a cada um.

Figura 1.11 – Crescimento da renda no campo e na cidade (per capita – yuans por ano)



Fonte: China Statistical Yearbook 1998
Em vermelho renda urbana e em verde renda rural.

O boom da urbanização na China se distribuiu de maneira desigual no território. O litoral, principalmente, é o grande destino dos migrantes e, por consequência, palco da urbanização mais forte. A Figura 1.12 ilustra o fato e traz elementos para vincular a urbanização ao crescimento econômico. Ela apresenta os níveis de urbanização das províncias chinesas organizados de forma

decrecente para os anos de 1982 e 2000. Ao mesmo tempo, é apresentado o PIB per capita, em *yuan*s, de cada província e o estoque de IDE no ano de 2000 – em dólares da época. A partir dela, podemos concluir, primeiramente, que a correlação entre a urbanização e o crescimento econômico é crescente com o tempo. Isto está de acordo com a diminuição da interferência do governo no sistema produtivo e com a redução das alocações de pessoas por razões políticas. Segundo, a entrada de capital externo contribuiu para aumento do ritmo de urbanização das províncias, conforme os dados de 2000. Os dados evidenciam que as províncias mais urbanizadas são justamente aquelas que apresentam o maior estoque de investimentos estrangeiros. Por fim, as províncias costeiras – marcadas na Figura 1.12 com um asterisco – largaram na frente na urbanização. Principalmente para o ano 2000, estas províncias encabeçavam a lista das mais urbanizadas. Deve-se considerar também os fatores históricos. Em

Figura 1.12 – Renda per capita e taxa de urbanização por província (1982-2000)

Provinces	1982		Provinces	2000		
	Urbanisation levels (percentage)	Per capita GDP (yuan)		Urbanisation levels (percentage)	Per capita GDP (yuan)	Per capita FDI stock (US\$)
Tianjin*	68.70	4 148	Shanghai*	88.31	26 447	1 757
Beijing*	64.68	4 668	Beijing*	77.54	17 448	1 033
Shanghai*	58.81	8 043	Tianjin*	71.99	15 931	1 345
Liaoning*	42.36	2 471	Guangdong*	55.00	10 876	1 138
Heilongjiang	40.14	2 132	Liaoning*	54.24	10 717	349
Jilin	39.63	1 518	Heilongjiang	51.54	8 578	100
Inner Mongolia	28.85	1 359	Jilin	49.68	6 494	109
Xinjiang	28.40	1 396	Zhejiang*	48.67	12 555	239
Zhejiang*	25.71	1 675	Inner Mongolia	42.68	5 736	23
Ningxia	22.49	1 306	Fujian*	41.57	10 986	970
Fujian*	21.18	1 280	Jiangsu*	41.49	11 225	589
Shanxi	21.01	1 540	Hubei	40.22	6 901	107
Qinghai	20.48	1 431	Hainan*	40.11	6 409	906
Jiangxi	19.45	1 127	Shandong*	38.00	9 153	235
Guangdong*	19.28	1 723	Shanxi	34.91	4 850	46
Shandong*	19.07	1 486	Qinghai	34.76	4 950	5
Shaanxi	19.00	1 089	Xinjiang	33.82	6 895	20
Guizhou	18.92	778	Ningxia	32.43	4 597	35
Hubei	17.32	1 415	Shaanxi	32.26	4 482	84
Jiangsu*	15.82	1 805	Hunan	29.75	5 577	82
Gansu	15.34	1 105	Guangxi*	28.15	4 443	142
Henan	14.47	986	Anhui	27.81	4 937	50
Sichuan	14.27	1 067	Jiangxi	27.67	4 707	65
Hunan	14.21	1 201	Sichuan	26.69	4 770	48
Anhui	14.16	1 050	Hebei*	26.08	7 340	105
Hebei*	13.69	1 322	Gansu	24.01	3 734	19
Yunnan	12.95	945	Guizhou	23.87	2 742	11
Hainan*	12.38	1 423	Yunnan	23.36	4 435	29
Guangxi*	11.83	988	Henan	23.20	5 399	48
Tibet	9.61	1 522	Tibet	18.93	4 361	0
Coastal areas	23.04	1 894	Coastal areas	44.60	10 475	561
Inland areas	18.78	1 199	Inland areas	30.92	5 288	58
China	21.13	1 571	China	36.22	6 954	272

Notes: Provinces are ranked in descending order of urbanisation in 1982 and 2000, respectively. An asterisk (*) after the name of a province indicates that province to be in the coastal region. Per capita GDP is taken real value in 1995 prices in RMB of the Chinese currency. Per capita FDI stock, stated in real terms in US dollars, is created by accumulating FDI flows over time with adjustments of inflation and subtracting depreciation (see Appendix for details). FDI in 1982 is not included in the table because no data are available for many provinces.

*Fonte: Zhang (2002) * A renda per capita está em yuans e a taxa de urbanização em (%), um asterisco marca que a província se encontra no litoral, o PIB per capita está em yuans (RMB) de 1995, o estoque de IDE é dado em dólares e descontado de inflação e de depreciação.*

especial, a região da Manchúria, que engloba as províncias de Liaoning, Jeilongjiang e Jilin, guarda um alto nível de urbanização por ser historicamente a área industrial da China. Até os anos 1970, era a área mais avançada na industrial local, razão que incentivou as invasões japonesas de 1930 e do final do século XIX. O noroeste também deve ser colocado como um

caso a parte. Segundo HU (2000), as condições climáticas de clima seco e desértico da região incentivam a concentração da população, para reduzir custos.

Somado ao processo de urbanização, a China passou por um enorme salto populacional desde a Revolução. Enquanto em 1950 a população era de 563 milhões de pessoas, em 2007 ela chega, conforme já citado, a 1,3 bilhões de pessoas. Este crescimento populacional é certamente impactante no desenvolvimento urbano. Entretanto, o crescimento populacional, assim como parte da política chinesa, está sobre controle. Com a política de um filho por casal, implantada em 1979, a taxa de fertilidade caiu para 1,7. Assim, ela está abaixo da taxa para uma estabilidade populacional, que é de 2,1. Não se prevê, entretanto, que a população chinesa irá cair, pelo menos até 2030 – fruto, entre outros, da chegada de migrantes no país e na melhora da saúde pública²¹.

Se não houvesse singulares controles de migração na China, a urbanização tenderia a ser mais rápida. Considerando que nas últimas décadas o país gerou ou absorveu uma série de fatores aceleradores do processo de crescimento urbano – processo que é em sua grande parte consequência de fluxos migratórios –, a explosão urbana teria todas condições de ser mais acentuada. Conforme SMALL (2002: 2160), *“este grande número de novos habitantes urbanos existe apesar do singular sistema hukou de registro de residência, o qual restringe a migração permanente para as cidades, mas permite um grande fluxo de migrantes temporários, criando, por consequência, um grupo de moradores urbanos com direitos reduzidos”*. A urbanização poderia ter se acelerado ainda mais caso políticas para inibir a migração do campo para a cidade não estivessem presentes, urbanização esta que aumentaria os custos de manutenção dos meios urbanos numa relação mais que proporcional ao aumento da população local. O controle migratório restringe a necessidade de expansão da infra-estrutura no meio urbano e, certamente, atenua as prováveis deficiências de infra-estrutura e de serviços urbanos – as quais são correntemente observadas em países de industrialização tardia, como o Brasil. Como afirma um relatório para a China do World Watch Institute (2006), *“O rápido influxo de migrantes coloca uma pressão crescente no governo e municípios, muitos dos quais não têm recursos suficientes para investir em educação adicional, sistema de saúde, seguridade social e policiamento”*. Esses elementos, apesar de não constituírem uma prova objetiva, levam a entender que o contexto da China poderia incentivar um êxodo rural e inchaço das cidades de maneira mais acentuada. SONG e ZHANG (2002: 2326) entendem o controle migratório chinês desta maneira: *“controles*

21 Site *Geography About*. O site é um suplemento online do periódico norte-americano *The New York Times*. Cf. <http://geography.about.com/od/populationgeography/a/chinapopulation.htm>

sobre a migração do campo para a cidade não foram abandonados, e o sistema de registro de residência ainda existe. Como resultado, o crescimento da população urbana ainda não alcançou a velocidade do desenvolvimento econômico”.

A fim de se ter maior precisão do processo talvez se deva relativizar a expansão das cidades na China, e considerar que mudanças na maneira do governo contabilizar as cidades podem ter contribuído para inflar os números da urbanização. Desde 1978, muitas vilas (*xian-zhen*) foram promovidas a cidades. Entre 1978 e 1999, o número de cidades cresceu de 191 para 667, enquanto a porcentagem de população urbana cresceu de 18% para 31%. É difícil saber o quanto estas mudanças de critério na categorização de cidades influenciaram nos números, pois muitas vilas mudaram realmente de caráter. Entretanto, podemos admitir que isto influenciou (SONG e ZHANG, 2002).

Para ilustrar a velocidade da urbanização chinesa, propomos uma tabela comparativa (Figura 1.13) com as taxa de urbanização e crescimento da população urbana e rural em países e regiões. Estes dados são provenientes do programa das Nações Unidas para população. Escolhemos, além da China, três países, duas regiões e a média dos países menos desenvolvidos – na acepção das Nações Unidas. A intenção é dar um panorama da urbanização, uma vez que esta amostra não se pretende representativa. Dos quatro países, a Índia é o menos urbanizado e o Brasil o de industrialização mais antiga – o Brasil foi escolhido apesar do ápice do êxodo rural e do crescimento das cidades ter acontecido entre os anos 1960 e 80. A China é palco de um claro êxodo rural. Enquanto sua população rural cai a uma taxa de 0,9% ao ano, sua população urbana cresce a mais de 3% ao ano. O Brasil e a Malásia, entretanto, assistem a êxodos rurais ainda mais acentuados, com a população no campo caindo, respectivamente, 2,1% e 1,2% ao ano. Em termos de crescimento urbano, a Malásia também ultrapassa a China. O mais interessante a notar, neste caso, é que a média da África e dos países menos desenvolvidos é maior do que o crescimento urbano chinês. Apesar de parte dos países incluídos nestas cestas viverem um fenômeno caracterizado pela urbanização sem industrialização, eles também representam os países de industrialização tardia, categoria da qual a China faz parte – o que acontece quando se considera as reformas após 1978 como um divisor de águas no desenvolvimento industrial chinês. Apesar desta tabela negligenciar o momento de cada país ou região, pretendemos com ela relativizar a taxa de urbanização chinesa e mostrar que, em termos percentuais, a urbanização chinesa talvez seja menos impressionante do que divulgado.

Figura 1.13 – Taxa de urbanização de países selecionados e crescimento médio (%) (2005 e 2030)

País	Percentual urbano		Crescimento anual médio (%) 2000 - 2005	
	2005	2030*	Urbano	Rural
China	40,3	60,3	3,1	-0,9
Malásia	67,3	81,9	3,7	-1,2
Índia	28,7	40,7	2,3	1,3
Brasil	84,2	91,1	2,1	-2,1
Média Asia	39,8	54,1	2,6	0,3
Média África	38,3	50,7	3,3	1,5
Média países menos desenvolvidos ²	26,7	40,9	4,0	1,9

Fonte: Nações Unidas (2007)*Extrapolação ² Defin. pela Conv. das Nações Unidas em 2003 e incluindo 50 países

As cidades chinesas e seus habitantes foram em grande parte privilegiados por uma assistência social que garantiu os rendimentos dos que lá moravam, mesmo em momentos marcados por políticas desfavoráveis, como durante a Revolução Cultural. Mais recentemente, as áreas urbanas também foram alvo de políticas de incentivo à industrialização focadas na exportação. Nas palavras de CHAN e ZHANG (1999: 821), “*nos anos 1950, 60 e 70, para financiar a expansão da indústria, o governo induziu um intercâmbio desigual entre agricultura e indústria. Além disso, se responsabilizou pelo alimento e emprego da população industrial-urbana, deixando o resto sem suporte estatal*”. Considerando que apenas 12% da população chinesa moravam em áreas urbanas na época da revolução comunista, podemos considerar que as bases urbanas da China foram dadas pelas políticas pós-1949. Como afirma DAVIS (2006: 62), “*a cidade e o campo eram concebidos como mundos separados, que se sobrepunham apenas em condições cuidadosamente definidas pelo Estado-partido*”. Posto que estas políticas de privilégio aos moradores urbanos foram se diluindo com o tempo, conforme dito anteriormente, as desigualdades regionais se encarregaram de elevar a atração das cidades. Por fim, entendendo que uma economia centralizada exige um aparelho burocrático forte, a construção urbana chinesa desde a revolução foi necessária para viabilizar o projeto de Estado. No entendimento de SINGER (1975: 13), “*a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar em poder militar, e este em dominação política*”. A burocracia chinesa não foi exceção, pois se apoiou na cidade. Ainda, segundo SINGER (1975: 13), “*a cidade é, via de regra, a sede do poder e,*

portanto, da classe dominante”.

A urbanização em grande escala se reflete na estrutura da cidade e no cotidiano das pessoas que ali vivem. Na China, as mudanças de hábito por conta disto têm sido fortes e impressionantes. De cidades que se constituíam por *hutongs* – vilas habitacionais multi-familiares, térreas e com pátios internos de uso comum – e por bicicletas, o meio urbano chinês é hoje polvilhado por arranha-céus, grandes avenidas e centros de serviços. Enquanto Shanghai inaugura o terceiro maior arranha céu do mundo, na moderníssima região de *Pudong*, Pequim ganhou a maior loja Louis Vuitton do mundo e convive, em todas horas do dia, com sua avenida principal de 16 pistas, a *Tian'an men*, sempre abarrotadas de carros. Não por menos, a China é hoje o maior mercado dos veículos da marca de luxo Audi fora da Alemanha. A valorização das áreas centrais manda os moradores de menor renda para a periferia e transforma antigas casas em modernos edifícios. Como afirma DAVIS (2006: 110), “*Shanghai forçou o reassentamento de mais de 1,5 milhão de cidadãos entre 1991 e 97 para abrir espaço a arranha-céus, prédios de luxo, shopping centers e nova infra-estrutura*”. Ainda segundo o autor, “*no mesmo período, quase 1 milhão de moradores da cidade velha de Pequim foram empurrados para as cercanias*”. São mudanças que poderiam ser apelidadas de uma transição do reino da bicicleta para o reino dos automóveis. Mike DAVIS (2006: 137) descreve esta transição: “*na China, que já foi o reino da igualitária bicicleta, os planejadores dão hoje prioridade irracional aos automóveis. Pequim destruiu grandes áreas de vilas tradicionais, com seus pátios e casas pobres, assim como a pitoresca rede de hutongs (becos), para abrir espaços para avenidas e vias expressas. Ao mesmo tempo, os ciclistas foram penalizados com novas taxas de licenciamento, restrições ao uso de ruas principais e o fim dos subsídios às bicicletas antes pagos pelas unidades de trabalho*”. Conforme o índice de Gini apresentado anteriormente, a urbanização vem inevitavelmente junto com a elitização e disparidade entre classes sociais.

A principal força na urbanização é a migração do campo para a cidade. No caso chinês não foi diferente. Na China, em especial, uma série de fatores colaboram para incentivar o campesino a se transferir para a cidade. Estes fatores, na sua maioria, foram decorrentes das políticas de abertura e criação de uma economia de mercado. Em vista disto, o governo chinês usou o *hukou*, presente desde a década de 1950, para direcionar e restringir os fluxos migratórios conforme a necessidade de mão-de-obra na economia urbana. Como ficará claro no próximo capítulo, o *hukou* foi fundamental para se conseguir um relativo equilíbrio no processo de urbanização e no de implantação de núcleos dinâmicos em regiões do país.

Capítulo 2

2. O sistema de registro *hukou*

“... alguns relatórios oficiais chineses até mesmo anunciaram que o percentual da população urbana chegou a 46% em 1987. Segundo eles, praticamente a metade dos chineses moram no meio urbano! Este 'Grande Salto Adiante' é reverenciado por alguns acadêmicos ocidentais.. mas... isto não consegue enganar os camponeses chineses. No olhar deles, o hukou é o verdadeiro padrão para se medir o atual nível, benefícios e progresso da urbanização” TIEJUN CHENG, apud CHAN e ZHANG (1999)

2.1. Aspectos gerais do *hukou*

O governo chinês, nos primeiros anos após a revolução de 1949, criou um sistema único de controle de mobilidade geográfica. Neste sistema, cada cidadão tem um registro de residência, que é vinculado a determinada vila, cidade ou comuna agrícola. Entrelaçado a este controle geográfico vem uma série de outros, como as fichas na polícia ou a designação de emprego no Ministério do Trabalho. Considerando-se que estes mecanismos estão inseridos em uma economia de planejamento central, onde, até pouco tempo atrás, o governo decidia com exclusividade desde a alocação de empregos à produção de alimentos, o conjunto de sistemas forma uma rede de informações muito densa e que pode ser usada de maneira a afetar todas as esferas da vida dos cidadãos. O registro de residência, pronunciado em mandarim como *hukou*, encabeça e entrelaça esta série de controles.

Apesar de sistemas parecidos serem encontrados em outros países, como na extinta União Soviética, autores argumentam que o sistema implantado na China foi o mais efetivo de todos e o único que resta até hoje em grande escala (WANG, 2004). A própria China já teve variações dele, que datam desde o século V a.C., no período dos Estados Guerreiros. O registro de residência também foi muito importante no período imperial do país, sendo adotado da dinastia Qin (século III a.C.) até a dinastia Qing (1644 a 1911). De toda maneira, como afirma FEI-LING WANG (2005), o sistema adotado após a década de 1950 alcançou um nível de uniformidade, efetividade e de rigidez nunca antes visto. Aliado à extensão que o sistema abrange – todos os cidadãos do país estão sujeitos a ele – seu tempo de vida é impressionante, pois suas características não mudaram consideravelmente de 1960 até hoje, atravessando, inclusive, a abertura econômica

incentivada pelo presidente Deng Xiaoping. De acordo com a legislação, cada família chinesa recebe um registro contendo o nome de todos seus integrantes, e todos novos nascimentos devem ser informados à autoridade responsável pelo *hukou*. Segundo FEI-LING WANG (2005), cada cidadão não pode possuir mais do que um *hukou* permanente, e pertencer apenas a uma zona de *hukou*. Cada cidade emite o seu próprio *hukou*, o qual concede aos seus residentes vantagens particulares associadas com as políticas públicas do local. Os benefícios que cada cidadão tem direito são determinados por duas características do seu *hukou*: além da cidade ou do local de registro, o *hukou* é classificado de acordo com a dotação de benefícios (*hukou leibie*). O formato destes benefícios e a maneira como são alocados serão detalhados mais adiante. Por fim, o *hukou* compreende uma grande gama de informações pessoais. Entre outros, estão o endereço residencial, a religião, o emprego atual, detalhes do nascimento e mudanças de local. Em algumas regiões, estão mesmo inclusas informações como o nível de instrução, a atividade econômica e os registros de serviço militar (ROGERSON e WU, 2002).



Figura 2.1 – Foto de um hukou em 2007

Fonte: Xinhua News Agency

A administração do sistema e as emissões e mudanças de perfil do registro de residência são atribuições do Conselho de Estado chinês e de seus ministérios, em especial do Ministério de Segurança Pública (MSP), e dos escritórios locais de segurança pública e das delegacias de polícia. O MSP é, entretanto, o ator principal na administração do sistema (CHAN e ZHANG, 1999). Até 1998, a atribuição de um local de residência e de uma dotação de benefícios era matrilinear: ou seja, cada pessoa possuía a mesma classificação de *hukou* que sua mãe. Uma consequência indesejada deste modelo é que freqüentemente casais ou membros de uma família eram separados, pois o seu *hukou* pertencia a locais diferentes (CHAN e ZHANG, 1999). Deste

momento em diante o vínculo foi flexibilizado, podendo o local de registro provir tanto da mãe quanto do pai da criança. Apesar desta flexibilização ter sido acompanhada de outras alterações, que serão expostas adiante, as mudanças no *hukou* ainda são difíceis de serem conseguidas – o governo autoriza uma pequena cota de transferências de *hukou* por ano, o que limita objetivamente as chances dos pedidos serem deferidos (WANG, 2004). Atualmente, a transferência do *hukou* deve observar os seguintes passos: 1. Obter uma permissão da unidade na qual o cidadão está afiliado (unidades de trabalho nas cidades ou 'townships' no campo) tanto no local de origem como no de destino; 2. Fazer um pedido nos departamentos competentes (*zhuguan bumen*), por exemplo uma secretaria municipal da indústria; 3. Pedir permissão ao MSP para saber se tudo está conforme a política do Estado. Além de o caminho ser longo, durando por vezes alguns anos, diversos relatos levam a crer que se qualquer problema ocorrer na burocracia do pedido, este estará fadado ao fracasso. Assim, a separação entre campo e cidade é ao mesmo tempo longa e repleta de barreiras. Como afirmam dois sinólogos: « *o fosso entre a cidade e o campo foi comparado à distância entre o paraíso (tian) e a terra (di); passar de um hukou rural para um hukou urbano era mais difícil do que 'subir ao paraíso'* »²². Entretanto, existem atalhos institucionalizados, ou não, para a mobilidade de registro. Três deles são apresentados por WU e TREIMAN (2004): através da educação, do exército ou do Partido Comunista. Segundo regulamentações do Conselho de Estado, os estudantes admitidos em escolas secundárias especializadas ou no ensino superior recebem o benefício de um *hukou* urbano. O acesso a estes níveis educacionais é feito em grande parte segundo o mérito, estando a porta de entrada no ensino superior chinês condicionada à aprovação no Exame Nacional de admissão em universidade, de grande tradição – os primeiros exames nacionais, para os cargos público de grande responsabilidade, começaram por volta da dinastia Qin (terceiro século AC). Assim, tudo o mais constante, quanto maior o nível educacional, maior será a chance de se conseguir um *hukou* urbano, além de, eventualmente, se habilitar a um trabalho não manual. As outras maneiras de se obter o *hukou* urbano – através do Partido Comunista e do exército (Exército de Libertação do Povo, ELP) – não garantem necessariamente um registro na cidade. Porém, os contatos políticos conferidos aos pertencentes a estas organizações, assim como a ascensão nessas carreiras, são pensadas como maneiras de eventualmente conseguir um registro urbano. De toda maneira, o Partido Comunista não costuma recrutar membros nas áreas rurais, de forma que, para os camponeses, o caminho mais confiável para um certificado urbano parece

22 No original: « *l'écart urbain-rural a été comparé à la distance entre le paradis (tian) et la terre (di); changer son hukou rural en hukou urbain était plus difficile que "de monter au paradis"* » (WU e TREIMAN, 2002: 12).

ser entrar no ELP, usando-o como um trampolim para o Partido Comunista, ou esperando o desligamento do exército, quando os antigos membros têm direito a um trabalho na cidade, ou a um cargo de direção nas regiões rurais, duas maneiras de se aproximar ou conseguir um registro na cidade (CHAN et al., 1999).

A necessidade de transferir o local do *hukou* para viabilizar uma mudança de residência, entretanto, foi abrandada a partir dos anos 1970 e das reformas incentivadas por Deng Xiaoping. Como exposto no Capítulo 1, desde essa época são viáveis as mudanças informais de domicílio, ou seja, sem a autorização ou patrocínio do governo. Durante as décadas de 1960 e de 70, o sistema foi tão rigoroso que um camponês sem permissão poderia ser preso somente por entrar numa cidade (ZHANG YE, 2002). De um lado, mudanças no controle das empresas pelo Estado permitem que os trabalhadores irregulares ainda consigam vagas em empresas privadas, onde a influência do governo é diminuta. Além disso, a fiscalização e a aplicação das normas foram relaxadas. Por outro lado, a reforma de Deng Xiaoping desmantelou as comunas de produção agrícola. Até então, essas comunas fixavam os camponeses ao campo, pois estes e suas famílias pertenciam a um grupo produtivo que compartilhava tanto as responsabilidades quanto os ganhos entre si. Com esta mudança, as comunas viraram lotes familiares, cujas famílias arrendatárias assinavam contratos de responsabilidade com o governo, de forma a vender um mínimo de produção ao Estado, para o abastecimento das cidades, ficando livre para comerciar o excedente no mercado. Este modelo havia sido apresentado por Lênin em *O imposto em espécie* (JABOUR, 2006). No entanto, apesar dos migrantes conseguirem desde então ter acesso às cidades, eles ainda não têm direito a uma série de benefícios oferecida, mesmo que cada vez menos, aos moradores regulares das cidades, incluindo serviços básicos como saúde e educação. Apesar dessa diminuição das barreiras, a legislação que exige o porte de um *hukou* local por parte dos habitantes não foi mudada até 2003.²³ Até então, esta população migrante irregular estava sujeita, caso autuada pela polícia, a multas e mesmo à deportação para o seu local de registro de residência. O aumento na liberdade de mobilidade após os anos 80 veio, então, na forma de um abrandamento da fiscalização por parte das autoridades – enquanto não for inconveniente para a cidade, o migrante sem registro local é geralmente aceito, com a ressalva de não receber o mesmo tratamento dos moradores regulares. Apesar de ser uma modalidade muito utilizada por imigrantes do campo que não encontram vias oficiais para receberem o certificado, esta permeabilidade do sistema trouxe consigo conseqüências complexas e bastante prejudiciais para os trabalhadores, assim como para o espaço urbano. Este tema será tratado mais adiante.

23 Desde 2003, os cidadãos não são mais obrigados a portar o seu *hukou*. Essa mudança vai ao encontro das políticas de distensão do controle de mobilidade, as quais têm aumentado desde o final da década de 90.

2.2. O sistema de registro de residência

Sua primeira versão foi criada em 1951, nas cidades, pelo Ministério da Segurança Pública. Quatro anos mais tarde, em 1955, ele foi implementado no campo. No entanto, nesses primeiros anos, o *hukou* não foi usado para controlar a mobilidade de residência da população em geral, mas apenas de criminosos e 'inimigos de classe' (por exemplo, ex-oficiais e soldados do *Kuomintang*), os quais estavam sob vigilância permanente, e de pessoas que migravam para as fronteiras do país (CHAN e ZHANG, 1999). Em outras palavras, durante os primeiros anos da China comunista, as pessoas comuns estavam livres para migrarem internamente como quisessem. Esta situação foi atípica na história do país, pois, como afirmado anteriormente, nos últimos séculos de governo imperial, as pessoas tinham restrições legais à mobilidade – sistemas semelhantes ao *hukou* existiam na China durante as dinastias Qin e Qing. Com as portas das cidades abertas, em 1949, grandes massas de refugiados e ex-soldados camponeses buscando empregos entraram nas regiões urbanas. O resultado foi, segundo DAVIS (2006: 62), “*uma inundação urbana, com cerca de 14 milhões de pessoas chegando em apenas 4 anos*”. Esta situação durou plenamente até 1953, quando o governo promulgou uma lei para conter a entrada em massa nas cidades, e foi praticamente controlada em 1958, quando a primeira legislação de controle interno de migração através do registro de residência, *hukou*, foi implementada.

Este controle de acesso às cidades estava em consonância com os planos do governo do presidente Mao Tsé-Tung (aproximadamente de 1949 a 1976), que privilegiou o proletário urbano em relação à população rural, com a intenção de preparar a industrialização do país. Ao contrário dos camponeses, os moradores das cidades recebiam benefícios sociais durante toda a vida, a '*tigela de arroz de ferro*': esta tigela, na verdade, cobria muitos outros itens além da alimentação garantida, como a previdência social, o seguro saúde, o auxílio moradia e a escola para as crianças (DAVIS, 2006). É importante considerar que o acesso a estes benefícios pelos moradores das cidades não é determinado pela residência urbana *de facto*, mas pelo registro no *hukou* como cidadão urbano – houve mesmo casos em que moradores do campo receberam benefícios por seus *hukous* serem urbanos. Como descrito no Capítulo 1, as cidades e o campo eram como dois mundos separados durante o governo maoísta. Provavelmente a única grande migração do campo para a cidade incentivada pelo governo aconteceu durante o Grande Salto Adiante, de 1958 a 1959. Durante este período, prevendo um grande aumento na atividade

industrial, que foi centralizada nos aglomerados urbanos, o governo trouxe bastante mão-de-obra do campo. Todavia, já em 1960, com o engavetamento do Grande Salto, o sistema do *hukou* foi implementado em sua forma completa, a qual permanece sem muitas alterações até os dias de hoje (CHAN e ZHANG, 1999). É interessante notar que boa parte das pessoas que aproveitaram os períodos de livre mobilidade da década de 1950 para migrarem, mas que não conseguiram registro oficial para tal, foram deportados, no início da década de 1960, de volta para suas aldeias de origem – o número de pessoas deportadas, segundo algumas estimativas, chegou a 50 milhões (DAVIS, 2006). As razões para isto foram que, em seguida ao desastroso Grande Salto Adiante, os riscos de falta de grãos e alimentos, e o fantasma da fome nos meios urbanos, voltaram. O governo, então, tomou medidas draconianas banindo para o campo estas dezenas de milhões de camponeses que, de uma maneira ou de outra, haviam chegado à cidade na década anterior (SOLINGER, 2006: 182).

O *hukou* constituiu-se num efetivo sistema de controle por ser usado em conjunto com outros instrumentos do governo. Antes do período da reforma, instrumentos ligados tanto ao campo como à cidade corroboravam para o sistema ser eficaz. No campo, o sistema de comunas fixava os camponeses à terra. Todos os adultos precisavam trabalhar para suas famílias receberem cotas de alimentos, com o controle do todo exercido pela autoridade local. Na cidade, as unidades de trabalho eram todas estreitamente supervisionadas pelo Estado, de maneira que os imigrantes rurais teriam poucas chances de encontrar um emprego na cidade. Eram justamente essas unidades de trabalho que administravam a maior parte dos serviços sociais dos seus empregados (WU, 2002). Considerando-se que alojamento, alimentação e outros serviços sociais eram dificilmente conseguidos no mercado, sobreviver na cidade se tornava muito difícil, o que praticamente eliminou as emigrações não autorizadas do campo para a cidade neste período antes das Reformas (WU e TREIMAN, 2004). Para apertar o cerco contra os imigrantes ilegais, o MSP criou nos anos 60 uma rede exclusiva de controle, a qual ainda existe. Nas cidades, policiais especiais (*huji jing*) monitoram o registro de residência. Cada um desses policiais monitora cerca de 750 domicílios. Como afirmam CHAN e LIU (2001), depois de muitos anos nesta função, esses policiais possuem um conhecimento íntimo da vizinhança sob sua responsabilidade, assim podendo exercer um controle rigoroso sobre os acontecimentos ao seu redor. Além disso, o sistema começou a ser informatizado já no final dos anos 80 e hoje possui um banco de dados digital da maior parte da população. Segundo WANG (2005: 3), “em 2002, quase todas as delegacias de polícia no país (são mais de 30 mil) tinham informatizado a administração do *hukou*. 1.180 cidades e vilas integraram uma rede de computadores para compartilhar dados dos registros de *hukou* de cerca de 1,07 bilhão de pessoas (ou 83% da população), e 250 cidades

criaram um sistema único de hukou informatizado que permite o acesso instantâneo o mais de 650 milhões de pessoas (ou cerca de metade da população). Em 2002, o MSP requereu de todos hotéis com mais de 50 camas para ter um sistema informatizado que transmita a foto de todos os hóspedes para a delegacia de polícia local”. Apesar da grande população do país, a capacidade de monitorar o hukou demonstra-se muito alta.

2.3. O sistema de registro e a economia

Na perspectiva do governo, para conduzir uma economia planificada, era necessária não apenas a capacidade de alocar recursos humanos nas empresas e nos setores, mas geograficamente (LIU, 2005). Neste sentido, o sistema de registro de residência foi um complemento às políticas e aos instrumentos do governo que permitiu a este ter grande controle sobre o local de moradia das pessoas, podendo influir, entre outros aspectos, sobre a densidade populacional de um aglomerado urbano – ou seja, sobre a infra-estrutura necessária –, sobre a distribuição das famílias, sobre o fluxo de mão-de-obra para os projetos produtivos e sobre o excedente de mão-de-obra em cada região. Conseqüentemente, este mecanismo é capaz de determinar o dado macroeconômico de desemprego e influenciar a carga que a infra-estrutura urbana terá que ou poderá suportar. Combinado com os outros mecanismos de planejamento e controle que uma economia centralizada possui, é possível inferir que tanto a produção de alimentos e bens manufaturados podia ser precisamente controlada, como os custos de manutenção da população podiam ser previstos de acordo com os meios disponíveis. Isto permite ao governo detalhar e dar um grau de precisão aos efeitos das suas políticas como não se encontra em outros lugares. A importância disso para as estratégias do governo chinês é bastante valorizada por diversos autores. Segundo CHAN e ZHANG (1999: 819), “*a estratégia industrial e o sistema de registro de residência hukou foram partes cruciais e orgânicas do modelo maoísta: a estratégia não poderia ter sido implementada sem o sistema*”. Neste imbróglio, entretanto, o governo chinês se via num *trade-off* entre os problemas sociais e de popularidade em restringir a mobilidade dos cidadãos e a possível perda de eficiência econômica em abrir as portas das cidades. Nas palavras de SHARPING (2004: 4):

« Indefinido entre o desejo de liberar as forças econômicas motivando a migração por um lado, e a necessidade de preservar o status quo e o poder contíguo, do outro, o governo

chinês vem exercendo uma dissuasão política e social para tentar manter o controle sobre os movimentos populacionais. Tentativas de canalizar a migração rural para longe das grandes cidades e de prevenir migrantes temporários de se tornarem permanentes têm caracterizado a atitude oficial por um longo tempo. Mas estas políticas têm sido repetidamente modificadas pela necessidade de se continuar as reformas econômicas, modificações materializadas nas medidas para aumentar a produtividade e reduzir o excedente de mão-de-obra nas empresas rurais não-agrícolas ou para cortar a folha de pagamento urbana empregando força de trabalho barata vinda do campo »²⁴.

Desde o princípio do governo revolucionário, as lideranças deixaram claro que a estratégia de desenvolvimento estava centrada, num primeiro momento, no incentivo ao desenvolvimento de indústrias pesadas a nível nacional. Este modelo é semelhante à estratégia soviética e incorpora, sem dúvidas, as etapas dos modos de produção concebida por Karl Marx. Segundo estas, existem etapas obrigatórias no nível de desenvolvimento das forças produtivas para que se possa chegar a uma sociedade comunista, onde a propriedade coletiva dos meios de produção se traduz em esforços e benefícios semelhantes a todos os membros da sociedade. Como argumentado no Capítulo 1, o esforço industrializante foi feito nas cidades, de modo que estas se tornaram centros de atração populacional ainda mais fortes do que seriam sem investimentos extraordinários. O exemplo do ocidente nos mostra que a industrialização das regiões urbanas significaram na maior parte dos casos uma migração em massa do campo para cidades atrativas, o que tem efeitos perversos em sobrecarregar a infra-estrutura urbana e criar custos extraordinários tanto para o população quanto para o poder estatal (SINGER, 1975). O sistema de registro de residência *hukou*, conforme o argumento central deste trabalho, foi uma barreira de permeabilidade seletiva que preservou as aglomerações urbanas chinesas e os planos estatais de custos e problemas sociais extraordinários. Através dos dados disponíveis, podemos afirmar que o processo de urbanização na china ocorreu num passo comedido até os anos 1990. Conforme afirma WANG (2005: 148), “*a China conseguiu até então crescimento econômico rápido e sofisticação tecnológica numa economia estável, com sistema de preços duplo e com um ritmo de urbanização relativamente lento e discreto*”.

24 SCHARPING, Thomas. “Studying migration in contemporary China: models and methods, issues and evidences”

2.4. O sistema de 1985 até 2004

Apesar do sistema ter mantido as mesmas linhas gerais desde os anos 1960 até os dias de hoje, houve mudanças paulatinas, as maiores acontecendo mais recentemente. No final dos anos 1970 aconteceu, junto às reformas econômicas e ao desmantelamento das comunas agrícolas, uma flexibilização do sistema do *hukou*, conforme citado anteriormente. Uma razão que permitiu esta mudança foi que, ao contrário dos períodos onde houve falta de comida em regiões do país, como durante o Grande Salto Adiante ou a Revolução Cultural, as mudanças no campo resultantes do desmantelamento das comunas agrícolas resultaram num aumento de produtividade – conforme o item 1.3 – que afastou o fantasma da fome. Junto a isso, diferentemente do período posterior à Revolução, já não era tão necessário separar o campo da cidade e criar um intercâmbio desigual entre esses dois espaços para financiar o desenvolvimento das indústrias de base. Ainda nos anos 1980, todavia, a estratégia de crescimento « costeiro e desigual » estava no seu auge. Este auge se traduz, também, numa necessidade de mão-de-obra barata nas regiões costeiras, conforme descrito no Capítulo 1. Este conjunto de fatores incentivou este abrandamento das barreiras. Segundo Mike DAVIS:

« A migração oficialmente sancionada foi amesquinhada por uma torrente imensa de imigrantes 'não autorizados' ou 'flutuantes'. Desprovidos de cidadania oficial na cidade, obtida com um cartão de certificado de residência em vigor, essa imensa massa de camponeses não tinha direito legal a moradia nem a serviços sociais. Em vez disso, torno-se combustível humano baratíssimo para as sweatshops – literalmente, 'fábricas de suor' – e para os canteiros de obra » (DAVIS, 2006: 68)

Fruto destas mudanças, os anos 1980 viram um crescimento dos movimentos populacionais, o que fez o Ministério da Segurança Pública adaptar suas políticas. Ao invés de seguir um viés autoritário, o MSP procurou maneiras de registrar estes novos migrantes nas zonas urbanas, principais destinos dos migrantes. Um elemento-chave nesta empreitada foi o certificado de residência temporária – CRT (*zanzhu zheng*). Este certificado permitiu aos migrantes que pretendiam ficar mais de três meses no destino – período permitido sem um *hukou* permanente – um registro oficial. Ele é emitido sem os pré-requisitos necessários a uma estada permanente, como o aceite de uma unidade de trabalho urbana e autorização da comuna agrícola de origem. Isso, então, facilitou as migrações espontâneas. No entanto, os detentores de um certificado temporário não têm acesso aos benefícios acordados aos *hukous* urbanos regulares.

Além disso, os detentores de um CRT devem, freqüentemente, contribuir com taxas, tanto para emissão como para a manutenção do certificado. É interessante notar que as taxas para possuir o certificado não eximem o migrante de pagar preços abusivos por serviços públicos que os residentes permanentes conseguem a valores módicos. Segundo WANG (2004), é nessa diferença entre os preços dos serviços públicos que se encontra o principal motivo para as famílias desejarem um *hukou* urbano. Especificamente, é pela questão da educação dos filhos. Num exemplo representativo, na cidade de Fenghua, na província de Ningbo, os pais com *hukou* urbano pagam como taxa de escolaridade obrigatória para a escola primária de seus filhos RMB 1.200 (R\$300,7) por ano por criança, enquanto os pais sem *hukou* urbano precisam pagar RMB 3.500 (R\$877,5)²⁵ (ZHANG, 2002). Mesmo no caso dos estudos superiores, as políticas educacionais tornam mais difícil para um detentor de *hukou* rural entrar na universidade do que para um detentor de *hukou* urbano. Por fim, dependendo da municipalidade, são exigidos do postulante ao CRT uma permissão de trabalho e de planejamento familiar, o que tira parte do caráter independente deste certificado (CHAN e ZHANG, 1999; CARRILLO, 2000) Este certificado é utilizado até os dias atuais. Ele é emitido para os trabalhadores temporários, os estudantes e os estrangeiros residentes na China continental. Desde 1999 o processo de obtenção de um CRT foi bastante facilitado (WANG, 2005).

No mesmo ano do início do CRT, 1985, foi instituída na China a cédula de identidade de cidadão (CIC). Este documento mudou a maneira de registrar os chineses, pois enquanto o *hukou* agrupa as pessoas em famílias para o registro, a CIC é individual (ROGERSON e WU, 2002). Esta mudança constitui-se num reflexo da política adotada na época, onde se criou tanto um mercado para os bens comerciáveis como se deu liberdade às pessoas para constituírem empresas privadas. Segundo Beatriz Carrillo, desde o início do século XXI, a CIC parece ser o documento de identificação mais importante na China (CARRILLO, 2000).

As reformas pelas quais o *hukou* passou se intensificaram no limiar do século XXI. Em 1998, o Conselho de Estado aprovou uma proposta do Ministério da Segurança Pública que visava abolir certas restrições à mobilidade interna. Entre elas: os menores de 18 anos ganharam o direito de escolher entre herdar o local de registro do pai ou da mãe; as mudanças de *hukou* para casais separados em razão disto foram facilitadas; as pessoas idosas que dependem dos cuidados dos filhos ganharam prioridade na alteração de registro; e foi facilitada a mudança do

25 Os valores, de 2002, foram convertidos para dólares da época, em razão desta moeda apresentar uma taxa de câmbio razoavelmente constante com a moeda chinesa ao longo do tempo, e depois ajustados pela inflação dos EUA. A atualização dos valores foi feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (CPI-U) calculado pela Escritório de Estatísticas do Trabalho do governo dos EUA. A conversão para reais foi nos valores de 27 de novembro de 2007. A moeda chinesa é chamada de duas maneiras: de RMB (*renminbi*) ou de *yuan*. *Renminbi* significa “moeda do povo”.

hukou de investidores e empresários, assim como do de suas famílias (GU et alii., 2007). Em seguida, no ano de 2000, o governo adotou as pequenas cidades, aquelas com até 100 mil habitantes, como projeto piloto para a liberação dos controles de mobilidade. Nestas cidades, as quotas para as transferências de *hukous* foram abolidas para todos migrantes que tivessem um emprego e domicílios fixos. Posteriormente, no ano de 2001, o governo central transfere a responsabilidade pela adoção de reformas no *hukou* para as administrações locais. Considera-se que nestes últimos anos as administrações locais estão com grande liberdade para gerir as pessoas sobre seus territórios (CHUN-CHUNG e HENDERSON, 2006). Neste sentido, é razoável que muitas grandes aglomerações urbanas tenham optado por manter um controle rígido sobre os seus novos moradores. As grandes aglomerações são em geral os pólos que mais atraem migrantes e que têm os maiores custos de infra-estrutura urbana. Em agosto de 2003, o Ministério de Segurança Pública aprovou novas medidas libertadoras. Nesta vez em relação à região oeste do país, todos as pessoas que desejassem e tivessem um nível razoável de instrução poderiam fixar residência em locais do oeste e ganhariam um registro permanente de *hukou* de acordo com o local escolhido. Por fim, em 2003 foram abolidas as medidas coercitivas contra os migrantes irregulares. Sendo interpretada de maneira simbólica, por dar voz às demandas dos migrantes, esta decisão acelerou as reformas no sistema de registro de residência a níveis municipais e provinciais de governo. Daquele momento em diante, a polícia não deveria mais prender nem reenviar os trabalhadores migrantes que não possuíssem os documentos necessários. Além disso, a polícia começou a emitir, desde então, documentos de residência urbana temporária para aqueles migrantes que encontram um emprego (SOLINGER, 2006).

Um detalhe importante nas mudanças do sistema do *hukou* é que, coincidentemente próximo às reformas em que foi instituído um sistema de preços único baseado no mercado, foi criada uma modalidade de *hukou* para ser vendida. Esta modalidade, chamada de *blue stamp*, é vendida pelo governo desde finais da década de 1980 (LIU, 2005). Seu preço é considerável para a renda média chinesa e, enquanto o portador é legalizado na cidade de escolha, sua posse não garante a oferta de serviços públicos a taxas tão baixas quanto aquelas cobradas dos portadores de um *hukou* regular (ZHANG, 2002). Entretanto, o produto foi um sucesso de vendas. Conforme Liu (2005: 137), “entre 1990 e 1994, governos locais venderam cerca de 3 milhões de *hukous* urbanos (*blue stamp*) a um preço médio de 8300 yuans por unidade”. Este valor, convertido a reais a preços de hoje, equivale a R\$ 2.642,2426, um valor altíssimo para um país

26 O valor foi definido pela taxa de câmbio real – dólar norte-americano do dia 27 de novembro de 2007. A conversão histórica foi feita através de dólares norte-americanos, por estes possuírem uma taxa de câmbio histórica definida em relação à moeda chinesa. A atualização dos valores foi feita pelo Índice de Preços ao

onde pelo menos 42 milhões de pessoas vivem abaixo do nível de subsistência no início do século XXI²⁷.

A nível regional, houve medidas de reforma no hukou mais ousadas. Enquanto muitas pequenas aglomerações urbanas colocaram em prática a flexibilização permitida pelo governo, os grandes centros urbanos como Beijing, Shanghai e Tianjin – ver Figura 1.1 – ainda administram seus sistemas de registro de residência de maneira rígida (KNIGHT e YUEH, 2004). Nestes lugares, é ainda necessário ter um registro urbano para ganhar acesso ao seguro social, à educação, ao alojamento e a maiores perspectivas de emprego. Entretanto, esta rigidez no controle tem ganhado certa permeabilidade. Beijing, por exemplo, criou desde 2003 uma nova categoria de *hukou*. Esta categoria, chamada de permissão de emprego e de residência em Beijing, acorda aos seus detentores direito a moradia, educação, seguro de saúde e assistência social – esta permissão não é, entretanto, emitida sem entraves, pois quem a possui deve preencher certos pré-requisitos, como segundo grau completo e dois anos de experiência profissional²⁸. Grandes regiões como todas cidades das províncias de Anhui, Guangdong, Hebei, Jiangsu, Shandong, Sichuan e Zhejiang adotaram as reformas permitidas pelo governo neste início de século. Além disso, há locais onde as autoridades afrouxaram mais os requisitos para conseguir um registro local. Dois exemplos são Fuzhou, capital de Fujian, e Shijiazhuang, capital de Hebei. Desde 2002 foi eliminada, nestes locais, a distinção entre as classes de *hukou* para os residentes locais, assim como o foi a restrição para a entrada de migrantes. (ZHU, 2007).

O controle do *hukou*, assim, está sendo abrandado com o passar do tempo. Enquanto até os anos 1970 a mobilidade para as cidades era fisicamente restrita, com as reformas vieram mudanças que transformaram estas barreiras em perda de direitos e de benefícios. Isto coincide, conforme foi exposto, com a eliminação das comunas agrícolas e com a criação das empresas rurais, o que trouxe substanciais ganhos de produtividade para o campo. As políticas anteriores, de « *desenvolvimento das forças produtivas via incentivos ideológicos e repressão às práticas mercantis no campo* » foram um fracasso, com milhares de pessoas morrendo de fome entre 1956 e 1976 (JABOUR, 2006). Este ganho de produtividade no campo liberou um excedente de mão-de-obra que mesmo até aquele momento estava já subempregado, devido à oferta muito limitada de terras aráveis no país – a título ilustrativo, apenas 14% das terras chinesas são

Consumidor (CPI-U) calculado pela Escritório de Estatísticas do Trabalho do governo dos EUA.

27 Missão das Nações Unidas para a China. Disponível em: www.unchina.org. Acesso em: setembro de 2007.

28 *China Morning Post*. Título: Permit Reform in Capital offers Migrants First-class Benefits. Artigo de 8 de julho de 2003. Disponível em: www.scmp.com. Acesso em: outubro de 2007.

cultiváveis, enquanto no Brasil são 76% das terras e na Índia cerca de 51%²⁹. Calcula-se que o desemprego no campo em meados da década de 1980 variava entre 30 e 40% da PEA (XIE, 1993). Para incrementar este excesso de mão-de-obra no campo, a partir dos anos 90, os agricultores tem tido crescentes dificuldades em vender seus produtos na cidade, em função dos hábitos da população estarem mudando com o aumento da renda. Enquanto antes o alimento básico era grãos, agora o padrão de consumo está ficando mais diversificado – implicando, também, em grande consumo de importados. Além disso, o governo cortou parte dos recursos que investia no desenvolvimento rural, diminuindo a rentabilidade do negócio³⁰. Em função da criação dos novos mercados locais e da proliferação de empresas privadas, as barreiras do *hukou* foram transformadas em obstáculos: afinal, ao contrário do modelo de desenvolvimento soviético, a China, ao apostar no crescimento da indústria de bens de consumo, precisaria preparar o seu mercado interno para tal. Este afrouxamento do *hukou*, que, conforme descrito, foi bastante gradual, entretanto não interrompeu a estratégia de desenvolvimento « costeiro e desigual », puxada pelas ZEE. Foi justamente a segunda metade da década de 1980 que assistiu ao auge desta estratégia de desenvolvimento (RUIZ, 2006).

As maiores flexibilizações no *hukou*, assim, só vieram a acontecer a partir da década de 1990. Deste momento em diante, as atividades privadas foram adentrando o continente chinês, enfraquecendo as ZEE e tornando menos necessário ao governo investimentos e proteção excepcionais para as regiões costeiras que receberam os investimentos estrangeiros. Um momento marcante desta mudança nos ventos do desenvolvimento foi o IX Plano Quinquenal (1995-2000). Sua meta é reduzir as disparidades regionais. Para isto, busca-se reduzir os privilégios da região costeira. A partir deste quadro e da estrutura do *hukou*, a próxima parte deste capítulo busca desenhar as razões pelas quais o *hukou* foi criado e pelas quais ele se sustentou e se sustenta.

2.5. Razão de ser

Este trabalho apóia-se na tese de que o sistema de registro de residência foi instituído e mantido por ser um mecanismo eficaz de suporte para a estratégia de desenvolvimento adotada pela China. O sistema foi interessante tanto para o desenvolvimento da indústria pesada do país,

29 Divisão de Estatísticas das Nações Unidas. Pesquisa de área de terras aráveis e disponíveis para a agricultura em 206 países. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/cdb/cdb_dict_xrxx.asp?def_code=436. Acesso em: outubro de 2007.

30 *China Business Review*. Artigo de novembro de 2005. Disponível em: www.chinabusinessreview.com/members/1105/powers.html. Acesso em: agosto de 2007.

construída sobre planejamento central e estatização, desde o primeiro Plano Quinquenal (1953-57), como também para o projeto de crescimento « costeiro e desigual », puxado pelas exportações. Para o crescimento desigual, a contribuição-chave do *hukou* foi prover um fluxo de mão-de-obra para as cidades a um ritmo adaptável às necessidades do momento – o que implica numa capacidade de manter os salários nas cidades relativamente baixos. Numa analogia, o *hukou* foi como uma válvula regulável para o excedente de trabalhadores no campo que se interessavam cada vez mais, em função do aumento dos desníveis salariais, em migrar para as cidades em busca de melhores condições de emprego. Como afirma SINGER (1975: 33), « *as migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas* »³¹. Este rearranjo, no caso chinês, foi o desenvolvimento em ritmos diferentes e com nível de investimento bastante desigual do leste em comparação com o oeste chinês. Ao mesmo tempo, a manutenção de muitos trabalhadores no campo aliada ao desmantelamento das comunas agrícolas – substituídas a partir do final dos anos 1980 por empresas rurais – permitiu, pelo menos num primeiro momento, a manutenção de baixos preços dos alimentos, que serviam para movimentar a máquina de desenvolvimento industrial e para permitir níveis baixos de salário nas cidades.

Além disso, no que concerne aos custos dos fatores de produção, o *hukou* restringiu os gastos em urbanização no país, pois, como afirma WANG (2004), o *hukou* permitiu que o ritmo de urbanização chinesa e de chegada de camponeses nas cidades tenha sido comedido – apesar de, em cifras absolutas, os números assustarem. Em outras palavras, o governo conseguiu controlar o conjunto dos fatores de produção disponíveis internamente, deixando-o numa invejável situação, vis-à-vis os governos nacionais, para desenvolver a economia do país. Os próximos tópicos procuram detalhar o papel do *hukou* como válvula para o ritmo da urbanização chinesa, como mecanismo para permitir um desenvolvimento desigual e como ferramenta de controle social.

2.6. Controle social e controle dos fatores de produção

O *hukou* foi adotado no início da China pós-Revolução, em parte importado dos países que compunham a extinta União Soviética e, em parte, remetendo a um modelo já utilizado em antigos governos em seu território. Quando da implementação, em 1951, a razão apresentada

31 Justifica-se pela tese de Paul Singer em *Economia Política da Urbanização* (1975).

pelo governo, era: “*a manutenção da paz social e ordem, garantindo a segurança das pessoas e protegendo a liberdade de movimento e de residência destas*” (LIU, 2005: 138). Apesar de nos primeiros anos de existência, a utilização do hukou tenha sido realmente para controlar os “criminosos e inimigos do povo”, após 1954, conforme mostrado anteriormente, o sistema ganhou um viés de controle de residência e de mobilidade (CHAN e ZHANG, 1999: 829). Esta mudança foi consecutiva ao grande fluxo migratório para as cidades que houve na China logo após a revolução. O país, que saía de um período de duas décadas de conflitos, viu, como era de se esperar, desabrigados e refugiados tentarem voltar para suas terras natais, assim como famílias em necessidade buscando melhores condições de vida nas cidades, as quais foram dificilmente alcançáveis e eram mantidas em condições precárias durante o tempo de conflitos (JABOUR, 2006).

O governo chinês, assim, precisou do *hukou* para, mais do que saber onde estavam as pessoas, conseguir moldar as migrações de acordo com os seus interesses. Nos primeiros anos este interesse era apenas tornar sustentável o volume populacional das cidades, motivo que durante os anos do Grande Salto a Frente (1956-62) se tornou suprir as cidades e zonas produtivas com mão-de-obra suficiente para fazer as novas fábricas que brotavam com o audacioso plano de Mao Tsé-Tung – que previa se igualar à produção industrial pesada da Inglaterra em 15 anos – funcionarem (KYNGE, 2007). Intencionalmente ou não, este controle passivo, que visava não sobrecarregar algumas áreas e manter o sistema produtivo funcionando, moldou-se como um sistema de controle do fator de produção trabalho. À primeira vista, este poder de alocar pessoas buscou manter o número necessário de trabalhadores nos locais em que, segundo os planos de desenvolvimento econômico, eles deveriam estar. Neste sentido, podemos observar a relação do *hukou* com as estratégias amplas definidas pelo governo. Mao Tsé-Tung definiu, conforme exposto no Capítulo 1, a cidade como foco de suas energias, deixando o campo e sua auto-suficiência entregue à própria sorte. O *hukou*, então, foi o mecanismo que permitiu tais políticas existirem sem serem postas em perigo pelos fluxos migratórios – o que nada mais são do que realocações espontâneas dos fatores de produção (SINGER, 1975). Conforme argumenta CHAN e ZHANG (1999: 822), “*o sistema hukou foi crucial para a implementação da estratégia de desenvolvimento chinesa de perseguir expansão rápida da indústria pesada bancada pela agricultura, e de desenvolver as cidades e áreas urbanas ao custo das áreas rurais*”. Esta dicotomia, num segundo momento, ressurgiu como o desenvolvimento das áreas costeiras através da entrada de capitais estrangeiros às custas das regiões interioranas, que ficaram mais uma vez confiada à própria auto-suficiência. Afinal, apesar de que nos primeiros cinco anos de reforma econômica os principais beneficiados tenham

sido os camponeses, que ganharam liberdade de comércio com a instituição das empresas rurais, o campo não recebeu investimentos governamentais em volume significativo em nenhum momento.

Ao mesmo tempo em que apoiou os projetos de crescimento econômico do governo, o *hukou*, tal como foi concebido e mantido, permitiu baixos salários nas cidades e cidades com reduzidos problemas de infra-estrutura. O *hukou* permitiu, e permite, que os salários nas cidades sejam comprimidos por duas razões. Primeiro, porque existe uma grande massa de trabalhadores de reserva no campo que teve a entrada facilitada nas cidades conforme o ritmo de expansão da economia, mantendo assim uma oferta de trabalho à altura da demanda. Considerando-se que nos últimos 30 anos o país tem mantido uma velocidade de crescimento do PIB alta e previsível, as mudanças nas legislações do *hukou*, que foi abrandado de forma progressiva conforme o passar do tempo, sinalizam um interesse do governo em equilibrar o mercado de trabalho campo-cidade e de trazer mais e mais camponeses para os empregos urbanos. Segundo, as modificações no registro de residência dos anos 1980 permitiram que os imigrantes se assentassem nas cidades mesmo sem autorização oficial, porém ao custo de não terem direito aos benefícios dos moradores urbanos – que inclui previdência social, auxílio moradia, taxas escolares reduzidas, entre outros – e de não poderem ser empregados pelas empresas estatais – o que mudou em 2003 na maioria das cidades – e por boa parte das empresas privadas. Estes trabalhadores se tornam, assim, ilegais dentro de seu próprio país, numa situação a qual CARRILLO (2000) compara à dos mexicanos que trabalham nos EUA e vivem sobre um limbo de civilidade. Estes imigrantes, assim, vivem em empregos informais cujos empregadores não precisam se encarregar de direitos do trabalho e que oferecem, geralmente, aquelas funções que os moradores urbanos não se interessam ou não se submetem. Uma consequência direta desta situação é que os rendimentos no mercado de trabalho se tornam função não apenas do capital humano dos trabalhadores – ou seja, da qualificação destes –, mas, em boa parte, do registro de *hukou* que possuem (SOLINGER, 1999b). O assunto, que será melhor abordado no próximo capítulo, é contundente ao ponto de a compra do *hukou blue-stamp* ser rentável, em alguns casos, para migrantes que trabalharem apenas dois anos no seu local de destino (LIU, 2005). Assim, estes trabalhadores, com menos direitos, se tornam sujeitos de empregos mal remunerados e com pouca segurança e sem garantias. Conforme MARTINS (1998: 28), “*através do migrante, o capital consegue empregar trabalho sem nenhuma responsabilidade social ou moral do capitalista: o trabalho puro*”. A segunda consequência indireta do *hukou* que beneficia o Estado Chinês é a menor pressão sobre a infra-estrutura e serviços urbanos que o controle da entrada nas cidades permite, e que será tratado num tópico à parte.

2.7. Urbanização gradual e os serviços e infra-estrutura urbana

As cidades são construções humanas que implicam gastos extraordinários. Como afirma SINGER (1975: 38), *“na medida em que aumenta a densidade de ocupação humana e econômica do espaço urbano, as autoridades públicas locais são solicitadas a inverter somas crescentes na ampliação dos serviços urbanos, recorrendo a soluções cada vez mais caras: trens subterrâneos, vias elevadas, tratamento de esgotos, desvio de correntes d'água de distâncias cada vez maiores”*. Enquanto mesmo num país com elevado PIB per capita estes gastos podem ser comprometedores, num país como a China, com baixa renda *per capita* e que confia todo seu potencial investidor em projetos que visam o desenvolvimento econômico, estes gastos podem estar além dos recursos do Estado. O *hukou*, como amenizador dos impulsos migratórios, certamente reduziu as necessidades de gastos nas cidades e, principalmente, nas metrópoles chinesas. O governo, neste caso, teve o controle da balança entre a entrada de mão-de-obra para a produção e o custo desta mão-de-obra sobre os serviços urbanos. Como afirma WANG (2004: 132), *“migrações internas controladas e determinadas administrativamente tem provido uma oferta constante de mão-de-obra barata e motivada sem, no entanto, sobrecarregar a infra-estrutura nas cidades”*.

O mesmo efeito aconteceu com os serviços oferecidos à população urbana. Estes moradores são historicamente privilegiados pelos benefícios exclusivos fornecidos pelo governo, conforme comentado anteriormente. Os migrantes irregulares, ao contrário, não têm o direito a esses benefícios, mesmo fazendo parte da força de trabalho. É possível, assim, induzir que isto representou uma redução de gastos proporcional à participação dos migrantes no total da força de trabalho. Como afirma CARRILLO (2000: 4), *“o sistema de registro de residência permite ao governo limitar o número de pessoas que ele é obrigado a incluir nos seus programas de segurança e de assistência social, os quais são restritos às áreas urbanas”*. Esses dois elementos de redução nos gastos do governo com infra-estrutura e assistência social provavelmente liberaram recursos no sentido de permitir que o Estado fortalecesse os seus investimentos em outros programas e projetos.

2.8. O desenvolvimento desigual Leste-Oeste e o deslocamento humano

Desigualdades regionais na China são históricas, datando de muito antes da Revolução Comunista de 1949. Certa parte das desigualdades tem raiz no século XIX, quando a China foi hospedeira de protetorados de impérios estrangeiros, como o Japão e a Grã-Bretanha. Estes protetorados se implantaram na costa, em cidades como Shanghai e Guangzhou, fazendo ali certos investimentos e mesmo criando pequenas plantas manufatureiras. Isto criou uma dicotomia entre um litoral rico e um interior relativamente pobre. Mais adiante, esta dicotomia se transformou numa desigualdade entre Norte e Sul, o primeiro mais rico em relação ao último. Foi nesse cenário que a República Popular da China começou a ser construída.

Nos anos de governo maoísta, as políticas de investimento priorizaram a região central e a região oeste da China, conforme exposto no capítulo 1. O país, que passou por um isolamento diplomático de 22 anos, período que terminou com a sua entrada na ONU – como exemplo, as relações diplomáticas com o Brasil só foram reatadas em 1974 –, era receoso de um ataque. Se tal fato ocorresse, o ataque provavelmente viria pela costa. Assim, o governo investiu em transferir parte das indústrias para o interior, num movimento que visou implementar uma autonomia provincial em termos de recursos produtivos. Além disso, o governo buscava equilibrar a disparidade regional que a nova República havia herdado. Estes equipamentos industriais não ficaram necessariamente no campo, mas em cidades distantes do litoral chinês – no mapa 1.6, as cidades que receberam estas fábricas ficam fora do cinturão costeiro, que está representado pela cor mais escura. Este movimento, porém, mudou com a volta das relações diplomáticas com o resto do mundo, com a morte de Mao Tsé-Tung e com o início das Reformas. Até 1980 a região Centro-Oeste recebia mais investimentos fixos do que a região costeira – a Figura 1.9 mostra como algumas províncias do Centro-Oeste cresceram mais do que as do litoral até 1978. Além disso, enquanto nos anos 1960 cada uma das regiões Central e Oeste recebeu mais investimentos do que a região Leste, esta última, no limiar do século XXI, recebeu, por ano, mais investimentos do que as duas anteriores combinadas. Portanto, essa recriação de uma desigualdade entre Leste e Oeste é fruto das políticas de abertura econômica e de criação de um parque industrial exportador – afinal, nos últimos 30 anos, a China recebeu nada menos do que US\$ 700 bilhões em IDE, aproximadamente, sendo a maior parte deste montante depositada no litoral (RUIZ, 2006). A opção por este desenvolvimento regional tornou-se pública pelo sexto

plano quinquenal (1981-85), que diferenciava o papel do leste, centro e oeste.

Entendemos que o desenvolvimento « costeiro e desigual » da China, empreendido pela gestão de Deng Xiaoping, buscou enriquecer o país nivelando por cima, pois este acreditava que nenhum sistema político se sustenta num ambiente carente de recursos materiais. Pode-se empregar a mesma linha de raciocínio de DENG XIAOPING para contextualizar o papel do hukou neste momento: « *Devemos buscar a verdade nos fatos e utilizar a prática como o único critério para a verdade* »³². Seria pouco interessante montar um sistema de crescimento desigual num ambiente onde um fator chave de produção compensaria as vantagens regionais. Assim seria caso a força de trabalho pudesse se mover de forma a ofuscar as vantagens do crescimento desigual. Ideólogos do governo na época do início das reformas importaram teorias ocidentais sobre crescimento desigual, como as de Myrdal e de Williamson (RUIZ, 2006). Na aplicação destas, ao invés de uma diferenciação por nação, os desequilíbrios seriam regionais. Deveria estar claro para eles, então, que era necessário enfatizar as vantagens comparativas regionais, conforme Heckscher e Ohlin.

O instrumento para permitir este modelo de desenvolvimento seria o *hukou*. Conforme já afirmado, o resultado deste sistema de controle foi favorável ao crescimento econômico. Além disso, para todos os fins, o controle de mobilidade do hukou era e é esperado para ser um mal passageiro. Conforme Deng XIAOPING, “*deixe que algumas regiões cresçam primeiro, para depois alcançar o crescimento comum*”³³. Os governantes certamente estiveram cientes de que impedir o movimento de migrantes ou limitar o direito dos migrantes sem registro é um agravante à imagem do governo, à sua popularidade e à legitimidade das políticas de desenvolvimento, contribuindo para eventuais distúrbios e protestos. O crescimento econômico, assim, é buscado como uma solução para este dilema, que deixa milhões de trabalhadores numa situação mais precária da que poderiam estar. Segundo SINGER (1975: 49), “*só o desenvolvimento cria as condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana da qual pode resultar a absorção produtiva, embora com retardo, da mão-de-obra trazida à cidade pelas migrações*”.

32 Deng Xiaoping. *Complete works of Deng Xiaoping*. Disponível em: <http://english.people.com.cn/dengxp/contents3.html>. Acesso em 10 de dezembro de 2007.

33 Deng Xiaoping. *Complete works of Deng Xiaoping*. Disponível em: <http://english.people.com.cn/dengxp/contents3.html>. Acesso em novembro de 2007.

2.9. Os papéis desempenhados pelo hukou

Para concluir, entende-se que o *hukou* foi necessário ao crescimento econômico chinês e ao desenvolvimento das suas forças produtivas. O quadro atual de grande sucesso do país como exportador, com grande aumento da renda interna e emergindo como nova potência mundial talvez não fosse tão viável sem o sistema de registro de residência. Num primeiro momento, o *hukou* teve papel em dar um ritmo gradual à urbanização. Apesar de na primeira década da República chinesa os camponeses terem sido bastante beneficiados pelo governo – afinal, a base de suporte de Mao Tsé-Tung estava no campo, assim como quase toda a população -, as cidades, como afirma Paul Singer, são, via de regra, a sede do poder e, portanto, da classe dominante. A estratégia de desenvolvimento rápido maoísta não seria alcançável sem tornar as cidades núcleos dinâmicos da economia, o que, necessariamente, atrairia grande fluxo populacional. Neste primeiro momento também, o *hukou* teve o papel de alocar geograficamente a mão-de-obra. Isto foi necessário aos projetos de industrialização pesada como, por exemplo, o grande Salto à Frente.

De toda maneira, estes objetivos mais evidentes não esgotam as possibilidades do *hukou*. Ele foi um instrumento polivalente nas esferas política, social e econômica. Como afirma SCHARPING (2004: 5), “*o sistema do hukou não foi principalmente para conter a migração do campo para a cidade, mas foi parte de um grande sistema político-econômico visando atender múltiplos interesses do Estado: tanto no período atual quanto no pré-reforma*”. Foi como um instrumento polivalente que o *hukou* foi utilizado pelo governo após o início das Reformas. O *hukou* permitiu a estratégia de desenvolvimento « *costeiro e desigual* », adotada pela China. Baseado nas idéias de Preobrazhensky, antigo aliado de Trotsky, as trocas desiguais entre cidade e campo eram um meio para se alcançar objetivos políticos e econômicos. Além disso, os trabalhadores migrantes desenraizados dos seus locais de origem formaram um exército de mão-de-obra barata, acessível na medida do necessário aos projetos produtivos. Os camponeses eram um exército de reserva nos seus lugares de origem, e uma mão-de-obra sem direitos e propensa a subempregos quando nas cidades. Por fim, o *hukou* acabou restringindo os gastos sociais do governo. Por tirar o peso dos migrantes sobre a maior parte da assistência social, o sistema de registro de residência aliviou os gastos do governo de maneira proporcional aos cerca de 150 milhões de trabalhadores flutuantes chineses (LI, 2006).

Podemos concluir, em poucas palavras, que o *hukou* transferiu o ônus de um crescimento

sem igual do Estado à população. O governo e as classes dominantes receberam os maiores benefícios do expressivo crescimento chinês, em parte às custas da população migrante e dos trabalhadores no campo. Isto, entretanto, não acontece sem efeitos colaterais. Como afirma SCHARPING (2004: 6), “*os migrantes, movidos pela promessa de progresso econômico, trazem consigo os perigos de quebra social, institucional e da infra-estrutura nas cidades chinesas*”. É sobre a situação dos migrantes e seu potencial desestabilizador que trata o próximo capítulo.

Capítulo 3

3. Migrações internas na China: os migrantes irregulares e suas condições de vida

Impelidos principalmente pela busca de oportunidades de emprego, um enorme número de chineses vindos do campo tenta, muitas vezes sem sucesso, chegar aos núcleos urbanos. Embora este fenômeno exista desde os primeiros tempos da República Popular da China, ele cresceu muito em intensidade após as reformas econômicas. Estas reformas, como visto, num primeiro momento incentivaram um aumento na produtividade do campo, o que, pela melhoria da técnica e dos equipamentos, aumentou a mão-de-obra agrícola excedente; num segundo momento, as reformas criaram atrativos crescentes no litoral e nas grandes cidades, em termos de renda. Estes dois fatores, em conjunto, colaboraram para a grande força migratória que pesou sobre as regiões urbanas chinesas, em especial sobre as áreas próximas às ZEE e aquelas que mais receberam investimentos governamentais, conforme detalha a Figura 1.10.

O governo, em vista deste quadro e das demandas dos novos complexos industriais em seu território, foi gradualmente permissivo no controle migratório, após o auge da contenção à mobilidade, em meados da década de 1980. Conforme afirma CARRILLO (2000), *“a partir de 1985, a demanda por mão-de-obra pelas indústrias exportadoras costeiras obrigou o governo a relaxar o controle migratório. Este ganho em liberdade de movimento, porém, não acabou com a diferenciação entre campo e cidade. O hukou continuou funcionando como um passaporte interno”*. Esses migrantes não hesitaram em aproveitar o enriquecimento inédito pelo qual passavam certos meios urbanos, apesar dos custos indiretos desta mobilidade geográfica serem altos. Prova disto é o fato da população flutuante urbana chinesa, composta de migrantes que trabalham temporariamente na cidade, atingiu cerca de 200 milhões de pessoas no ano de 2007, segundo fontes oficiais – ou seja, mais de 10% da população total da China³⁴. Apenas na capital, Pequim, segundo dados de 2007, acredita-se que além dos seus 12,04 milhões de moradores

34 *Xinhua News Agency*. Beijing Population Exceeds 17 million. Artigo de 21 de agosto de 2007. Disponível em: <http://nigeria2.mofcom.gov.cn/aarticle/Chinanewss/200708/20070805013717.html>. Acesso em: dezembro de 2007.

registrados, existam mais de 5 milhões de migrantes flutuantes. O dado se repete em outros centros de atração, como Hangzhou, onde 38% da população são migrantes, ou Tianjin, onde este percentual é de 13% (CARRILLO, 2000). Os custos para os migrantes residirem nas cidades sem *hukou* são diversos e complexos: a relação instável com as autoridades, os empregos de baixo nível, o preconceito sofrido, entre outros. É deste tema que este capítulo se ocupa, tentando retratar as condições de vida dos migrantes e da população flutuante nas crescentemente ricas cidades chinesas e as razões destas migrações ocorrerem e se manterem, além de refletir sobre os limites deste cenário para os próximos anos.

3.1. Remuneração e condição de vida dos migrantes

Conforme visto no capítulo anterior, o *hukou* possibilitou perversamente a manutenção de baixos salários nas regiões produtivas urbanas. Podemos entender este fenômeno como uma manifestação de forças do capital, pois, afinal, suas conseqüências são tanto benéficas para o sistema exportador implementado na China e para as empresas privadas recém constituídas como são humilhantes para os trabalhadores, em especial para os próprios migrantes ilegais – esta afirmativa, entretanto, não ignora que houve uma melhora nas condições de vida de parte da classe trabalhadora. Como afirma MARTINS (1998, 21), “*o que faz o capitalismo, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: a sua força de trabalho... É reduzi-lo [o trabalhador] à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho*”. Isto aliena o trabalhador dos seus instrumentos de poder, que seriam os direitos legais adquiridos e o seu poder de barganha, o que o deixa sujeito, portanto, a rendimentos muito mais precários do que os da população fixa. Os rendimentos dos migrantes são substancialmente mais baixos do que os da média da população. Além disso, como já foi visto e será comentado mais adiante, o migrante interno chinês sofre com a particularidade de ter os seus direitos civis modificados conforme a políticas do governo que visam mudanças conjunturais.

Sem leis que os protejam nem suficientes oportunidades para que possam exigir boas remunerações dos seus empregadores, os migrantes ilegais amargam salários muito baixos. Segundo fontes oficiais, a renda média nacional, em 2002, dos migrantes temporários, era de

5444 *yuans* por ano³⁵. Em dólares, este valor se equivale a aproximadamente US\$ 657 por ano ou US\$ 54 por mês, em valores de 2002. Apesar deste valor ser maior do que o limiar de US\$ 1 por dia estipulado pelas Nações Unidas, estes rendimentos se tornam escassos, se considerado o custo de vida urbano chinês e as jornadas de trabalho, que ultrapassam facilmente 8 horas ao dia³⁶. Segundo *Xinhua News*, um jornal chinês de grande veiculação controlado pelo governo, o patamar de subsistência nas cidades em termos de renda era de 6030 *yuans* por ano, para o ano de 2002³⁷. Há aí uma disparidade, pois, segundo fontes oficiais, a média de rendimento dos migrantes é menor do que o patamar de subsistência nas cidades. Colaborando neste sentido, uma pesquisa da Fujian Normal University, a partir de entrevistas, indicou que 40,7% dos migrantes na província de Fujian, uma das grandes destinações dos afluxos de camponeses, recebe entre 500 e 800 *yuans* por mês (Zhu, 2007). Apesar destes salários estarem abaixo no nível de subsistência, eles estão bem acima da linha de pobreza adotada pelo governo chinês, que era de 825 *yuans* por ano, para uma família – mesmo este valor sendo baixo, cerca de 60 milhões de chineses estavam abaixo da linha de pobreza em 2003 (MURPHY, 2004). Devemos considerar esta linha da pobreza, entretanto, definida a partir dos habitantes do meio rural, os quais conseguem boa parte do seu sustento fora do mercado. A partir destes dados, podemos concluir que os rendimentos dos migrantes, ao menos para uma parcela destes, são apenas suficientes para a subsistência. Infelizmente, em razão dos dados estatísticos sobre os rendimentos dos migrantes serem escassos, não é possível fazer uma análise histórica do nível de rendimentos dos migrantes. De toda maneira, considerando o crescimento econômico ininterrupto chinês e a urbanização crescente do país, podemos entender que este salário insuficiente ganho pelo migrante médio, conforme os dados de 2002, pode ter sido ainda mais defasado em relação à renda de subsistência em anos anteriores. O autor norte-americano James Kynge, jornalista financeiro radicado na China, faz uma comparação dos salários atuais com os dos ingleses e estadunidenses na época da Revolução Industrial:

“(...) os salários dos trabalhadores migrantes aumentaram consideravelmente desde o início das reformas, em 1978, em especial para aqueles que trabalham em fábricas ao longo dos litorais leste e sul. Mas, em termos históricos, eles permanecem pífios. Durante os estágios iniciais da Revolução Industrial, no Reino Unido, o Parlamento britânico

35 Portal oficial do governo CHINA.ORG.CN. Artigo de fevereiro de 2005. Disponível em: www.china.com.cn/chinese/2005/feb/787325.htm. Acesso em: agosto de 2007.

36 As Nações Unidas estimulam o valor simbólico de US\$1 por dia como limiar da pobreza.

37 *Xinhua News*. Artigo de novembro de 2003. Disponível em: news.xinhuanet.com/zhengfu/2003-11/14/content_1178417.htm. Acesso em: outubro de 2007.

desencadeou manifestações ao rejeitar a Lei do Salário Mínimo de Weaver, medida legal que elevaria os salários dos operadores de teares manuais acima dos oito shillings por semana de 84 horas, que prevalecia na época. Mas na Chingqing de hoje, oferecer um salário desses poderia detonar uma perturbação por motivos opostos. Ajustados para a época e convertidos em yuan, esses oito shillings valeriam agora 1.300 yuans por mês, ou cerca do dobro que um trabalhador migrante semi-capacitado poderia esperar por número semelhante de horas. Mesmo nas prósperas cidades industriais na província de Guangdong, perto de Hong Kong, e na bacia do Yang-tsé-kiang, 1.300 yuans por mês ainda é um salário atraente. Na Chicago do século XIX, também, os trabalhadores eram mais bem recompensados do que hoje na China. Por exemplo, um trabalhador numa madeireira em Chicago, no final da década de 1850, poderia ganhar entre dez a quinze dólares por mês, em valores da época. Convertido a valores atuais, isso seria o equivalente a entre 196 e 294 dólares por mês – ou entre uma vez e meia e três vezes o salário atual na China para um trabalhador braçal [migrante] semelhante “. (KYNIGE, 2007: 52) ³⁸

Complementando esta ilustração, é interessante se observar os indicadores de custo de vida, para o mesmo ano de 2002. As cidades indicadas na Figura 3.1, Pequim e Shanghai, abrigavam quase 10 milhões de migrantes na época³⁹. Os dados expostos permitem se ter uma amostra do poder de compra dos 453 yuans por mês dos migrantes ilegais no ano de 2002 – aproximadamente R\$ 110, se convertidos em valores atualizados para 2007⁴⁰. Estes imigrantes, assim, teriam que economizar todo um mês para comprarem uma bicicleta do modelo mais barato disponível ou, mesmo sem pagar o aluguel, não seriam capazes, em Beijing (Pequim), de comprar mais do que um e meio litro de leite ao dia.

Contribuindo para agravar estes baixos salários deve-se considerar o contexto da vida dos migrantes. De um lado, a idéia de migrar para aumentar os rendimentos envolve compromisso de enviar parte dos rendimentos de volta para a família, que ficou no campo. Do outro, os migrantes temporários são justamente a camada da população urbana que não tem direito aos serviços públicos gratuitos. Como exemplo, segundo uma pesquisa de Yu Zhu com migrante do Fujian, apenas 11,1% deles possuía algum tipo de seguro saúde – seja particular, seja público (ZHU, 2007: 72). A propósito da remessa de rendimentos, poderíamos afirmar que isso está na essência da migração temporária (DU et alii., 2005). Tanto na China, como para muitos migrantes

38 Os dados utilizados pelo autor são extraídos de artigos de Doug Peacock e William Cronin.

39 *Xinhua News Agency*. Beijing Population Exceeds 17 million. Artigo de 21 de agosto de 2007. Disponível em: <http://nigeria2.mofcom.gov.cn/aarticle/Chinanewss/200708/20070805013717.html>. Acesso em: agosto de 2007.

40 Valor calculado deflacionando-se o valor em dólar do yuan de 2002 pelo CPI – *consumer price index*, do governo norte-americano. A conversão do dólar para o real foi feita em valores de dezembro de 2007.

Figura 3.1 – Valor de bens selecionados em Pequim e Shanghai (2002)

Fonte: www.economist.com * Na época, US\$1 equivalia a RMB8,28.

How Much Things Cost		
Product	Beijing (RMB)	Shanghai (RMB)
Can of regular Coca-Cola	1.85	1.8
Base subway fare	3	2
Scoop of Haagen-Dazs ice cream	25	25
Domestic ice cream	1-3.5	1-3.5
Taxi ride (5 km)	11.2-14	14
Large Pizza Hut cheese pizza	85	85
Youtiao (fried bread)	.4	.3
Big Mac	9.9	9.9
Colgate toothpaste (100 g)	17.6	6.4
Jieyin toothpaste (180 g)	4.6	4.6
Apples (1 kg)	5	5.2
Rice (1 kg)	3	2.5
Handmade noodles (1 kg)	2	2
Pork (1 kg)	11	12
Cabbage (1 kg)	.8	1
Soy sauce (1 liter)	2.5-4.5	3.5-4.5
Cooking oil (1 liter)	9.6	7
Milk (1 liter)	8.8-11	5-6.8
Gasoline (1 liter)	2.8	1.8
Movie ticket	20	30
Fenghuang bicycle	380-462	462
Domestic Car Red Flag	200,000	200,000
Joint Venture Car Audi China A6	510,000	510,000
Imported Car Toyota 2000	350,000	350,000
Mercedes-Benz E280	760,000	760,000

NOTE: \$1=RMB 8.28

brasileiros, a migração prevista como temporária envolve a remessa de rendimentos para a família, grande objetivo destas separações temporárias. Cerca de 76% dos migrantes enviam remessas aos seus lares, segundo pesquisa realizada em Beijing por Li Qiang (MURPHY, 2004).

3.2. A decisão de migrar: receber na cidade e gastar no campo

A população flutuante chinesa é uma das que apresenta maior mobilidade do mundo, segundo ZHU (2007). A quase totalidade dela é de migrantes temporários, que passam períodos no campo e períodos na cidade. Podemos entender que isto é tanto consequência da tendência histórica dos chineses em se dispersarem mundo afora em diásporas – que acontecem em diversos momentos da história chinesa –, quanto consequência do sistema de registro de

residência *hukou*, o qual dificulta a fixação dos migrantes com suas famílias. É interessante usar o modelo de Starck, citado em SHARPING (2004), para pensar como o registro de residência pode levar muitos chineses a não se fixarem nem no campo nem na cidade. Segundo este modelo, a migração temporária é uma estratégia familiar para maximizar rendimentos e minimizar riscos. Os rendimentos são maximizados, pois, numa família em que todos trabalham conjuntamente no campo, a saída de um membro para a cidade aumenta o rendimento dos que ficam; ao mesmo tempo, considerando que a produção não irá cair proporcionalmente, a saída de um membro contribui, pois acrescenta a remuneração extra que o membro migrante recebe. Em relação aos riscos, estes se minimizam, pois os rendimentos são, dali em diante, retirados de mais de uma atividade econômica. Em outras palavras, as famílias, com a saída de um membro, podem, de uma só vez, utilizar ao máximo os recursos de suas terras, sem precisar arcar com despesas fixas na cidade, e recebem as remessas como complemento do orçamento. O *hukou*, no cenário do migrante temporário, cria uma situação em que o ganho para o migrante que passa apenas parte do ano na cidade, mesmo considerando os risco e os rendimentos, é acentuado. Nas famílias, geralmente é o filho homem ou o pai que vai para a cidade. Caso a migração para o meio urbano fosse permanente, o risco de ser deportado para o campo, por ser ilegal, e os custos de não se ter os serviços públicos gratuitos, pela mesma razão, pesariam sobre toda a família, ao invés de apenas sobre um dos membros. Além disso, a propriedade rural, da qual o camponês tira a sua sobrevivência, deixaria de ser um ponto de apoio caso a vida na cidade não fosse mais viável. Segundo a legislação chinesa, a maior parte das terras no campo pertence ao Estado, que as arrenda sem encargos para os camponeses desde que estes as utilizem. Além disso, a falta de um certificado de residência permanente na cidade torna a vida muito mais cara para os migrantes do que para os habitantes regulares – além dos migrantes geralmente ocuparem os postos menos remunerados e apreciados. Assim, os custos e os riscos são bastante altos para um migrante que quiser se fixar na cidade com a família sem o alvará do governo. Por fim, existem duas outras questões cruciais que pesam nas decisões dos migrantes: as taxas escolares e a falta de previdência social. Conforme já exposto, os migrantes irregulares precisam pagar taxas maiores para a educação de seus filhos do que os habitantes regulares. Os migrantes também não se beneficiam de previdência social, acordada pelos locais de trabalho aos trabalhadores regulares – o campo, neste caso, é a previdência social dos migrantes, pois lá estes podem subsistir autonomamente.

Pesquisas empíricas de Yu Zhu sustentam a tese da importância de minimizar os riscos e aumentar os rendimentos para os migrantes (ZHU, 2007). O autor, através de uma pesquisa composta por 243 entrevistas com migrantes ilegais em Fujian, uma das principais destinações

dos egressos do campo, afirma que os migrantes usam uma estratégia de “*receber na cidade e gastar no campo*”. Pouco interessado em se instalar na cidade, o migrante mantém o núcleo da sua vida no campo, apesar de passar a maior parte de seu tempo no meio urbano. No tempo que passa na cidade, o local de trabalho consome toda sua atenção. Lá, além de passar por jornadas de trabalho muito longas, o trabalhador migrante geralmente dorme e se alimenta, saindo apenas em situações excepcionais (SOLINGER, 1999b). A falta de assistência desemprego e de previdência social é mais uma razão que o incentiva a manter o vínculo com o campo. Nas palavras de ZHU (2007: 72): « *guardar um pedaço de terra na cidade natal funciona como um seguro, ainda mais para aqueles que não tem assistência social* ». Isto é detalhado na pesquisa, que conclui que as duas razões para os migrantes temporários não se desfazerem de suas terras são a necessidade de um lugar para morar caso fiquem desempregados e a necessidade de voltar para casa depois de velhos.

Os migrantes, então, mesmo em sua maioria mantendo um vínculo com o campo, passam a maior parte do seu tempo na cidade, trabalhando. Nas palavras de CARRILLO (2000), “*os migrantes trabalham nas cidades uma média de dois a seis anos, regressando para seus locais de origem cerca de uma vez ao ano*”. Durante o período em que estão na cidade, estes migrantes enviam constantemente recursos para seus lares nos locais de origem. O volume, compreendendo todo o país, é imenso: em 2005, estima-se que os migrantes enviaram cerca de US\$ 30 bilhões para os seus lares de origem (CHENG e ZHONG, apud MURPHY, 2004)⁴¹. Este valor é mais do que qualquer país recebeu de seus migrantes no exterior num mesmo ano. O que mais se aproxima é o caso da Índia, a qual recebeu cerca de US\$ 22 bilhões de seus migrantes no exterior em 2005. Individualmente, podemos considerar que, em média, cada migrante envia cerca de 3000 yuans ao ano para seus lares, ou seja, pelo menos metade do salário, que em média fica abaixo de 6000 ao ano (MURPHY, 2004)⁴². Este alto volume de remessas tem grande participação no sustento dos que ficam no campo. Segundo um estudo de DU et al. (2005), a partir de uma análise econométrica, ter um migrante na família aumenta a renda média do domicílio entre 8,5% e 13,1%. Deve-se considerar que os domicílios raramente têm mais do que um migrante, em função da estrutura da família chinesa, o que torna esse indicador mais preciso. Um outro estudo, de CHENG e ZHONG (apud MURPHY, 2004), encontra resultados ainda mais expressivos. Os autores afirmam que as remessas de recursos de migrantes para o campo

41 Devido à grande importância destes valores para aqueles que os mandam e os recebem, a maior parte dele é enviada por canais oficiais. Segundo Cheng e Zhong, 62% dos recursos enviados pelos migrantes são transferidos pelos escritórios de correio da China (China Post), que possui uma extensa rede informatizada para estas transações.

42 Valores de 2003.

representaram entre 20% e 50% dos rendimentos totais dos beneficiários no campo. Este valor, no entanto, não é suficiente para compensar o desnível de rendimentos entre o campo e a cidade, em especial as cidades do litoral. Em média, as pessoas no campo recebem um terço dos rendimentos da cidade, um quinto se comparado com as regiões urbanas do litoral (MURPHY, 2004).

Se, por um lado, as remessas de dinheiro para seus locais de origem restringem o reduzido salário dos migrantes, por outro a necessidade destes de pagar os serviços públicos compromete ainda mais os seus rendimentos e torna a sua permanência nas cidades ainda mais difícil. Como comentado anteriormente, os migrantes, ao contrário dos residentes regulares das cidades, não recebem benefícios como educação para os filhos e assistência médica. Esta falta de serviços públicos gratuitos ou subsidiados para parte da população é irônica, pois ela afeta justamente aqueles que mais precisam dela e que tem menos condições de pagar. Como afirmou o periódico *Economist*, “o trabalho dos migrantes é uma atividade física muito pesada, mas os trabalhadores não têm como arcar com os custos do sistema de saúde pago”⁴³. Na China, o migrante sem *hukou* ocupa as posições de trabalho que outras pessoas não querem ocupar. Além disso, como o migrante sem permissão regular não pode ocupar postos de trabalho formal, ele fica relegado a certas ofertas, que geralmente envolvem mais riscos e menos rendimentos do que as do mercado formal. A pesquisa de campo elaborada por ZHU (2007) indica que 57,6% dos migrantes têm empregos temporários. Além disso, as empresas que contratam migrantes ilegais são privadas, e, na sua maior parte, em setores intensivos em trabalho, mais sujeitos a sazonalidades. Beatriz Carrillo dá uma descrição apurada desta situação: “*garçons, vendedores de frutas e verduras, trabalhadores da construção, empregadas domésticas, vendedores ambulantes, cozinheiros, taxistas, catadores de lixo, etc. são na maior parte forasteiros. Muitos garçons dormem no piso ou em cubículos nos restaurantes onde trabalham, os vendedores dormem no emprego, os trabalhadores da construção civil vivem na obra que estão construindo; alguns alugam quartos nos subúrbios das cidades enquanto outros constroem suas moradias com placas de madeira e lonas*” (CARRILLO, 2000).

Vista como local propício ao enriquecimento pelos migrantes, as cidades, entretanto, apresentam uma situação de qualidade e nível de emprego aquém da imaginada. Assim, além dos empregos oferecidos aos migrantes serem de baixa remuneração e precários, há dificuldades para se encontrar um emprego, especialmente para os trabalhadores pouco qualificados⁴⁴. Uma razão

43 *Economist*. Help Wanted. Artigo de 7 de outubro de 2004. Disponível em: www.economist.com. Acesso em: dezembro de 2007.

44 *Economist*. No right to work. Artigo de 9 de setembro de 2004. Disponível em: www.economist.com. Acesso

para isto é estrutural e reflete a tentativa do governo, antes das reformas de mercado, de manter todos trabalhadores empregados – o que, na época, significava aloca-los num emprego remunerado pelo Estado. Segundo SOLINGER (2006: 180), “*décadas de ênfase no pleno emprego urbano (aproximando-se muito de consegui-lo) durante a tutela da economia planejada na era socialista conduziram, com o tempo, a um vasto número de trabalhadores urbanos redundantes, um fenômeno conhecido na China dos anos 1990 como 'desemprego escondido'. Nos anos que se seguiram ao final da década de 1980, o governo afirmou que o excesso de trabalho nas cidades correspondia a cerca de um terço dos trabalhadores empregados*”. Este fenômeno, ligado à reformas chinesas iniciadas no final dos anos 1970, tem conseqüências provavelmente passageiras, na medida em que o crescimento econômico do país cria condições para o aumento no número de postos de trabalho. Entretanto, o que se vê é que as dificuldades para se encontrar um posto de trabalho na cidade não se encerraram nestas três décadas de crescimento econômico. Ao contrário, estatísticas apontam que a taxa de recuperação de emprego caiu continuamente a partir do final da década de 90. Enquanto em 1998 a taxa de recuperação era de 52% ao ano, em 1999 ela foi para 42%, e caiu abruptamente para 10% no final de 2001 (SOLINGER, 2006). Os números de desemprego também são crescentes. Conforme a Figura 3.2, o desemprego vem crescendo no país, em especial após o final da década de 1990. Estes são valores de desemprego urbano formal. Enquanto os números oficiais são moderados, estimativas da Universidade Tsinghua apontam para um valor superior a 8% para o ano de 2001. Ainda mais dissonante com as fontes oficiais foi uma pesquisa conduzida por pesquisadores da Universidade do Michigan e da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Segundo estes, o índice de desemprego passou de 7,2% em 1996 para 12,9% em 2001. As fontes oficiais incluem apenas aqueles trabalhadores que se registraram junto às autoridades como desempregados, o que, além de deixar de fora boa parte da população sem ocupação, não inclui os migrantes irregulares. Dados mais recentes também apontam para um desemprego considerável. Para 2006, o Centro de Desenvolvimento de Pesquisas (CDP), um *think-tank* governamental chinês, afirmou que o desemprego urbano estava entre 8% e 9%.

Ainda que se entenda que o crescimento econômico poderia absorver o contingente desempregado, esta tendência não é certa. Um pesquisador sênior do Escritório Nacional de Estatísticas da China afirmou em entrevista ao jornal oficial Xinhua que o crescimento econômico não conseguirá compensar o desemprego⁴⁵. Segundo ele, os setores intensivos em

em: novembro de 2007.

45 *Xinhua News Agency*. Economic growth does not solve unemployment. Artigo de 29 de agosto de 2006. Disponível em: www.china.org.cn/english/MATERIAL/179467.htm. Acesso em 15 de janeiro de 2008.

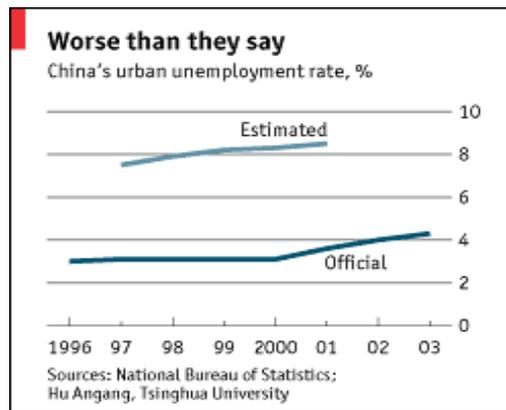
capital e tecnologia crescem de maneira muito mais rápida do que os intensivos em mão-de-obra, de forma que, com a progressiva saída de pessoas do campo e fechamento de empresas estatais, o desemprego pode ser um problema crescente. Para apoiar a conclusão, o pesquisador afirma que, de 1996 a 2000, para cada ponto percentual de crescimento no PIB, houve 0,13 ponto percentual de crescimento no emprego, enquanto entre 2001 e 2005, para cada ponto no PIB, houve apenas 0,11 ponto de crescimento no emprego.

Independente do efeito do crescimento econômico sobre o desemprego nos próximos anos, os efeitos do desemprego e baixa taxa de recuperação são sentidos atualmente. Uma ilustração para este fato é um paradoxo que há entre o número de pessoas abaixo da linha da pobreza na população do campo e da cidade. Enquanto dados das Nações Unidas apontam que, usando a linha de pobreza do governo chinês, a população pobre rural caiu de 250 milhões de pessoas em 1978 (correspondendo a 30% do total) para 42 milhões de pessoas em 1998 (correspondendo a 4,6% do total), no meio urbano a situação parece ter sido inversa⁴⁶. O jornal oficial *China Daily* afirmou, em 2003, que de 15% a 20% dos migrantes nas cidades vivem abaixo da linha da pobreza. Este percentual pode corresponder a mais de 30 milhões de pessoas⁴⁷. Ainda mais impressionante, por apresentar uma comparação histórica, foi um estudo do Departamento de Estatísticas da China, em conjunto com a Secretaria de Pesquisas do Conselho de Estado, feito em 2000. O estudo indica que, em nível nacional, entre 20 e 30 milhões de trabalhadores com registro urbano caíram para o nível de pobreza nos anos que antecederam a virada do século. Se estendido para a família destes trabalhadores, o número corresponderia a cerca de 13% da população urbana do país no ano de 2000 (SOLINGER, 2006). É necessário notar que este estudo não inclui os migrantes irregulares – os quais, segundo Dorothy Solinger, devem contribuir para incrementar esses números. Em consequência tanto deste alto índice de desemprego quanto das condições já descritas, incluindo os baixos salários e a falta de serviços públicos gratuitos, o migrante irregular encontrar fortes barreiras para se inserir na vida urbana.

46 Para os dados das Nações Unidas, ver site www.unchina.org.

47 Jornal oficial *China Daily*. Disponível em: www.english.peopledaily.com.cn. Acesso em: agosto de 2007.

Figura 3.2 – Desemprego na China (fonte oficial e paralela)



Fonte: *economist.com* *Azul escuro é oficial e azul claro fonte paralela.

3.3. O preconceito contra o migrante

As condições de trabalho e de vida dos migrantes nas cidades, neste sentido, contribuem para que estes sofram preconceitos dos moradores regulares. São preconceitos de natureza sócio-econômica, pois quase todos chineses pertencem à mesma raça. Os trabalhos de baixa qualificação e desprestigiados alimentam um sentimento negativo contra o migrante; da mesma forma, sua condição de vida os exclui, afinal estes precisam morar nas periferias das cidades ou nos seus locais de trabalho, pois não têm recursos para custear algo melhor. Como afirma MARTINS (1998: 28), “*da migração resulta uma nova desigualdade social: a desigualdade que há entre os plenamente incluídos em relação àqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, submetidos a permanentes insuficiências, carências e privações, não só materiais*”. Este quadro traçado pelo autor diz respeito ao migrante típico, em qualquer sociedade. No caso chinês, precisamos acrescentar o efeito do *hukou*. Mais do que impedimentos por conta de preconceitos ou qualificações, o *hukou* é uma barreira física à integração dos que vem do campo. O Estado chinês, ao excluir os migrantes dos benefícios e direitos que concede aos trabalhadores urbanos regulares, institucionaliza uma discriminação contra os primeiros, acentuando a já característica exclusão por parte dos moradores urbanos. Sobre este tema, diversos autores são assertivos. SOLINGER (1999b: 5) apresenta desta forma: “*alguns observadores comparam a discriminação quase de casta contra os migrantes rurais da China urbana contemporânea com a dos negros da África do Sul antes da década de 1990 ou dos negros e asiáticos nos EUA durante a primeira metade do século XX*”. Os migrantes são

desconsiderados duplamente, tanto pela sociedade como pelo Estado. Os migrantes que ficam nas cidades têm grandes dificuldades de criar redes sociais com moradores urbanos e dificilmente vão encontrar alguém do local para um relacionamento a dois, fora pessoas nas mesmas condições. O Estado deixa-os sujeitos à própria sorte: *“o sistema hukou é ainda um fator majoritário que leva à formação de uma sociedade urbana de duas classes, com apenas alguns sendo privilegiados com benefícios urbanos, apesar destes terem sido bastante reduzidos desde os anos 1980”* (ZHU, 2007: 66). Este descaso do governo pelos migrantes deve criar um sentimento de superioridade nos habitantes urbanos regulares, de forma que estes possam se sentir impunes em tratar os migrantes de maneira injusta, da mesma forma como acontece com os migrantes georgianos na Rússia ou com os indianos e paquistaneses nos países árabes ricos em petróleo, como os Emirados Árabes Unidos. A força coercitiva do Estado pode refletir o sentimento que permeia a sociedade: *“observações de campo revelam que a polícia freqüentemente maltrata fisicamente os migrantes sem hukou regular e confisca os seus pertences”* (WANG, 2005b: 130). Para sintetizar isto, é interessante citar Thomas Sharping, que afirma que a visão predominante sobre o migrante por parte dos moradores regulares, até então, é a do *“migrante sujo, mau-caráter e criminoso, que rouba empregos e cava uma cova para a civilização urbana, pois escapa ao registro estatal e ao controle de natalidade”* (SCHARPING, 2004: 4). O migrante, objeto de um tratamento discriminatório, se submete aos preconceitos e humilhações em troca de rendimentos maiores que os alcançados no campo. A estadia na cidade, independente dos rendimentos extraordinários que o migrante consiga, deve significar um esforço excepcional para eles.

Enquanto alguns podem pensar que os migrantes se interessariam em instalar-se na cidade caso recebessem um *hukou* de permanência, uma pesquisa de Zhu (2007) descobre que estes migrantes em grande parte dos casos prefeririam voltar a suas cidades natais, caso tivessem oportunidades semelhantes. Segundo a pesquisa, realizada na província de Fujian com migrantes ilegais, apenas 20,6% dos entrevistados gostariam de se estabelecer nos locais de destinação caso tivessem livre escolha. A maior parte, 68,3%, assinalou a opção, não excludente, de que voltariam para a cidade de origem caso tivessem um emprego compatível por lá. Mais interessante ainda, apenas 35,1% dos entrevistados gostariam de transferir o *hukou*, caso pudessem, para a cidade. Por fim, se fosse preciso abrir mão da terra no campo para transferir o *hukou*, um número ainda menor, 29,1% dos entrevistados, gostaria de transferir o registro. Não sem riscos, podemos inferir destes resultados que os migrantes têm mais interesse em transferir o *hukou* do que em fixar residência na cidade, o que está de acordo com as políticas que lhes deram liberdade de movimento, porém sem os benefícios aos quais os moradores urbanos têm

direito. Além disso, podemos inferir que a razão da migração é sobretudo econômica, pois, caso tivessem empregos compatíveis no campo, a maior parte das migrações não aconteceria. Nas palavras de ZHU (2007: 70), “*a maior parte da população flutuante migra por motivos econômicos*”. Sem dúvida, em termos culturais, os chineses médios não são favoráveis à modernização de seu cotidiano. Como afirma Mike Davis, os moradores que se mudam para prédios, na crescente urbanidade chinesa, lamentam a perda dos vínculos comunitários que mantinham até então. Habitados a viverem em *hutongs*, que são habitações compartilhadas por diversas famílias e com espaços de convívio comuns, os chineses descrevem, em pesquisas, “*o declínio dramático das visitas sociais, do relacionamento com vizinhos e da frequência das brincadeiras de crianças, assim como o isolamento e a solidão cada vez maiores dos idosos*” (DAVIS, 2006: 72).

Assim, os migrantes, fora as motivações de ordem econômica, visualizam poucas razões para migrarem e para permanecerem nas cidades. Eles sofrem preconceito por parte dos habitantes regulares das cidades e são colocados numa camada à parte da sociedade pelas políticas do governo, que não reserva praticamente nenhum direito a eles. O resultado é uma estratificação social, que leva a novos limites a já precária condição que, em geral, apresenta um migrante. Estratificação que está diretamente ligada com o *hukou*. CHAN e ZHANG (1999: 843) comentam esta diferenciação: “*a estratificação social tornou-se mais complicada com a introdução de novas categorias de hukou urbano. A diferenciação, atualmente, parece ser entre, de baixo para cima, os camponeses migrantes não registrados, os residentes temporários, os residentes com blue stamp e os residentes regularmente registrados*”. A política do *hukou* é, então, um agravante da situação que os migrantes geralmente enfrentam. Conforme afirma MARTINS (1998: 23), a respeito do panorama internacional, “*o migrante, em sua batalha pela reinclusão, perde o poder de exigir o cumprimento das leis em relação a ele*”. No caso chinês o trabalhador migrante já ocupa as mais indesejáveis posições de trabalho nas mais indesejáveis condições, com o agravante de que o governo não criou leis em favor destes. [– José de Souza Martins, por outro lado, se refere aos países ocidentais, que acumulam leis de proteção aos trabalhadores, conquistadas em mais de um século de lutas sociais. - poderia tirar isso]

3.4. Razões que sustentam a situação

Em vista deste quadro, é inevitável se questionar sobre a razão dele se sustentar. A resposta vem se delineando desde o capítulo 1. O fenômeno do crescimento econômico chinês

foi construído sobre bases desiguais. Como discutido anteriormente, a política estatal após a abertura foi, primeiramente, a implementação de contratos de responsabilidade no campo, permitindo aos camponeses comercializarem o excedente de suas produções, e, num segundo momento, o incentivo à entrada de capital estrangeiro nas ZEEs. Essas duas políticas, bem sucedidas em termos de aumento de produtividade, estavam de acordo com a frase de Deng Xiaoping: *“deve-se deixar algumas pessoas ficarem ricas primeiro”*. Esta permissão se tornou uma tendência e, como evidencia a Figura 1.7, que mostra o índice de Gini no país, não obstante o crescimento da renda média do país, uma estreita parcela da população se diferenciou com ganhos extraordinários. Essa diferenciação de renda veio ao encontro dos interesses das empresas exportadoras por trabalhadores de baixo salário. O mote da abertura econômica chinesa foi o poder de atratividade dos seus trabalhadores motivados a baixos salários. É justamente este poder de atratividade por baixos salários que os migrantes irregulares conseguem sustentar. Conforme diversos autores citados até agora, como Beatriz Carillo e Dorothy Solinger, as migrações internas chinesas da maneira como vem acontecendo mantém os salários dos trabalhadores pouco qualificados a níveis bastante baixos. Quanto menores os direitos desses migrantes, mais dispostos eles estarão a trabalhar em empregos de baixa qualidade e remuneração. Abrir mão desta atratividade é certamente custoso tanto para o governo como para o empresariado chinês. Conforme afirma SHEN (2002: 375), *“o governo tolera e as empresas precisam de trabalho barato de migrantes, pois estes têm um papel instrumental em garantir retornos aos investimentos de capital feitos na economia de mercado”*. Estas vantagens são especialmente importantes numa economia em que o motor do crescimento são as exportações, ou seja, o mercado externo. De um lado, é apenas a capacidade de fornecer produtos com boa combinação qualidade-custo que irá confirmar o modelo adotado. Esta capacidade, como dito até agora, foi alcançada pela China, que tem seus produtos, compreendendo um leque amplo, vendidos em quantidades impressionantes em todos cantos do planeta. James Kynge parte do baixo custo da mão-de-obra para explicar este sucesso: *“isto [os baixos salários] propicia um imenso manancial de mão-de-obra disposta a trabalhar por salários pré-industriais em fábricas capazes de produzir artigos numa velocidade mil vezes maior que a possível durante a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, cerca de 230 anos atrás. A produtividade resultante dessa compressão no tempo de desenvolvimento é espetacular”* (KYNGE, 2007: 51). Enquanto estes baixos salários são atrativos para investimentos no país e para garantir a competitividade das empresas em seu território, eles não penalizam demasiadamente o mercado local. Apesar do migrante não participar plenamente da economia do local onde trabalha, o mercado alvo chinês, por muitos anos, tem sido o exterior, o que faz com que o baixo poder de compra do migrante

penalize relativamente pouco a economia local. É importante sublinhar que duas razões permitem este desligamento do migrante do mercado de consumo local: a estratégia exportadora, adotada incontestemente até fins da década de 1990, e o fato do migrante chinês ser muito flutuante, geralmente usando a sua renda na sua cidade de origem. José de Souza Martins define bem a relação do migrante com o mercado onde trabalha: « *é possível manter o sistema funcionando, pois não temos que pagar para o nosso trabalhador aquilo que seria necessário para que ele mesmo fosse o principal comprador do que é produzido pela economia de que ele faz parte. Como ele não compra o que ele mesmo produziu, pode ganhar a miséria que ganha* » (MARTINS, 1998: 22).

Entra também no rol de razões que sustentam a precária situação dos migrantes a redução de custos que estes representam para as autoridades chinesas. Retomando o tema abordado no último capítulo, o fato dos migrantes irregulares não serem elegíveis para os benefícios acordados aos trabalhadores registrados e aos moradores oficiais tira dos ombros do Estado parte do peso que este deveria suportar. Estes migrantes, apesar de gerarem certos rendimentos em impostos ao governo, não recebem, na maioria dos casos, nenhum benefício do Estado. Os serviços de saúde pública, previdência e auxílios para moradia, alimentação e educação são privilégios dos trabalhadores regulares. Apesar de não haverem estatísticas sobre o quanto estes migrantes colocados à parte dos sistemas de assistência pública custariam aos cofres do governo, caso inclusos, é fácil reconhecer que os valores seriam altos, dado o grande volume de pessoas nesta categoria. No atual momento do país, entretanto, é difícil conceber que estes trabalhadores migrantes venham a ser inclusos nos sistemas de assistência. A China, à medida que adota reformas de mercado, tende a reduzir os custos do Estado com a população. Um marco desta tendência é descrito por Mike Davis. Segundo o autor, “*em setembro de 1997, o então presidente Jiang Zemin disse, numa conferência do partido comunista, que 'os trabalhadores precisam mudar suas idéias sobre emprego'. Numa sociedade de mercado dinâmica, argumentou, a segurança social do berço ao túmulo não era mais factível*” (DAVIS, 2006: 172). Combinado a esta contenção relativa de gastos sociais advém a contenção em termos de infra-estrutura urbana, já descrita no capítulo 2. O *hukou*, ao restringir a transferência massiva de camponeses para a cidade, apesar de não mais de forma direta, exime as administrações de custos extraordinários em infra-estrutura urbana. Conforme citações anteriores, estes custos são crescentes para o tamanho das grandes cidades, e bastante superiores ao custo de manutenção da população no campo.

Necessário para uma cidade que não quer pagar por ele; evitado por uma população que sustenta seus rendimentos pelos baixos salários pagos a ele; colocado num limbo jurídico por um

Estado que atrai investimentos estrangeiros com a promessa de fatores de produção bons e baratos; fundamental no sucesso do modelo exportador chinês, mas inseguro em relação a conseguir garantir seu sustento e a estabilidade de sua família: estas condições resumem o atual papel e o panorama cotidiano dos migrantes irregulares na China urbano-industrial.. Aliados de direitos, mas sujeitos numa modernização a uma velocidade nunca antes vista, parece não restar a eles alternativa senão concentrar suas energias em trabalhos temporários. O quadro chinês e a inserção dos migrantes são particularíssimos, e refletem a estratégia de desenvolvimento chinês, principalmente das últimas três décadas, onde o crescimento econômico manteve-se acima de 9% ao ano. Parte das contradições aí criadas são entendidas como ponto integrante do desenvolvimento dos países de industrialização mais recente. Segundo LÖWY (2006: 75), *“a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial. O desenvolvimento da humanidade se torna universal e permanente, de forma que os países atrasados são colocados a reboque dos países avançados. As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado”*.

Esta combinação original das diversidades, termo usado por Löwy, traduz de uma maneira interessante a inserção dos migrantes irregulares dentro do desenvolvimento econômico e social chinês. O crescimento econômico forte do país não se distribuiu de forma homogênea, conforme os índices de Gini crescentes e a desigualdade regional recriada apontam. O salto em termos de etapas de desenvolvimento do sistema produtivo contribui negativamente para a formação de uma classe média urbana, criando um grande proletariado urbano e certo número de capitalistas, à medida em que o Estado permite. Dentro desta sociedade, podemos afirmar que os trabalhadores migrantes foram alguns dos menos beneficiados pelas reformas de mercado, não acompanhando o salto de renda que certos segmentos da sociedade obtiveram, incluindo os proletários urbanos que se beneficiam de um *hukou* regular. Além disso, tiveram de estar à altura das demandas do boom exportador – desempenhando longas jornadas de trabalho e sendo flexível em termos de local de trabalho e mobilidade de emprego. Os migrantes, dentro desta situação, são aqueles que, mesmo colocados de lado na agenda de desenvolvimento do país das últimas três décadas, conseguiram se adaptar e, por certo incentivo de políticas governamentais, terminaram por desempenhar um papel muito necessário para que a China sustentasse seu crescimento depois da reforma. Em outras palavras, podemos entender que a contribuição dada

por esta parcela da sociedade foi desproporcional aos ganhos obtidos. Mike Davis resume esta situação na seguinte frase: “*os migrantes se tornaram os bodes expiatórios das contradições da nova economia de mercado urbana*” (DAVIS, 2006: 171).

3.5. A reação dos migrantes e os limites à sua exclusão

Grande parcela destes migrantes não aceita passivamente esta posição fortemente desprivilegiada e desprestigiada dentro do mundo urbano. Não apenas eles, mas parcelas da população afetadas por problemas descritos até então – como desemprego urbano, altas taxas por serviços públicos como educação e saúde para aqueles que não possuam um *hukou* que dê direito a tal e a crescente desigualdade em termos de renda no país –, esboçam movimentos de resistência. Protestos têm crescido em número na China desde meados dos anos 1990, chegando à casa das dezenas de milhares por ano. Devemos considerar que a urgência destes protestos deva ser grande, pois o governo chinês, baseado em partido único e com alto controle político, dispõe de instrumentos de repressão fortes o suficiente para inibir um grande espectro de manifestações críticas – estes instrumentos incluem informações sobre os cidadãos e filtro de informações de mídia. Segundo informações do chefe do Ministério de Segurança Pública chinês, Zhou Yongkang, houve cerca de 74.000 protestos na China em 2004, envolvendo mais de 3,7 milhões de pessoas. Este número está crescendo consideravelmente, pois foram contabilizados cerca de 10.000 destes em 1994, 58.000 em 2003 e, em 2005, impressionantes 87.000. No ano de 2004, por exemplo, nas áreas urbanas houve cerca de 250 protestos por dia⁴⁸. Estes números, conquanto impressionantes, tendem a ser conservadores, pois se considera que oficiais de polícia tendem a camuflar os tumultos em seus locais para evitar problemas com os superiores. Nestas estimativas da polícia, entende-se como um protesto as manifestações que envolvam mais de 100 pessoas. Estas manifestações geralmente têm origem em pequenos incidentes, como um paciente que não agüentou uma longa espera no hospital ou uma desapropriação pelo Estado. Entende-se, de toda forma, estes incidentes como sendo o gatilho para externar angústias mais significativas dos cidadãos. Geralmente, a escala e a violência destes protestos são desproporcionalmente maiores do que o estopim que os gerou⁴⁹. Dorothy

48 *Economist*. The cauldron boils. Artigo de 29 de setembro de 2005. Disponível em: www.economist.com. Acesso em: novembro de 2007.

49 *Economist*. Rural unrest in China. Artigo de 15 de março de 2007. Disponível em: www.economist.com. Acesso em: julho de 2007.

Solinger acredita que, além dos problemas de desigualdade e marginalização de certas classes, os protestos aconteçam como resposta à corrupção no governo, apropriação de terras, danos ambientais e problemas recorrentes no sistema de saúde (SOLINGER, 2006).

Além de representarem um crescente descontentamento de fatias da população chinesa, estes protestos simbolizam uma maior abertura por parte do governo para a expressão social. Enquanto nos dias atuais está ficando cada vez mais comum encontrar protestos de todos os tipos, há alguns anos qualquer um deles seria um incidente muito atípico. O Estado, entretanto, continua preocupado com estes acontecimentos e, agora, em vista do seu crescimento, procura soluções. Um exemplo é uma comissão formada, em agosto de 2004, pelo presidente Hu Jintao, para supervisionar o controle dos protestos e petições. Neste mesmo ano o presidente chinês fez longos discursos sobre o tema tanto numa reunião com líderes do Partido Comunista como no encontro anual de planejamento econômico (LI, 2006). Estes protestos parecem não criar preocupações a respeito da estabilidade do regime, porém colocam na pauta do dia medidas para amenizar os descontentamentos.

Neste cenário tanto os migrantes como as populações marginalizadas na China parecem encontrar uma maneira de canalizar seu descontentamento e o tornar visível na sociedade. O migrante está, desta maneira, tornando visíveis sentimentos que são frutos de características latentes à sua condição de morador flutuante e de cidadão de inserção ímpar e parcial. Esta expressão das angústias do migrante tem tanto força política por si só como poderia ser eventualmente aproveitada em outros movimentos contestadores da maneira como a China é conduzida. O migrante, assim, tem em si uma força reformadora, nascida da sua condição e expressiva conforme o contexto. HEIDEMANN (1998: 18) entende da seguinte maneira: “*o migrante, forçosamente desenraizado e sempre em busca do novo e do outro, é portador potencial importante das transformações sociais, econômicas e culturais*”. Apesar da natureza do migrante ser reformadora, o migrante chinês está num contexto diverso do verificado no ocidente. As instituições políticas do país criam regras que emolduram o processo da migração – inclusive quando se permite que certas regras sejam burladas. A migração segue estas linhas gerais, mas não sem criar elementos que forcem mudanças nestas últimas. Como exemplo, os baixos salários sustentam parte da indústria exportadora, porém limitam a demanda do mercado interno; os migrantes irregulares não engordam a conta do auxílio moradia, porém aumentam bolsões de pobreza na periferia das cidades. Esta situação típica na China é sustentada por SCHARPING (2004: 2): “*instituições burocráticas e controle da informação publicada, propriedade estatal das indústrias e outras políticas sociais: tudo isso revela a influência da ideologia socialista, adotada até há pouco tempo. A migração está acontecendo dentro das*

regras criadas por esta estrutura, respeitando e minando ela ao mesmo tempo”.

Segundo relatos, a força reformadora dos migrantes irregulares não cria preocupações acerca da estabilidade do regime chinês, tal como ele é. Entretanto, certamente a sua efervescência deixa os líderes políticos cautelosos e os faz buscar soluções. O *hukou* e a conseqüente estratificação do migrante irregular numa sub-classe urbana foram, sobretudo, decisões que couberam dentro do contexto da época, e não frutos de pura idiosincrasia. Assim, podemos entender que a pressão social apressa a busca de soluções para a questão do migrante por parte do governo e do Partido Comunista – . – que devem atender a essa demanda de maneira pragmática. Esta pressão que os migrantes criam sobre as instituições chinesas é o primeiro 'limite para o *hukou*', enumerado nesta parte final do capítulo. Serão enumerados mais dois pontos que limitam a vigência do *hukou* e chamam reformas. Os dois outros pontos são descritos a seguir.

O segundo ponto é o desenvolvimento econômico do país. A busca por desenvolver o mercado interno, se distanciando de uma estratégia puramente exportadora, e por um crescimento homogêneo das regiões do país esbarra nos migrantes, nos fluxos migratórios e na segregação e limites que o *hukou* impõe a estes últimos. Os migrantes nas cidades, que são principalmente trabalhadores informais e temporários, não formam uma massa consumidora e contribuinte em termos tributários, o que dificulta intenções de dar uma nova cara ao desenvolvimento econômico chinês. Razões para isso são descritas por SINGER (1975: 48): “*os efeitos depressivos sobre a demanda urbana criada pelos migrantes podem ser divididos em dois pontos: 1 – Muitas partes dos seus rendimentos são enviadas às cidades de origem, diminuindo a demanda na cidade quando estes recursos ficam retidos no interior; 2 – O migrante muitas vezes entra em empregos informais, sendo competitivo apenas em razão dos baixos salários. Esta desformalização diminui a atividade nos moldes capitalistas e é ruim para a demanda agregada*”. Adicionalmente, as barreiras do *hukou* agem no sentido de consolidar as diferenças regionais dentro da China. A razão disto é que o sistema coíbe a livre circulação da mão-de-obra, um insumo de produção. Sendo que o capital, visto como outro insumo, é mal distribuído em razão das políticas adotadas e da concentração de atividades no litoral, sobra pouco espaço para que haja um remodelamento da distribuição da renda dentro do país. Como afirma LIU (2005: 140), este ponto também chama a necessidade de reformas: “*a crescente disparidade entre o campo e a cidade em termos de renda e oportunidade cria uma urgência para a reforma do sistema hukou*”. Por fim, dentro deste mesmo ponto, cabe dizer que o *hukou*, na medida em que estratifica o mercado de trabalho e as classes de cidadãos, contribui para criar ou agravar um problema de desemprego no país. Por causa do sistema, o mercado de trabalho não é unificado, o

que segura uma massa de trabalhadores supérfluos no campo e, na cidade, divide os empregos conforme o registro de residência do trabalhador. Segundo LIU (2005: 151), esta situação na China atual não é sustentável: “*dado o sucesso das reformas industriais e o crescente excedente de força de trabalho nas áreas rurais, reformas progressivas na legislação são necessárias para criar um mercado unificado de trabalho no país*”. Pode-se entender que a política de um filho por casal ou o crescimento econômico forte do país irão diluir os problemas de desemprego. Entretanto, apesar desta política, o grande crescimento populacional até os anos 1980 e a grande população em termos absolutos enfatizam o problema de desemprego atual na China⁵⁰. Thomas Scharping, em 2004, dá importância ao tema: “*apesar da ênfase em criação de vagas em setores intensivos em mão-de-obra, a transferência de trabalhadores do campo para outros setores continua a ser um dos problemas mais urgentes na China contemporânea. Este se torna mais severo na medida em que projeções apontam para um aumento no número de força de trabalho em cerca de 230 a 250 milhões de pessoas nas próximas três décadas. O fantasma de um desemprego em grande escala tem sido um companheiro fiel daqueles que planejam a política chinesa para os próximos anos*” (SHARPING, 2004: 3).

O terceiro e último ponto que incentiva mudanças no sistema do *hukou* é a pressão externa que a China sofre sobre o tratamento dado aos migrantes. A segmentação social criada pelo registro de residência chinês é um assunto conhecido em organizações de direitos humanos e entre sinólogos. Muito já se discutiu sobre o tema e, inevitavelmente, já houve muitos pedidos para que a situação dos migrantes irregulares seja melhorada (SOLINGER, 1999b). Um marco neste sentido foi, após a entrada da China na OMC em 2001, a pressão desta organização, e dos países que estão por trás dela, por uma melhora na situação dos trabalhadores. Nas palavras de CARRILLO (2000): “*as novas regras sobre direitos dos trabalhadores contidas na OMC exerceram também uma pressão sobre o trato dos trabalhadores*”. É necessário notar, entretanto, que esta pressão externa sobre as condições da classe trabalhadora na China não é aparentemente originada apenas no desejo de melhores condições de vida para os chineses. Partindo da idéia que a China está consolidada como uma potência exportadora capaz de produzir a custos muito mais baixos que concorrentes estrangeiros, países pertencentes à OMC usam esta arena e a

50 O desemprego na china vem crescendo desde meados da década de 1990. As estatísticas oficiais, que apenas em 1994 começaram a calcular as taxas, apontam para um quadro bastante diversos do encontrado por institutos de pesquisa. Enquanto dados do Escritório Nacional de Estatísticas apontam que o desemprego cresceu de cerca de 3% em 1997 para 4,3% em 2003, uma pesquisa conduzida por pesquisadores da Universidade do Michigan e da Academia Chinesa de Ciências Sociais chegou a um número maior. Segundo estes últimos, o crescimento do desemprego foi de 7,2% em 1996 para 12,9% em 2001. Apesar de dúvidas sobre estes números, é fato, segundo as estatísticas oficiais chinesas, que, enquanto o PIB e a produtividade do trabalho crescem a taxas acima de 7% ao ano por volta da virada do século, o emprego cresce a pouco mais de 1% ao ano.

defesa de salários e condições melhores para os trabalhadores como um mecanismo para estreitar a imensa diferença em termos de custos de produção entre a China e eles.

3.6. Considerações finais do capítulo

Os fatos expostos neste capítulo evidenciam que as condições dos trabalhadores migrantes sem registro regular na China são muito precárias. Esses migrantes, além de viverem com salários mais baixos do que os de outros trabalhadores para função semelhante, não têm direito a benefícios usualmente acordados aos moradores urbanos pelo Estado e não têm acesso à mesma gama de funções de um trabalhador urbano – ainda que o primeiro tenha o mesmo nível de educação. Em vista disto, adotamos o conceito de 'estratificação social' da China urbana, motivada por políticas do governo. Esta estratificação cria uma subclasse de cidadãos, onde se inserem os migrantes irregulares. Em razão do baixo custo do insumo trabalho no país ser instrumental para o crescimento exportador dele e para a competitividade das empresas que ali se criam ou se instalam, podemos enxergar no trato ao migrante uma expressão de uma sociedade capitalista. Sendo o Estado patrocinador destas condições, podemos entender que as políticas de cunho socialista que orientaram as ações do governo durante décadas foram reformadas. O governo, hoje, parece ter mais interesses na competitividade do país do que nas condições das classes trabalhadoras internas. Sobre a relação do governo dentro do meio urbano, podemos extrapolar para a China uma afirmação de Manuel Castells cunhada para a América Latina: *“nas sociedades dependentes, o aspecto principal dos processos urbanos é a política urbana... Isto quer dizer que a estrutura urbana é produzida diretamente pelas determinações econômico-sociais da estrutura de classes, enquanto que a determinação passa fundamentalmente pela mediação política e, em particular, pela mediação do Estado”* (CASTELLS et al., 1974).

Considerando que os desníveis econômicos entre as regiões chinesas – e entre o campo e a cidade – são um incentivo fundamental para a migração, podemos vincular a manutenção das políticas econômicas de crescimento por exportações ao vigor dos fluxos migratórios. É fato, entretanto, que o governo chinês pretende dar mais importância ao mercado interno, para não atrelar o desenvolvimento econômico do país às condições internacionais. Paradoxalmente, para incentivar a demanda interna, será necessário ao governo resolver a questão dos migrantes irregulares, para que estes participem efetivamente do mercado urbano. Podemos entender, assim, que a mudança da política de desenvolvimento terá conseqüência tanto em inserir os

migrantes, hoje irregulares, dentro da economia urbana quanto em diminuir as desigualdades regionais, reduzindo os incentivos para a migração. Isto, em suma, seria uma mudança forte na condução da política interna do país. Conforme elementos no texto apontaram até agora, não é estranho supor que as políticas adotadas no país desde a reforma criaram as hostilidades à classe trabalhadora enumeradas neste trabalho – entre outras, a insegurança pela falta de assistência social, a estratificação da sociedade e o preconceito urbano contra o migrante. SOLINGER (1999: 7) segue esta linha de raciocínio: “*é precisamente a agenda fundamentalmente reformada colocada em prática pelo Partido após 1978 que, com o passar de duas décadas, culminou em produzir uma massa de pessoas arrebatadas pela pobreza entre a população urbana*”. Por fim, mais dois elementos colaboram para o fim do *hukou*: os protestos públicos e a pressão internacional. O primeiro está cada vez mais presente no cotidiano da China, enquanto o segundo acontece principalmente em razão da entrada do país na OMC. Apesar de, individualmente, não serem decisivos para as mudanças das políticas, em conjunto, estes diversos fatores criam força suficiente para que se entenda que mudanças no *hukou* e nas políticas de desenvolvimento da China se aproximam e devem, inevitavelmente, acontecer.

4. Considerações finais

O desenvolvimento chinês é bastante complexo, e as reformas de abertura econômica e criação de um mercado interno trilharam um caminho bastante atípico. O governo de Deng Xiaoping criou as linhas do processo de descentralização e abertura econômica. Procurou-se, de maneira gradual e por uma estratégia de tentativa e erro, primeiramente aumentar a produtividade do campo, para que este pudesse sustentar o crescimento urbano-industrial que era procurado. Em um segundo momento, o governo buscou usar o dinamismo internacional para acelerar o início da industrialização no país. A mão-de-obra de baixo custo combinada com facilidades fornecidas pelo governo era vista como o fator principal de atração do capital internacional – a China, também, já gozava de uma inserção internacional interessante, por exemplo, sendo parceiro preferencial dos EUA desde 1972. Essa estratégia, apesar de ter impulsionado o crescimento do país desde o início, só alcançou um maior sucesso no início da década de 1990. Os investidores estrangeiros, que na sua maioria eram chineses morando no exterior, parecem ter se convencido das vantagens de investir no país apenas após as garantias dadas pela cúpula do governo chinês em 1992, que afirmou que a desregulamentação da economia seria bastante abrangente. Neste movimento de abrir a economia, os planos do governos, descritos no planos quinquenal de 1984, envolveram a especialização das províncias e regiões do país. Essa especialização, como se viu, aumentou as desigualdades no país em duas formas: entre regiões e entre o campo e a cidade. Além disso, a crescente privatização das atividades econômicas e a diminuição da assistência do Estado contribuíram para um aumento da diferença de renda entre os cidadãos. O índice de Gini do país aumentou sem interrupções desde a década de 90, chegando hoje a ser o maior entre as grandes economias do leste asiático.

O *hukou*, dentro deste contexto, é um mecanismo que, apesar de não ser exclusivo da República Popular da China, tem tido ali uma longevidade e uma abrangência que parecem ser únicos. A sua forma praticamente não se alterou dos anos 1960 até hoje – apesar de ele estar sendo abrandado com o passar do tempo e na medida em que a economia chinesa se torna mais mercantil. Suas consequências são profundamente sentidas no país, tanto no contexto social como no econômico. As consequências são negativas e positivas para o país e sua sociedade –

numa combinação complexa, de tal forma que sua abolição teria grandes repercussões sobre o sistema social atual. Podemos dividir estas consequências em níveis de análise. No campo da economia e do controle social, o *hukou* trouxe benefícios para o governo chinês. No controle social, a função do *hukou* é permitir ao governo monitorar pessoas conforme ele julgar importante – as pessoas devem apresentar o seu *hukou* em viagens entre províncias ou quando solicitado pela polícia, a qual, principalmente após a informatização do sistema, pode cruzar estes dados com outros registros. Entretanto, a função de controle social do *hukou* não é o seu principal papel. O sistema, apesar de ter sido criado para controlar eventuais 'inimigos do povo', tem sua maior expressão no campo da economia. Na economia, o *hukou* permite que o governo influa na alocação de mão-de-obra. Na época da economia centralizada, por ser a mão-de-obra um insumo de produção, a capacidade de alocar o trabalho dá ao Estado um grande controle sobre todas as variáveis de produção. Com o poder de alocar tanto capital como trabalho, o governo é capaz de decidir projetos de industrialização ou de desenvolvimento regional conforme achar importante. Após as Reformas de abertura, iniciadas em 1978, ser capaz de alocar mão-de-obra parece ter sido estratégico para a especialização regional que foi implementada pelo governo. Desta forma, o *hukou* foi útil ao permitir o bom andamento dos planos da abertura, tanto em razão dos diferentes projetos pedirem uma quantidade de mão-de-obra diversa como em razão da crescente desigualdade em termos de renda e oportunidade entre as regiões. Ainda no campo da economia, o *hukou* permite ao governo ter certo controle sobre a entrada e a saída de pessoas nas cidades, podendo, assim, influir sobre o ritmo da urbanização e da migração interna. Na medida em que aumentaram as desigualdades de renda entre as regiões e entre o campo e a cidade, este controle, de certa forma, compensou o aumento dos incentivos para a migração do campo para a cidade e dos lugares mais pobres para os com maiores oportunidades. Viu-se que, conforme evidências e relatos, é possível afirmar que o crescimento urbano chinês teria sido extremamente mais acelerado do que é se não houvesse este sistema de registro de residência. Considerando a urbanização frenética dos países de industrialização atrasada, que determinou intensa favelização, degradação e macrocefalia urbana, se constituiu num grande ganho para o Estado e para a economia chinesa ter estes problemas em pequena escala – apesar de haver áreas de favelização e com falta de infraestrutura em determinadas cidades do país, estas são muito pequenas em vista da dimensão do contexto chinês. O *hukou*, assim, ao reduzir a intensidade dos movimentos migratórios internos, preservou o meio urbano dos problemas que acontecem quando a população nestes centros excede as oportunidades de trabalho e a infra-estrutura disponíveis. Essa conclusão, junto com a do efeito do *hukou* sobre a alocação de mão-de-obra, estão entre as reflexões centrais desta monografia.

A utilização do *hukou*, entretanto, determinou também repercussões negativas para a economia e, principalmente, para a sociedade. Pode-se dividir estes efeitos em quatro pontos:

1. Primeiro, a falta de direitos dos migrantes em situação irregular criou uma categoria de semi-cidadãos. Numa ampla gama de benefícios dados aos habitantes urbanos regulares, desde um auxílio para a moradia até taxas escolares reduzidas, os migrantes sem registro não estão incluídos. Conquanto os benefícios que eram oferecidos aos moradores urbanos estejam diminuindo, apenas em poucas cidades na China esses migrantes recebem o mesmo tratamento do que os demais moradores – em geral, as grandes cidades são as que oferecem os menores benefícios aos moradores sem registro. A falta de direitos também implica em oportunidades de trabalho reduzidas. De um lado, esses migrantes, em geral, não são elegíveis para empregos públicos. De outro, pela falta de direitos eles geralmente precisam se sujeitar aos empregos menos atrativos. Conforme vimos, ter ou não um *hukou* regular implica em rendimentos diferentes para pessoas com a mesma qualificação. Não possuir um *hukou* regular é por si só razão para ter menores rendimentos. É por isto que certos autores afirmam que o *hukou* alterou a estrutura social chinesa, criando uma categoria de pessoas a parte, que só se diferenciam pelos atributos do seu registro de residência. Assim, o termo semi-cidadãos, cunhado por SOLINGER (1999), expressa a institucionalização da diferença de direitos entre os moradores com e sem registro regular. Em função desta privação de direitos e das dificuldades próprias de inserção do migrante na economia urbana, a população sem registro na China enfrenta situações de grande precariedade e falta de recursos. Conforme visto no capítulo 3, essa população é a classe menos favorecida de trabalhadores e suas condições de vida contrastam com a exuberância de parte da população chinesa atual.

2. Segundo, o *hukou* consolida e acirra as desigualdades de renda do país. Essas desigualdades, conforme exposto, são verificadas em três níveis: regional, entre o campo e a cidade e no todo social. Todas as três, em especial as desigualdades no todo social, têm crescido de forma acelerada desde a década de 1980. Por exemplo, o índice de Gini chinês tem aumentado em média 6% ao ano. O *hukou*, por limitar a movimentação da mão-de-obra, inibe um reequilíbrio dos fatores de produção. Esse reequilíbrio, entre outros, tenderia a aproximar a produtividade média dos fatores de produção nas diversas regiões – diminuindo, por consequência, as desigualdades de renda. Além disto, a remuneração constantemente inferior dos trabalhadores sem registro regular em relação às dos demais acirra as desigualdades de renda dentro do meio urbano. Em função da população migrante ser numerosa, este efeito do *hukou* sobre a desigualdade intra-urbana não deve ser desprezível. O governo certamente se interessa em reduzir essas desigualdades, em razão delas suscitarem um descontentamento entre a

população e diminuam o apoio às políticas do Estado. Assim, como o hukou evita que essas desigualdades sejam amenizadas, pode-se entender que isto incentiva o governo a procurar mudanças no seu sistema de registro de residência.

3. Terceiro, o *hukou*, por desincentivar os migrantes a se assentarem, deixa de fortalecer o mercado interno chinês. Esses migrantes, como vimos, são em grande parte flutuantes, gastando parte dos rendimentos da cidade em seus locais de origem. Apesar de poder-se afirmar que a migração flutuante contribui para reduzir as desigualdades inter-regionais no país, ela, por criar uma evasão de renda das cidades, contribui de igual maneira para enfraquecer o mercado de consumo urbano. Se não houvesse a diferenciação de direitos criada pelo *hukou*, certamente um número maior de migrantes se estabeleceria permanentemente nas cidades. Conforme viu-se, a falta de um *hukou* regular aumenta para o migrante os custos e os riscos de ficar na cidade. Num momento em que a China busca, com sucesso, trazer o núcleo dinâmico da economia do exterior para o mercado interno, o assentamento dos migrantes pode tornar-se um forte colaborador da economia urbana.

4. Por fim, em quarto lugar, o *hukou* diminui a mobilidade da mão-de-obra. A intenção agora é analisar essa diminuição da mobilidade do trabalho na ótica do mercado. Da mesma maneira que os preços livres contribuem para o desenvolvimento capitalista, o desimpedimento na mobilidade da mão-de-obra pode aumentar a eficiência da produção capitalista e de mercado. Como na China, cada vez mais, o mercado de produção e consumo é desregulamentado, a livre mobilidade de fatores tende a ser um componente mais importante para os capitalistas. Este é um outro ponto que deve exercer pressão para mudanças no *hukou*, desta vez do empresariado contra o Estado. Para ilustrar isto, é interessante citar ZHANG e CHAN (1999:841): “o sistema original, criado por um sistema de comando com um setor estatal forte e população estática, é crescentemente incompatível com uma economia de mercado que floresce com base na mobilidade da população”. Este trabalho não pretende dar um diagnóstico conclusivo ou julgar como bom ou ruim o sistema de registro de residência. A intenção ao longo dos capítulos foi mostrar quão profunda é a influência do *hukou* dentro da sociedade e da economia chinesas. O sistema do *hukou* tem uma profusão de conseqüências, às vezes benéficas e às vezes maléficas, tanto para os trabalhadores como para as políticas do governo e para o empresariado. O *hukou* é, sucintamente, um sistema que apresenta uma relação dialética entre as classes sociais e interesses diversos. Os benefícios ou malefícios que o *hukou* trouxe para cada grupo sócio-econômico variaram com o tempo e com a implantação das Reformas. O empresariado na China é um grupo que se formou a partir do final dos anos 70. Nas décadas de 80 e 90, pode-se afirmar que o *hukou* foi mormente favorável para este grupo. Com poucos direitos, os migrantes se sujeitam mais do

que os demais a salários e a condições de trabalho precárias. Além disso, a implantação das primeiras companhias privadas e a entrada de capital estrangeiro receberam incentivos e benefícios do governo, que se distribuíram desigualmente no território. O *hukou* permitiu um fluxo de mão-de-obra constante o suficiente para que os salários permanecessem baixos. Entretanto, o fluxo não foi excessivo, situação que contribuiria com a degradação urbana, a favelização e o descontrole social, elementos desfavoráveis para a iniciativa privada. Entretanto, pelo final da década de 90 e início do novo século, a permanência do *hukou* pode ter se tornado menos vantajosa. Enquanto anteriormente os investimentos no país visavam sobretudo o mercado externo, o mercado interno é atualmente um grande interesse do empresariado na China. Dentro do mercado interno chinês, os talvez 200 milhões de migrantes sem registro representam uma fatia considerável. Seria vantajoso para boa parte dos empreendimentos que visam o mercado interno que os migrantes se instalassem nas cidades e participassem mais ativamente da economia urbana. Além disso, como afirmado anteriormente, a maior mobilidade do trabalho levaria a um aumento na eficiência da produção capitalista e de mercado. Por estas razões, pode-se afirmar que o *hukou* hoje não é sobretudo interessante para o empresariado e para as classes privilegiadas na China.

Para os trabalhadores migrantes, o *hukou* é definitivamente maléfico, em todos os períodos de sua existência. Muito da condição precária de vida destes trabalhadores se deve à falta de direitos que o sistema de registro lhes impute. Como afirmado no capítulo 3, os migrantes sem registro parecem ser os bodes expiatórios das contradições nas Reformas chinesas. Já para o resto dos trabalhadores urbanos, apesar de não interferir diretamente em suas vidas, o *hukou* pode ter consequências sobretudo positivas. A preservação do meio urbano com o controle dos fluxos migratórios, que evitou, entre outros, a favelização e o descontrole na ocupação do solo urbano, pode ser interpretada como um benefício para a maioria – apesar de não ter havido a participação da maioria na decisão de implantação do *hukou*. Além disso, os trabalhadores urbanos regulares tem exclusividade na maior parte dos empregos públicos e gozam de benefícios acordados pelo governo. Essa classe, assim, apesar de não ter um peso político decisivo – a China, afinal, não tem eleições diretas – tem razões para ser favorável ao *hukou*. Para o governo chinês, o *hukou* foi fundamental para as maiores reformas de abertura econômica. O excedente de mão-de-obra no campo foi comedido migrando para a cidade, a infra-estrutura urbana evitou uma grande sobrecarga, o gasto com benefícios sociais não precisou ser aumentado à altura do aumento da população urbana e os investimentos regionais foram viabilizados. Além disso, foi possível ao governo controlar eventuais dissidentes. Atualmente, o *hukou* ainda interessa ao governo, por estas mesmas razões. Entretanto, as

reivindicações sociais dos migrantes, que são externadas em protestos públicos crescentes, e as vantagens para a iniciativa privada da desregulamentação do *hukou* devem pesar fortemente para que ele seja abolido. Pode-se pensar na permanência do *hukou* como uma solução experimental do governo, da mesma maneira que ele lidou com as Reformas. Como o *hukou* não é definitivamente positivo nem negativo, as mudanças no sistema estão sendo feitas aos poucos. Como se viu, estão sendo feitas experiências em certas cidades e províncias para se pesar as consequências de um fim das barreiras do sistema de registro. Apesar do fim do *hukou* ainda ser uma incógnita, pode-se antever que o fim dele não tardará a chegar. A situação atual do país incentiva mudanças neste sistema de controle social, ao mesmo tempo em que o aumento da renda interna cria condições para que o país arque com os custos que o fim do *hukou* implicará. Pode-se, assim, afirmar que o *hukou* foi benéfico para as mudanças na China nas últimas três décadas, mas, hoje, os fatos apontam para a sua abolição.

Referências bibliográficas

ALONSO, C. *Reformas econômicas na China. Economia política internacional: análise estratégica*. São Paulo: Unicamp, 2005.

ANDERSON, J. *Is China export-led?* Publicação Asian Focus. UBS investment research, 2007. Disponível em: http://www.allroadsleadtochina.com/reports/prc_270907.pdf. Acesso em: janeiro de 2008.

BAO, S. CHANG, G. SACHS, J. WOO, W. *Geographic factors and China's regional development under market reforms, 1978-1998*. China Economic Review, vol. 12. North Holland, 2002.

BURDEKIN, R. WANG, F. *A novel end to the big inflation in China in 1950*. Economics of Planning, vol. 32, p. 211-229. Holanda: Kluwer Academic Publishers, 1999.

CARRILLO, B. *Ilegales en su propio país*. Artigo não publicado. 2000.

CASTELLS, M. COBOS, P. *Estructura de Clases y política urbana en América Latina*. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1976.

CHAN, Kam W. ZHANG, Li. *The hukou system and rural urban migration in China: processes and changes*. Cambridge: The China Quarterly, 1999.

CHAN, Kam W. LIU, Ta. *National statistics on internal migration in China: comparability problems*. China Informations, vol. 15, n. 2. 2001.

CHAN, Kam W. LIU, Ta. YANG, Y. *Hukou and non-hukou migration in China: comparisons and contrasts*. International Journal of Population Geography, vol. 5. Inglaterra: John Wiley and Sons, 1999.

CHINA BUSINESS REVIEW. Diversos números. Disponível em: www.chinabusinessreview.com.

CHINA DAILY. Diversos números. Disponível em: www.chinadaily.com.cn.

CHINA STATISTICAL YEARBOOK. Publicação do Escritório Nacional de Estatísticas da República Popular da China. China: Statistical Publication House, 1998.

CHINA WATCH INSTITUTE. *Rapid Growth of China's Cities Challenges Urban Planners, Migrant Families*. Disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/4148>. Worldwatch Institute, 2006. Acesso em: dezembro de 2007.

CHUN-CHUNG, A. HENDERSON, V. *How migration restrictions limit agglomeration and productivity in China*. Journal of Development Economics, vol. 80. Elsevier, 2006.

CIC. *Chine: Réformes du Système D'enregistrement des Ménages (hukou)*. Canadá, 2005. Disponível em: <www.irb-cisr.gc.ca>.

DU, Yang. PARK, A. WANG, S. *Migration and rural poverty in China*. Journal of Comparative Economics, vol. 33, p. 688-709. Elsevier, 2005.

ECONOMIST. Diversos números. Disponível em: www.economist.com.

FLEISHER, B.; YANG, D. *Labor laws and regulations in China*. China Economic Review, vol. 14, p. 426-433. North-Holland, 2003.

GU, S. ZHENG, L. YI, S. *Problems of rural migrant workers and policies in the new period of urbanization*. China Population, Resources and Environment, vol. 17, n. 1. Science Direct, 2007.

HEIDEMANN, D. *O Migrante da racionalização global*. In: SPM e outros. (Org.). O fenômeno migratório no liminar do 3º Milênio. Petrópolis: Vozes, 1998.

HEILIG, G. *Can China feed itself: a system fo evaluation of policy options*. Land Use Project. Áustria: International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA) , 1999. Disponível em: http://www.iiasa.ac.at/Research/LUC/ChinaFood/index_m.htm

HUANG, J.; ROZELLE, S. *Tecnological change: rediscovering the engine of productivity growth in China's rural economy*. Journal of Development Economics, vol. 49, p. 337-369. Elsevier, 1996.

JABOUR, E. *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

KNIGHT, J. YUEH, L. *Job mobility of residents and migrants in urban China*. Journal of Comparative Economics, vol. 32. Elsevier, 2004.

KYNGE, J. *A China sacode o mundo: a ascensão de uma nação com fome*. São Paulo: Globo, 2007.

LALL, S. SELOD, H. SHALIZI, Z. *Rural-urban migration in developing countries: a survey of theoretical predictions and empirical findings*. World Bank Policy Research Working Paper 3915. Washington DC: Banco Mundial, 2006.

LI, B. *Floating population or urban citizens? Status, social provision and circumstances of rural-urban migrants in China*. Social Policy and Administration, vol. 40, n. 2, p. 174-195. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

LIANG, Z. CHEN, Y. GU, Y. *Rural industrialization and internal migration in China*. Urban Studies, vol. 39, n. 12. Nova Iorque: Carfax Publishing, 2002.

LIANG, Z. WHITE, M. *Internal migration in China: 1950-1988*. Demography, vol. 33. ABI-INFORM Global, 1996.

LIU, G. GARINO, Gaia. *China's two decades of economic reform*. Economics of Planning, vol.

34. Holanda: Kluwer Academic Publishers, 2001.

LIU, Zhiqiang. *Institutions and inequality: the hukou system in China*. Journal of Comparative Economics, vol. 33, p. 133-157. Boston: Elsevier, 2005.

LÖWY, M. *Teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Actuel Marx, n. 18. Tradução de Henrique Carneiro. 2006.

MARTINS, J. de S. *O problema das migrações no limiar do terceiro milênio*. In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.). *O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, 1 ed, v. 1, p.19-34.

MENG, X. GREGORY, R. WANG, Y. *Poverty, inequality and growth in urban China*. Journal of Comparative Economics, vol. 33. Elsevier, 2005.

MIKE, D. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MURPHY, R. *Domestic migrant remittances in China: distribution, channels and livelihoods*. International Organization for Migration. Bristol: University press, 2004.

NAÇÕES UNIDAS. *World population prospects: the 2006 revision*. Department of Economic and Social Affairs. Nova Iorque: Nações Unidas, 2007.

OLIVEIRA, G. C. *O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China*. Seminário de economia política da USP. Universidade de São Paulo, 2007.

PONCET, S. *Provincial migration dynamics in China: borders, costs and economic motivations*. Regional Science and Urban Economics, vol. 36, p. 385-398. Elsevier, 2006.

ROGERSON, S. WU, X. *Computerisation, Networking and Household Registration Information Management in China*. IMIS Journal, vol. 12, n. 5. C.C.S.R., 2002. Disponível em: <http://www.ccsr.cse.dmu.ac.uk/resources/general/ethicol>

RUIZ, R. M. *Polarização e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949 – 2000)*. Texto para discussão. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2006.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. Segunda edição. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHARPING, T. *Studying migration in contemporary China: models and methods, issues and evidence*. Cologne China Studies Online. Colônia: Editora da Universidade de Colônia, 2004.

SHEN, J. *A study of the temporary population in Chinese cities*. Habitat International, vol. 26, 2002.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. Segunda edição. Coleção edições CEBRAP. São Paulo: Editora brasiliense, 1975.

SMALL, K. *Chinese Urban Development: introduction*. Urban Studies, vol. 39, n. 12. Nova Iorque: Carfax Publishing, 2002.

SOLINGER, D. *Citizenship issues in China's internal migration: comparison with Germany and Japan*. Political Sciences Quarterly, vol. 114, 1999.

_____. *Contesting citizenship in urban China: peasant migrants, the State and the logic of the market*. California: University of California Press, 1999.

_____. *The creation of a new underclass in China and its implication*. Environment and Urbanization, vol. 18. SAGE publications, 2006.

SONG, S. TIMBERLAKE, M. Chinese Urbanization, State Policy and the World Economy. Journal of Urban Affairs, vol. 18. Elsevier, 1996.

SONG, S. ZHANG, K. *Urbanization and City Size Distribution in China*. Urban Studies, vol. 39, n. 12. Nova Iorque: Carfax Publishing, 2002.

SOUTH CHINA MORNING POST. Diversos números. Disponível em: www.scmp.com

SPENCE, Jonathan D. *Em busca da China moderna: quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TREVISAN, C. *China: o renascimento do império*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

TSUI, K. *Economic reform and interprovincial inequalities in China*. Journal of Development Economics, vol. 50. Elsevier, 1996.

XIAOPING, D. *Discurso de Abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China*. The complete works of Deng Xiaoping, vol. 3, 1982. Disponível em: <http://english.people.com.cn/dengxp/contents3.html>. Acesso em: agosto de 2007.

XIE, Yichun. *Retrospective of China's urbanization and regional development in the era of economic reforms*. Geojournal, vol. 29. Holanda: Kluwer Academic Publishers, 1993.

XINHUA NEWS AGENCY. Agência oficial de notícias do governo chinês. Diversos números. Disponível em: www.xinhuanews.com.

ZHAI, Fan; ZHI, W. *WTO accession, rural labour migration and urban unemployment in China*. Urban Studies, vol. 39, n. 12, p. 2199-2217. Carfax Publishing, 2002.

ZHAN, S. *Migration de la main-d'oeuvre rurale en China: défis pour les politiques*. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris: UNESCO, 2005.

ZHANG, K. *What explains China's rising urbanization in the reform era?* Urban Studies, vol. 39, n. 12. Nova Iorque: Carfax Publishing, 2002.

ZHANG, Ye. *Hope for China's migrant women workers*. The China Business Review. Disponível em: www.chinabusinessreview.com. 2002. Acesso em: novembro de 2007.

ZHU, Yu. *China's floating population and their settlement intention in the cities: beyond the hukou reform*. Habit International, n. 31. Elsevier, 2007.

WANG, Fei-Ling. *China's household registration system: discrimination and reform*. Congressional -executive commission on China. Washington, 2005. Disponível em: <http://www.cecc.gov/pages/roundtables/090205/Wang.php#27>. Acesso em: janeiro de 2008.

WANG, Fei-Ling. *Hukou system and migration control*. In: Chen, A; Liu, G; e Zhang, K. *Urban transformation in China*. Ashgate publishing. Hampshire, 2004.

WANG, Fei-Ling. *Organizing through division and exclusion: China's hukou system*. Califórnia: Stanford University Press, 2005.

WANG, Feng; ZUO, Xuejin. *Inside China's cities: institutional barriers and opportunities for urban migrants*. The American Economic Review, vol. 89, n. 2. American Economic Association, 1999. <http://links.jstor.org/sici?sici=0002-8282%28199905%2989%3A2%3C276%3AICCIBA%3E2.0.CO%3B2-0>. Acesso em: setembro de 2007.

WU, Xiaogang. *Work units and income inequality: the effect of market transition in urban China*. Social Forces, vol. 80. 2002.

WU, Xiaogang; TREIMAN, D. *The household registration system and social stratification in China: 1955-1996*. Demography, vol. 41. ABI INFORM Global, 2004.